Diário de Lisboa

Janeiro
1981
Sábado

31

ANO 60.º
N.º 20 466
15$00

Fundador **Joaquim Manso**

Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

DL

Portugal e o Brasil

A presença do Brasil nas páginas do «Diário de Lisboa» é uma das tradições desta casa. Bastará com o nome do fundador do jornal, Joaquim Manso, evocar a devoção luso-brasileira de João de Barros. Para Portugal, mais do que um Estado com o qual os governos mantêm relações, o Brasil é um irmão que se separou da velha família, atingida que foi a maioridade, e decidiu fazer vida independente.

Este cunho familiar marca as relações entre os dois países e nem sempre resulta claro e positivo. Muitos portugueses mostram dificuldade para compreender que o Brasil cresceu em plena autonomia, que a Língua evoluiu em contacto com outros povos e civilizações, que a sociedade brasileira absorveu outras contribuições e influências.

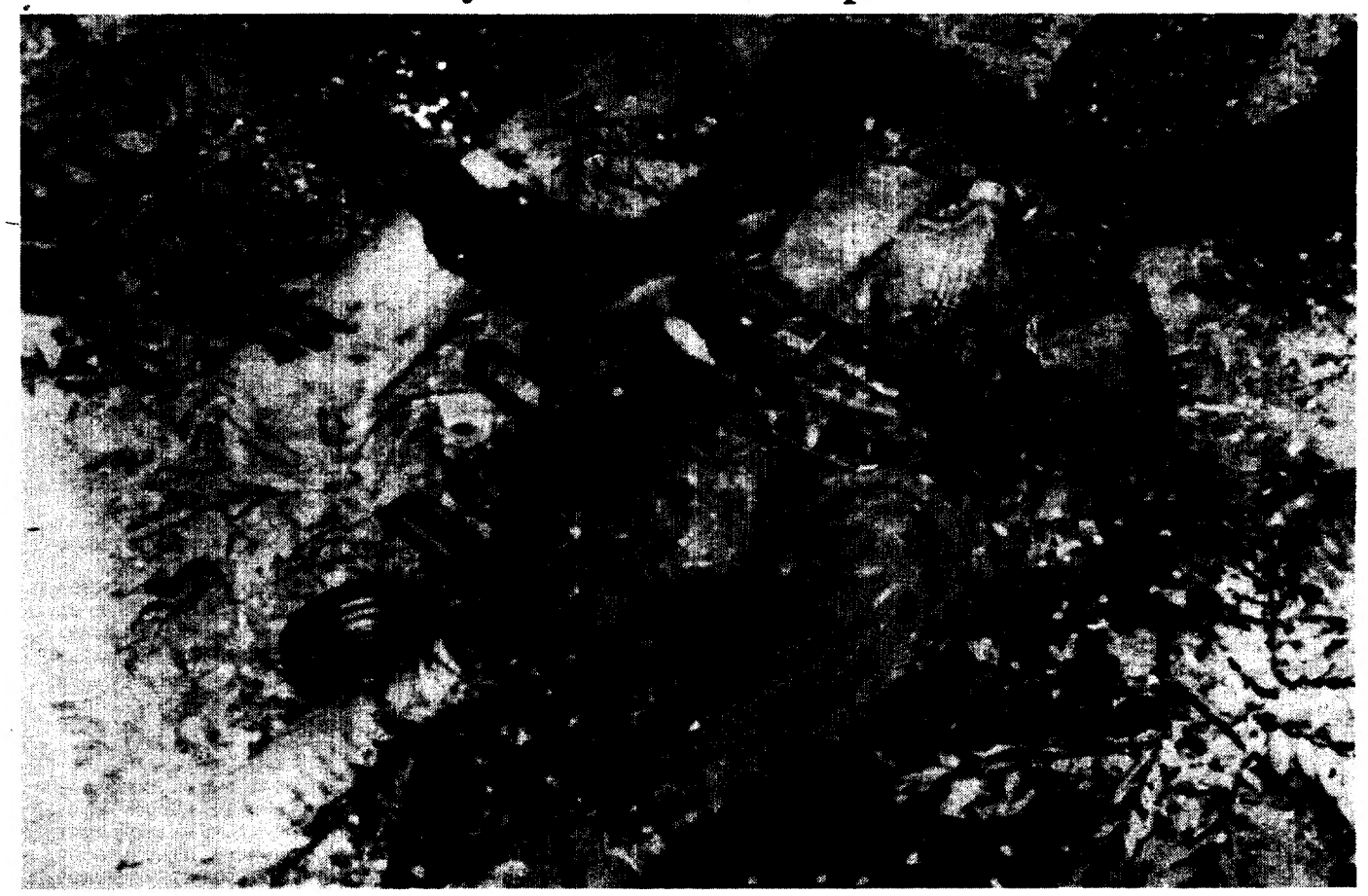
Nenhuma Nação mais perto da nossa, mas, nem pela proximidade cultural, nem pela origem de família, deixa o Brasil de ser diferente. Neste momento, o realismo manda que o passado não faça esquecer o presente, que o parentesco não leve a ignorar a distância e a diferença. De Estado para Estado, a linguagem da fraternidade confiante, não poderá deixar de registar que no Brasil muitos amigos de Portugal são oposição ou são vítimas de uma repressão de que nós, portugueses, temos uma experiência que nos permite pesar as consequências.

As relações entre Portugal e o Brasil terão a ganhar com a evolução da situação política brasileira no sentido de uma liberalização autêntica. Em 25 de Abril de 1974, as Forças Armadas de Portugal colocaram-se ao serviço do processo de institucionalização democrática. As Forças Armadas do Brasil estão comprometidas com o acto de imposição de um regime autoritário.

No discurso da fraternidade entre Portugal e o Brasil — e ardentemente desejamos que entre os países irmãos as relações culturais e económicas se estreitem — persiste a sombra desta diferença. Em termos portugueses: o Presidente Ramalho Eanes é um general do 25 de Abril de 1974, o presidente João Figueiredo, é o general de um «28 de Maio» brasileiro. A retórica dos brindes pode esquecer esta diferença. Mas é uma diferença política. Mas é uma diferença histórica.

Ver noticiário na pág. 20

Testemunho insuspeito de diplomatas e jornalistas em Maputo



"Raid" sul-africano redundou em chacina

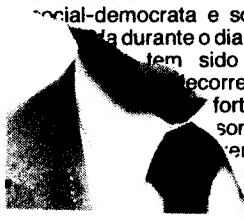
Treze mortos muitos com bárbaras mutilações

Pág. 20

Delegação nortenha impedida de participar

Forte controvérsia no Congresso da UGT

O II Congresso da União Geral de Trabalhadores (UGT) está a decorrer desde ontem de manhã em Lisboa, tendo já sido aprovados o relatório do secretário-geral, os estatutos e o regulamento enquanto a estratégia sindical para os próximos três anos desta central de tendência social-democrata e socialista é [illegible]da durante o dia de hoje. O [illegible] tem sido fértil em [illegible]ecorrendo, não [illegible] forte confron- [illegible]sorganização [illegible]emplo, nas [illegible]êm come- [illegible]as as ses-



sões – é notória, não obstante os oito mil contos que terão sido gastos na preparação do congresso. Esta manhã um novo caso surgiu quando a Direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito do Porto foi impedida de participar nos trabalhos enquanto nos seus lugares se sentaram indivíduos que têm a ver com os antigos corpos gerentes e não gozam da necessária legitimidade sindical. Os membros da Direcção do STEDP fizeram esta manhã uma distribuição de documentos aos congressistas, ao mesmo tempo que procuravam sensibilizar as representações estrangeiras para esta ilegalidade. A população da cidade de Lisboa foi também posta ao corrente do assunto e da razão que assiste à direcção eleita (e que o próprio Torres Couto, secretário-geral da UGT terá reconhecido), através de uma «Carta Aberta ao Congresso» profusamente distribuída no Rossio e noutros locais citadinos. A Direcção do STEDP foi eleita em Fevereiro de 79, confirmada mais tarde em assembleia geral mas até hoje tem-se visto impedida de tomar posse.

Pág. 10

Inquérito "DL"

Partidos divididos quanto às armas nucleares

Pág. 12

Pescas: o impasse

Portugal não cede Espanha também não

Pág. 20

Câmara do Porto:

Presidente pode cair

Pág. 7

Sucessão de Suarez divide UCD

PSOE já propõe formar Governo

A situação política na capital espanhola era esta manhã extremamente complicada, segundo nos diz o nosso correspondente em Madrid, Fernando Jauregui. Mais que uma crise de Governo aberta com a demissão de Adolfo Suárez, tudo indica que se está à beira de uma verdadeira crise de Estado. A Comissão Executiva da UCD iniciou uma reunião, que ainda estava a decorrer à hora do fecho desta edição, na qual os centristas procurarão chegar a acordo sobre a personalidade que deverá suceder a Suárez. Não existe unanimidade à volta do nome de Calvo Sotelo e caso não surja um consenso, é bem provável que esta reunião abra caminho ao desmoronar da UCD. Entretanto, surgem as primeiras alternativas. O secretário-geral do PSOE, Felipe Gonzalez, que aparece hoje, numa sondagem, como o eventual primeiro-ministro preferido dos espanhóis, anunciou já que está disposto a formar um Governo incluindo nacionalistas, comunistas e alguns sectores da UCD. **Pág. 14**

Tribuna Livre

Problemas dos trabalhadores de Saúde

O "apoio geral" será assim tão "importante"?

Nos serviços hospitalares, nas diversas unidades de saúde e nas instituições dependentes da Secretaria de Estado da Saúde, os trabalhadores do chamado apoio geral, apesar «de grande importância no regular e eficiente funcionamento dos serviços», conforme – justamente – lhe é reconhecido oficialmente, tem, no entanto, na prática quotidiana do seu labor, desde há décadas, sido menosprezada e marginalizada pelas estruturas administrativas e governativas que superintendem naqueles sectores, os quais sempre lhe têm negado os adequados incentivos promocionais de que é digna – que, no entanto, a outras clases de trabalhadores ali intervenientes não tem sido negados – como sejam, por exemplo, os incentivos de nível salarial, de carreiras e categorias e de formação profissional, que melhor dignificassem a sua dupla condição de trabalhadores da Saúde em particular e da Função Pública em geral.

Até ao presente esta atitude censurável tem sido um facto. Contudo, «correspondendo a uma necessidade desde há muito sentida» (preâmbulo do Dec. 109/80), algo nesta situação anacrónica e paradoxal está a mudar já.

Depois de mais ou menos 3 anos de longa e aturada «gestação» foi dado à luz, não sem grandes dificuldades de «parto», a 1.ª norma que institui as «Carreiras e Categorias do pessoal de apoio geral hospitalar».

Tal «nado-vivo», baptizado na classe de Decreto e registado com o N.º 109/80, «viu» a luz no dia de «graça» de 20/X/80.

Eis, porém, que não há bela sem senão.

Apesar dessa «gestação» maturada, vislumbra-se-lhe relacionamento madrasto, pois que aparece já, a nível do Departamento dos Recursos Humanos, dependentes da Secretaria de Estado da Saúde, quem pretenda afastar daquele «benefício» os trabalhadores dos Serviços Médico-Sociais que se encontram nas legais condições previstas naquele diploma. Sustentam, portanto, do D.R.H., não ser o Dec. 109/80 extensivo aos S.M.S.

Partindo dessa posição tem-se gerado ultimamnte alguma controvérsia em volta daquele Decreto e criado, até, certa perplexidade nos trabalhadores (auxiliares) dos SMS e bem assim, em grande parte, senão a totalidade, nos responsáveis dos serviços, seja distritais seja centrais, pois entendem uns e outros que sem dúvida o referido diploma os atinge, quer no âmbito quer na aplicação.

Dado o assunto conter matéria que nos suscita interesse, não queremos perder a oportunidade para deduzir achega que contribua de algum modo para aclarar a controversa questão, lançando-lhe alguma luz na escuridão – quanto a nós, aparente – que a mesma parece oferecer.

Posta esta pequena explicação, vamos ao que importa.

Assim, à questão que presentemente se põe, de se saber se o Dec. 109/80 abrange ou não os S.M.S., oferece-se-nos expor o seguinte:

A aplicação desse diploma, lê-se, na sua parte preambular, ser ele de aplicar nos «serviços hospitalares» e nas «diversas unidades de saúde»; sendo que no articulado dos seus artigos 1.º e 7.º se verifica a expressa vontade do legislador em alargá-la, primeiro, a «estabelecimentos e serviços», depois, em sentido mais lato, a «instituições».

Temos assim, numa assentada, no texto legal, serviços caracterizados por nomenclatura distinta, ou seja: «serviços hospitalares»; «diversas unidades de saúde»; «estabelecimentos e serviços» e «instituições» (esta última caracteritação, em nosso entender, como atrás se disse, de amplitude mais alargada, tendo significação igual a «Global» ou «Total»).

Quanto ao âmbito ou área de subordinação desses serviços assim estabelecidos, o Diploma circunscreve-o sempre na constância comum a todos eles: estarem «na dependência da Sec. de Estado da Saúde».

Fixado assim quais os serviços e a área do âmbito de que trata o Dec. 109/80, resta-nos agora salientar a quem (pessoas) o mesmo é aplicável.

Ora diz-nos também o texto que o diploma se aplica ao pessoal do «apoio geral» e dos «serviços gerais» existente nos supracitados serviços.

Definido que fica assim o campo em que se movimentam âmbito e aplicação do Dec. 109/80, há, agora, que clarificar e estabelecer o seu abrangimento aos Serviços Médico-Sociais, o que cremos não ser difícil, dada a diversidade dos serviços assinalada, por um lado, e, por outro, a simultânea tutela à S.E.S. estabelecida no Decreto coincidir com a dos S.M.S.

Há pois assim necessidade de demonstrar que os S.M.S. se «encaixam» perfeitamente num dos tipos de serviços abrangidos e de mostrar a «coincidente relação» dos mesmos com a S.E.S.

Para estabelecer tal concordância há que recuar a um tempo próximo passado e lembrar um pouco de história legislativa sobre os Serviços Médico-Sociais.

Assim, temos que o D.L. 589/74, de 6/XI/74, tendo inicialmente previsto a criação dos S.M.S., estes, de facto, só o foram através do D.L. 17/77, de 12/I/77, e simultaneamente «transferidos para o âmbito da Secretaria de Estado da Saúde» (Art.º 1.º), vindo posteriormente essa transferência a ser regulamentada pelo D.R. 12/77, de 7/2/77, dispondo-se nele serem os Serviços Médico-Sociais um «Serviço» de carácter «oficial dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa» e na «dependência directa do Secretário de Estado da Saúde» (Art.º 1.º).

Feita esta breve descrição do enquadramento legal dos S.M.S., nela então verificamos encontrarem-se estes não só classificados como um «serviço» (oficial) como também, sine qua non, se acha este «no âmbito» da S.E.S. e «na dependência directa do secretário de Estado da Saúde».

Temos pois assim encontrada, na letra e no espírito, a concordância do «encaixe» (serviço) e a «coincidente relação» («âmbito» e «dependência») na forma e no modo exigidos pelo diploma referido ao pessoal de apoio geral, a qual (concordância) no Departamento dos Recursos Humanos, da S.E.S., «habite» quem a pretende afastar.

Desta clara e absoluta concordância não nos restam dúvidas pois em aceitar que o aqui questionado Dec. 109/80 abrange os S.M.S.

Outro problema que também se coloca, cabe agora sabê-lo, é quanto ao abrangimento do pessoal auxiliar dos S.M.S., e, ainda aqui, abrangendo-o, qual dele. Eis mais estas duas questões que se colocam.

Convenhamos que para responder à primeira questão importa, também aqui, conhecer e reter mais o seguinte:

«A gestão do pessoal (dos S.M.S.) compete à Secretaria de Estado da Saúde através da comissão instaladora» dos S.M.S. Assim o determinou o D.R. 12/77 (Art.º 8.º), sendo esse pessoal o compreendido nas condições indicadas pelo seu art.º 7.º, artigo este posteriormente melhor explicitado pelo D.R. 65/77, de 21/9/77, (condições de transferência), sendo que presentemente esse pessoal se encontra integrado já na Função Pública (Dec. 124/79, de 10/5/79) embora com algumas, poucas, excepções (médicos e pessoal que optou pelo regime de contratação anteriormente vigente), continuando sempre, portanto, na dependência da mesma entidade gestora, a S.E.S.

Completado assim o quadro e compreendida a área onde se movem os vínculos por que se regem os S.M.S. e o seu pessoal, cabe agora satisfazer a resposta à segunda questão: qual o pessoal em condições de preencher os requisitos de integração?

Bom. Apesar da natureza dos serviços prestados pelos S.M.S. não comportarem todas as carreiras constantes do Dec. 109/80, eles abrangem contudo as «áreas de actuação» nele englobadas (Art.º 1.º). Embora, é certo, numa «actuação» menos extensa relativamente à dos serviços hospitalares. Desta característica, que subsistirá, como é óbvio, não deverá resultar qualquer significado que obste a que a devida – e justa –, integração se pratique.

Assim, pelo que acabamos de enunciar e na ordem lógica do raciocínio seguido e tomando como base para tal a data da entrada em vigor do Dec. 109/80 retroactiva a 1/6/79), achamos que o pessoal auxiliar dos S.M.S., exercendo funções nas «áreas de actuação» naquele estabelecidas, deva ser «contemplado», integrando-o nas carreiras e categorias ora instituídas, e «de acordo com as funções efectivamente desempenhadas» e enunciadas no Art.º 4.º (ainda os Art.ºs 3.º, 6.º e 8.º).

Se realmente o trabalho daquela classe laboral é de «grande importância», urge pois acabar com a pretendida marginalização passando as disposições do Decreto à prática – mais que justa – de integração desses trabalhadores dos S.M.S., e, assim, neles sensibilizar estímulo e motivação necessários à melhor valorização e maior dignificação da «Função».

Enquadrar e integrar esse pessoal não é, cremos, tarefa difícil; basta que para tanto haja a necessária vontade da parte das entidades respectivas, já que quanto à natureza «de facto» e de «direito» ela é óbvia, existe e aqui se procurou demonstrar.

Tal é a nossa analítica opinião!

(– E o senhor secretário de Estado da Saúde não terá algo a opinar?)

E, já agora, note-se ainda, para terminar esta longa achega, e caso se venha a radicalizar o rigorismo interpretativo existente no D.R.H. (segundo consta) face à letra do Decreto 109/80, então há que contrapor-se que «a interpretação não deve cingir-se à letra da lei, mas reconstituir a partir dos textos o pensamento legislativo» (Art.º 9.º do Cód. Civil). Mais que «os órgãos e agentes administrativos estão subordinados à Constituição e à lei e devem actuar com justiça e imparcialidade no exercício das suas funções (Art.º 267.º da Constituição Portuguesa).

Henrique Ferra

SINDICATO DOS TRABALHADORES

DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

MOÇÃO

— Considerando a visita do presidente Figueiredo a Portugal e a sua inserção numa política mais geral de acordos económicos no âmbito da CEE;

— Considerando que também hoje, no país irmão, os trabalhadores em geral, os activistas sindicais e os democratas vêem cerceadas as suas liberdades e coarctados os seus direitos;

— Considerando que a luta dos trabalhadores portugueses não é alheia à luta desencadeada noutros países onde o Governo não respeita a democracia e não defende as classes desfavorecidas;

Os delegados sindicais do STCML presentes em reunião geral no seu sindicato no dia 29 de Janeiro de 1981 decidem:

1 — Aproveitar a vinda do presidente brasileiro para expressar a sua solidariedade para com a luta de todos os trabalhadores brasileiros.

2 — Repudiar a política repressiva do Governo brasileiro, as prisões e perseguições políticas.

3 — Endereçar ao povo irmão do Brasil o nosso voto da certeza de que:

O FASCISMO NÃO VENCERÁ

APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇAO

Zisboa, 30 de Janeiro de 1981

Caminhos de Ferro Portugueses

AVISO AO PÚBLICO

CONCURSO

Ate às 17 horas do dia 25 de Fevereiro de 1981, estes Caminhos de Ferro aceitam propostas para a instalação e exploração de um pavilhão na estação de Queluz.

A anuidade mínima a oferecer pela ocupação da instalação é de 50 000$00 e os concorrentes devem depositar em qualquer estação da C.P. a quantia de 8340$00 e as respectivas propostas deverão ser feitas com base no programa do concurso e condições contratuais, que os interessados poderão consultar nas seguintes estações e locais:

— **Queluz**
— **Lisboa (Rossio)**
— **Serviço Comercial da Região Centro**
LISBOA (SANTA APOLÓNIA)
— **Serviço Comercial de Passageiros**
Estação de Santa Apolónia, 1.º andar
LISBOA

As propostas deverão ser feitas em carta fechada dirigida ao Serviço Comercial de Passageiros dos Caminhos de Ferro Portugueses — E.P., Estação de Santa Apolónia, 1.º andar, 1196 LISBOA CODEX, acrescentando-se àquele endereço, no sobrescrito, o seguinte:

«Proposta para a instalação e exploração de um pavilhão na estação de Queluz.»

AVISO

SINES

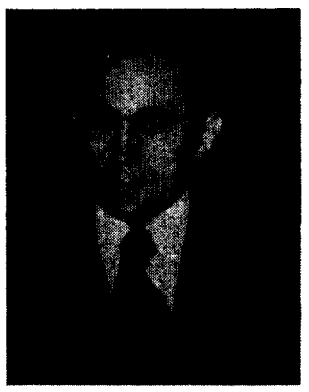
PARA LIGAÇÕES INTERURBANAS NÃO-AUTOMÁTICAS MARQUE 090 (em vez de 00)

A partir do dia 31 de Janeiro, entra em vigor esta alteração, motivada por melhoramentos em curso na Central Telefónica de Sines.

AJUDE-NOS A SERVI-LO MELHOR.
UTILIZE BEM O TELEFONE.

CTT TP CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES TELEFONES DE LISBOA E PORTO

ponto a ponto



● O Presidente da República, **Ramalho Eanes**, desloca-se na próxima quarta-feira à Figueira da Foz para participar na sessão solene comemorativa do centenário do nascimento de João de Barros. Ramalho Eanes chegará à cidade à noite, depois de se ter despedido no Porto do presidente da República brasileiro, João Figueiredo.

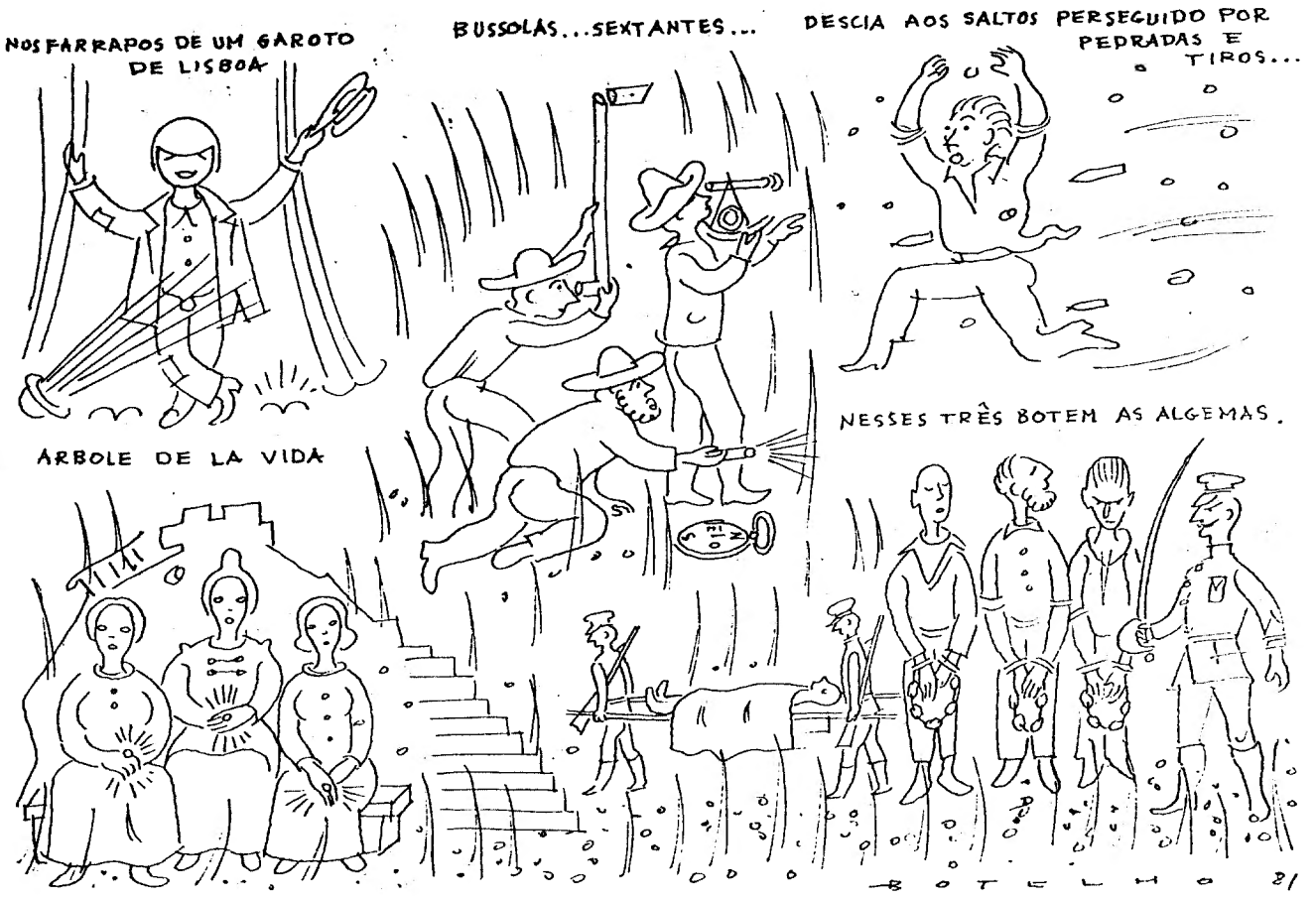
● O **secretário-geral do Partido Socialista, Mário Soares** almoçou hoje, com os convidados estrangeiros presentes em Portugal para assistir ao II Congresso da União Geral dos Trabalhadores. Assistem ao congresso representantes de diversas organizações sindicais, com especial relevo para as dos países da Europa.

● Adelino da Palma Carlos foi eleito ontem reitor da Universidade Livre de Lisboa. Na votação participaram professores e alunos. Adelino da Palma Carlos, advogado, foi o chefe do Primeiro Governo depois do 25 de Abril de 1974.

● O presidente do México, Lopez Portillo passa às 18 horas locais (19 de Lisboa) de hoje na ilha açoriana de Santa Maria. Lopez Portillo escala o Aeroporto Internacional de Santa Maria no seu regresso ao México, terminada a visita oficial de seis dias que acaba de fazer à Índia. O presidente mexicano, na sua breve escala nos Açores, será cumprimentado pelo ministro da República, Silva Horta e pelo secretário regional da Administração Pública, Melo Alves, em representação de Mota Amaral.

● O ministro das Finanças e do Plano, **João Morais Leitão**, recebe na próxima segunda-feira, em audiência, no seu gabinete, o ministro da Fazenda do Brasil, que se desloca ao nosso país integrando a comitiva oficial do presidente general João Figueiredo.

● O projecto de revisão constitucional da FRS é analisado hoje na cidade da Horta pelos parlamentares socialistas na Assembleia Regional dos Açores. Nas quintas jornadas parlamentares do PS participará o vice-presidente do grupo de deputados socialistas na Assembleia da República, João Cravinho. A actual situação política nacional e regional e a definição da estratégia parlamentar do partido para o restante período da primeira sessão legislativa da Assembleia Regional serão outros temas a abordar.



NOVAS CARTAS DO BRASIL

O ouro dos flibusteiros

Chianca de Garcia

Como devo começar? Não sei. Porque, leitor, o tema desta carta, deixou, em mim, confusas e indeléveis recordações. Terror e medo. Pois tudo começou quando, após a minha chegada ao Rio de Janeiro, e nessa mesma noite, fui assistir no velho e saudoso (o saudoso escrevo-o, agora, quarenta anos depois) teatro «República», à estreia de uma Companhia Portuguesa de Revistas, vinda de Lisboa, e de que era estrela a popular e querida Beatriz Costa. E fora ela quem, ali, no seu próprio camarim, resolvera apresentar-me a um dos seus amigos cariocas, o poeta Luiz Peixoto, dizendo: – Mas olha que se trata de uma pessoa extraordinária, e surpreendente...

Então, pondo-se de pé, num risinho irónico, ele comentou:

– Conversa fiada. E que eu, neste mundo de maus e bons, acredito numa terçeira raça, a dos que aceitam a presença do mistério...

– Eu não te disse? Acrescentou Beatriz.

Mas, pouco depois, como ela saísse apressada, para o palco, agora nos farrapos de uma garoto de Lisboa, iniciámos um diálogo ocasional, e meio à toa...

– E que nós, dizia ele, neste Rio de Janeiro, somos todos mais ou menos macumbeiros.

– Hoje, os portugueses, estão deixando de acreditar em bruxas.

– Estão errados. Só, no espaço sideral, residem as forças que nos comandam. Acredite, repito, a magia é tudo.

– Mesmo na poesia?

– Então a poesia não tem sido isso mesmo, através dos séculos?

E enquanto, em cena, Beatriz fazia rir o público – às gargalhadas, Luiz Peixoto, naquele camarim saturado de perfumes de Paris, com uma voz carregada de presságios, começou a recitar para mim, um poema de sua autoria, onde...

«... montado no cavalo de São Jorge
por sete dias batera sete estradas,
por sete noites
cruzara sete encruzilhadas,
saravando sete vezes,
para buscar as sete rosas
para enfeitar as sete cruzes
do terreiro de Iemanjá».

Foi no entanto, ali, naquele camarim de teatro que Luiz Peixoto e eu, iniciámos, sem o preconceber, uma longa carreira de autores de peças populares, onde o seu lirismo e a sua tendência para o metafísico brasílico, se casaram com a minha tendência realista para o natural e o objectivo. Tivemos êxitos, confesso. Mas nem um, nem outro, éramos movidos por outra coisa que não fosse a alegria de ver, vivos num palco, os espectáculos que imaginávamos. Luiz, acabou morrendo pobre, já nos anos setenta. E pobre, por minha vez, eu morrerei também. A vida, hoje, é diferente.

Ora, uma noite, ao atravessarmos uma daquelas – ruas escuras, do bairro alegre da Lapa, ao saírmos do botequim onde tínhamos comido e bebido, vimos, surpresos, ao passarmos por uma daquelas ladeiras que sobem quase a pino, – um vulto que, sem paletó e sem gravata, descia aos saltos, perseguido por pedradas e tiros de revólver, acabando por cair, sufocado, em nossos braços. Quis o acaso que ele fosse um amigo de Luiz, fugindo, talvez, da fúria de algum marido enganado. Porém, lá de cima, ninguém viera atrás dele. Safamo-nos depressa, e levámo-lo para retemperar das forças, ao mais escondido bar daquela zona.

Leitor, este novo personagem será um dos protagonistas da história desta carta. Mas, por necessária discrição, vai aparecer apenas com o nome de Olegário N.N. A isso nos obriga um nome de família. No entanto, meia hora depois, de copo na mão, já dia, rindo, a Luiz Peixoto:

– Tu já contaste a ele (esse ele, era eu) a estranha aventura em que nós andámos metidos?

O problema era este: Tinha chegado ao Rio de Janeiro, um peruano, chamado Juan Diego Hurtado, homem rijo de trinta e poucos anos, visivelmente marcado por aquele castiço – tom moreno dos indígenas da sua terra. Apresentara-se ele, dias antes ao pai de Olegário, um professor universitário que pesquisava, com devoção, os tempos remotos de um Brasil ainda desconhecido.

Vinha, é claro, munido de uma apresentação do cônsul do Brasil, em Lima, primo do pai de Olegário. Expôs então, o visitante, o seu caso: – desejava saber onde estaria situado, no Brasil, uma espécie de fortim, por certo em ruínas, no alto das escarpas, de uma serra, de modo a servir de marco para aqueles que ali tinham ousado aproar seus navios, – no desejo de esconder as riquezas por eles conquistadas em ferozes assaltos de rapinagem. Ora, em Lima, no Peru, esse fortim era conhecido – pelo nome de «Arbol de la Vida» e que se supunha estar situado mais para o sul do que para o norte, das costas brasileiras. Mas, como fazia questão de esclarecer: – sua missão, tinha apenas, em vista, um fraternal interesse histórico, – comprende usted?

De facto, o pai de Olegário, já encontrara, em velhos pergaminhos, o fio sinuoso dessa história. Mas, para ele, do assunto restava apenas um ou outro folheto de cordel, em verso, ou, mais uma das muitas lendas que povoam a imensidão do Brasil. Mesmo assim apresentou Olegário ao peruano. Eles que se entendessem. Mas, ao filho, avisara-o de que já não era a primeira vez que, sociedades secretas de países estrangeiros, tinham andado pelo Brasil à procura dessa tal «Arbol de la Vida».

Bem. Sabida a história logo decidi participar daquela proeza em plena selva brasileira. Mas, para Olegário, – resolvido, como estava, a ser escritor, o que tinha seduzido, era aquele título «A árvore da vida» que bem poderia ser, amanhã, o de um romance de sua autoria. Porém, Luiz Peixoto, não querendo perder a oportunidade de soltar uma piada, disse a rir: – O que eu temo é que, nessa aventura, Juan Diego Hurtado, acabe sendo o único furtado.

E resolveu interrogá-lo:

– A usted lo que es que le interesa?

– Buenamente, amigos, creo que en la plata y en el oro.

– Pois a nós, se algo existe nessa «Arbol de la Vida» só nos pode interessar o que tenha um autêntico valor histórico.

– Y el oro, amigos, no es un valor histórico?

Dissemos que não. Mas, é claro sorrindo.

Leitor, o que foi a nossa viagem na busca de tal «Arbol de la Vida» muito embora levássemos, cedidos pelo pai de Olegário, bússolas, sextantes, e coloridos mapas cheios de notas e conselhos, talvez ficasse melhor num livro de aventuras, do que, como estou fazendo agora, numa simples carta. Posso apenas recordar. E mal. No entanto, mais do que a lembrança de piratas, como Chapardo, o Tigre, no século XVI, Pedrito, o Cruel, no século XVII, e Bill, o Rubio, no século XVIII, não devo esquecer, o nosso companheiro Diego Hurtado. Ele cheirava, farejava, intuía, o caminho certo que devíamos seguir. E mesmo quando tivemos de lutar contra todos os perigos de uma natureza selvagem, – ora enganados por falsas trilhas, ora seguindo rios que, de repente, sumiam pelo chão abaixo, ou, ainda, quando éramos pressentidos – por indígenas que depressa se levantavam em pé de guerra contra nós, Juan Diego Hurtado, por consanguinidade nativa, estabelecia com eles um clima de paz e de silêncio...

Mas, por fim, lá conseguimos chegar.

De facto, «Arbol de la Vida» ainda existia. Mas era como se, – de um esqueleto, tivessem ficado no ar, apenas estas ou aquelas vértebras. Como uma tela onde o pintor tivesse pintado só pedaços. Havia escadas que não levavam a lugar nenhum.

E, como suspensas, num chão que não existia, ali estavamn para meu espanto, três mulheres sentadas em três bancos, fixas, estáticas, e que não davam mostras sequer de ter dado pela nossa presença, naquele ambiente de uma transparência de cristal. Mas só eu, sim, só eu, adivinhei. Era as três veladoras de «O Marinheiro», de Fernando Pessoa.

Mas Juan Diego Hurtado, ali estava, aos gritos diantes das três mulheres. Ele chegara!

Continua na pág. 4

Ministro da República

Conceição e Silva substitui Silva Horta nos Açores

«Conhece os Açores e gosta dos Açores» condições que fazem parte da «bagagem» do ministro da República – considerou o almirante Silva Horta acerca do general Conceição e Silva, indigitado para seu substituto no cargo de ministro da República para aquela região autónoma.

Nos termos constitucionais – recorde-se – os ministros da República para as regiões autónomas são nomeados pelo Presidente da República, sob proposta do Primeiro-Ministro, ouvido o Conselho da Revolução.

A substituição de Silva Horta, apontado como futuro governador de Macau, informou ontem Pinto Balsemão (já o tinha feito a Eanes) do seu pedido de demissão e viajou de imediato para os Açores, para dar conhecimento às autoridades locais da sua demissão e assegurar as funções até à nomeação do substituto.

Silva Horta disse ainda acerca da sua demissão, que as funções de ministro da República «são para desempenhar temporariamente» e acrescentou – em declações à Anop – que ao longo dos dois anos e meio em que exerceu o seu cargo procurou ser «um colaborador útil» do Governo regional.

«Tal não significa – sublinhou ainda – que não tivessem existido diferenças de opinião entre o representante da soberania na região e as autoridades locais».

Com a participação de Portugal

Nações Unidas debatem direitos humanos

Portugal pertence ao grupo restrito de 43 países que, no corrente ano, integra a Comissão de Direitos Humanos da ONU, cuja trigésima sétima sessão anual principia em Genebra, na próxima segunda-feira.

Neste seu período de trabalhos, a comissão prosseguirá a sua tarefa de elaborar normas internacionais que serão posteriormente codificadas sob a forma de convenções, para domínios como o da prevenção da tortura, protecção das minorias, eliminação da intolerância religiosa e protecção da criança.

A comissão continuará igualmente o seu estudo sobre o direito ao desenvolvimento, deliberando também sobre o papel da juventude na promoção e defesa dos direitos humanos.

Entre outros pontos concretos agendados para esta reunião contam-se os da salvaguarda dos direitos humanos face a eventuais ameaças que possam resultar de progressos científicos e tecnológicos, a luta contra práticas e ideologias que assentem no terror ou incitem à discriminação racial ou a qualquer outra forma de ódio dirigida contra determinado grupo.

Serão também debatidas questões como a dos desaparecimentos involuntários ou forçados de pessoas, bem como métodos e meios que permitam estimular e fomentar o respeito pelos direitos do homem e a defesa das liberdades fundamentais.

Outra tarefa de monta que à comissão caberá é a de assegurar a aplicação prática dos instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos, nomeadamente da Convenção Internacional sobre a Eliminação e Repressão do Crime de Apartheid.

Jorge Miranda e a revisão constitucional

Não devemos criar muitas ilusões

«Não devemos criar muitas ilusões quanto à importância da revisão constitucional», afirmou ontem em Coimbra o deputado da ASDI Jorge Miranda, durante um colóquio promovido pela FRS. Aquele constitucionalista salientou que a revisão «não é uma panaceia e só mediatamente pode resolver os problemas concretos dos portugueses».

Por seu turno, o socialista Nunes de Almeida, que foi membro da Comissão Constitucional, defendeu que «a nomeação dos chefes militares deve passar obrigatoriamente pelo Presidente da República, sob pena de não haver subordinação das Forças Armadas ao poder político».

Jorge Miranda, durante a sua intervenção num debate moderado pelo deputado António Arnaut disse ainda que «as dificuldades maiores da revisão centrar-se-ão no domínio da organização política».

Nunes de Almeida, considerou como questões fulcrais a linguagem e a desideologização da Constituição, o sistema de Governo e as Forças Armadas». Este socialista referiu-se também que «dentro da AD há profundas divergências, debatem-se até perspectivas radicalmente opostas quanto à concepção do Estado, ao sistema de Governo e ao significado da própria Constituição».

Ambos os contitucionalistas defenderam a extinção do Conselho da Revolução, com a transferência das suas competências para o Conselho da República e para o Tribunal Constitucional.

Força Naval da NATO no Tejo

A Stanavforlant (Força Naval Permanente da NATO no Atlântico) descansará as suas tropas em Lisboa, durante dois dias, a partir de segunda-feira. Aquela força naval, comandada pelo comodoro David Armytage, da Marinha Real Inglesa, a bordo do HMS Norfolk (D 21), entrará no Tejo ao princípio da manhã de segunda-feira.

A Stanavforlant é composta por vários navios das classes de escoltadores ou fragatas, em número nem sempre fixo, mas inevitavelmente entre quatro e nove. Da força que depois de amanhã entrará no Tejo constam, além do HMS Norkolk (D 21), mais os seguintes escoltadores fragatas: RFA Olwen (A 122), da Inglaterra; HMCS Saguenay (DDH 206), do Canadá; FGS Braun Schweig (F 225), da República Federal da Alemanha; HMLMS de Ruyter (F 806), da Holanda; e USS Claude V. Richetts (DDG 5), dos Estados Unidos da América.

As unidades em apreço são atribuídas pelos diversos países da Aliança, por períodos não superiores a seis meses. Quando o período de atribuição de um navio chega ao seu termo, essa unidade é rendida por outra da mesma nacionalidade ou de outro país da Aliança.

A Stanavforlant opera em permanência, participando ao longo do ano em numerosos exercícios da OTAN

O ouro dos flibusteiros

Continuação da pág. 3

Vencera! Mas agora queria ver tudo, ser dono de tudo. Onde está o oiro do Chapado? E as pratas peruanas roubadas por Pedrito? E as pedras preciosas de Bill, o Rubio? Quero ver tudo. Pegar em tudo. Ter tudo nas minhas mãos. Vamos mulheres, levantem-se...

Mas elas começaram a chorar:

– Mas não há mais nada. Nada. Eles, ano a ano, mês a mês, foram levando tudo...

– Se isso é verdade, vocês, vocês vão morrer agora mesmo...

Então, falando ao mesmo tempo, elas disseram com firmeza:

– Escuta, irmão, guarda isto na tua desolada cabeça: – a árvore da vida, secou. Para sempre!

– Quero ver com meus próprios olhos.

E de revólver na mão, com as mulheres na frente, foi descendo as escadas que conduziam a longos e escuros vazios imensos...

– Olha, disse-me Luiz Peixoto, eis a noção perfeita do nada. Sim. Era, para nós, uma infinita e mortal desolação. Agora, Diego Hurtado dava murros nas paredes de pedra...

– Maldicion, gritava: Maldicion!

Farejando pelos cantos, Luiz Peixoto e Olegário, em vão procuravam papéis, livros de bordo, que pelo menos tivessem interesse, como documento.

Subimos depois, o último patamar da escada. A tarde caía. Estávamos cansados, exaustos. Juan Diego ululava:

– Qué traicion, Diós mio. Venganza, piadosos cielos, venganza!

E, todos quatro, nos sentíamos como transformados em estátuas de pedra, ou de sal. As três mulheres tinham voltado a sentar-se nos seus bancos. Reparámos então que tinham os dedos cheios de anéis.

São de vocês? Indaguei.

– Sim. Há muitos anos. Há séculos. Eu sou a mais velha. Esta é a minha filha. E desta ou sou avó. A eles, uma a um, fomos entregando nossos corpos. Em troca, recebíamos estes anéis! E, sorrindo, fechavam os dedos apertando as mãos de encontro ao peito: Morreremos com eles...

Depois, não sei quanto tempo passou. Mas, de repente, começâmos a sentir aquele terrível e sempre temido passo cadenciado de soldados. Num súbito sobressalto, Juan Diego Hurtado ergue-se. Puxou de novo o revólver. Diante de nós, a tropa, avançava. Vestiam a farda verde-oliva do exército brasileiro. De armas engatilhadas. Então surgiu, um oficial que, olhando para nós, ordenou:

Ergam os braços. Estão todos presos.

Vimos, então, Juan Diego Hurtado, avançar de peito aberto gritando:

– Viva mio Peru, libre y independiente!

E, nessa hora, os soldados, levados não sei porque desígnio oculto, começaram às cegas a disparar, sobre ele, as suas armas. Nós o vimos morrer. Mas o oficial ficara firme, ordenando:

– Nesses três, botem as algemas.

Mas só de madrugada começámos a descer a serra. E atrás de nós seguia, inútil, numa padiola, o corpo de Juan Diego Hurtado.

Fim da 6.ª carta

SECTOR DE FABRICANTES DE MATERIAL ELÉCTRICO E ELECTRÓNICO

AOS TRABALHADORES

GREVE, dia 2.2.81 (2ª feira)
·horário normal-das 14 às 18 h.
·turnos-as primeiras 4 horas do período de trabalho

Camaradas,

Nas reuniões de conciliação já efectuadas, a ANIMEE oficializou, perante o silêncio do Ministério do Trabalho, a sua proposta de 23%, já acordada com os divisionistas da FETESE, sem admitir alternativas.

Esta intransigência da ANIMEE, deixou evidente o seu compromisso político com os divisionistas, em relação ao não aceitarem a negociação de uma tabela mais elevada como exigiram os trabalhadores do sector nos plenários realizados. Para a CNS/FSTIE esta atitude da ANIMEE, é uma provocação, agravada com a ameaça de não respeitar os retroactivos a 1 de Janeiro de 1981 das novas tabelas, e a que o Ministério do Trabalho não quis pôr cobro, o que exige uma resposta de luta por parte do sector.

Na conciliação ficou mais evidente que nunca, que a ANIMEE, não tem argumentos de ordem económica, produtiva e laboral, que a impeçam de aceitar uma tabela com valores aproximados aos acordados o ano passado. Toda a situação do sector aconselhava uma atitude mais realista por parte da ANIMEE.

Perante a situação criada pelo patronato, a CNS/FSTIE pediu a suspensão da conciliação até sexta-feira, dia 30/1/81, a fim de analisar a situação. Como afirmámos nas dezenas de plenários realizados no sector, só pela luta e acção firme e organizada, os trabalhadores poderiam impor uma tabela justa que respondesse à grave situação económica, em que se debatem.

ESSE MOMENTO DA LUTA CHEGOU!

A CNS/FSTIE, está certa que se os trabalhadores responderem massivamente à greve marcada para dia 2/2/81, o comportamento da ANIMEE terá de se alterar efectivamente.

A CNS/FSTIE não abdicará, por vontade expressa dos trabalhadores, da sua tabela de 27% para negociação.

Mantemos o melhor espírito de negociação.

Não suportaremos desde já, a intransigência da ANIMEE. A resposta agora será dos trabalhadores do sector!

A CNS/FSTIE está certa que em unidade, organizados, lutando por melhores condições de vida, como é o caso, os trabalhadores imporão a sua vontade, desmascarando inclusive as manobras que os divisionistas já preparam nos bastidores, fazendo mais uma vez o jogo da ANIMEE, procurando dividir os trabalhadores para enfraquecer o alcance da sua luta. A CNS/FSTIE realizou plenários de delegados sindicais dia 28/1/81, transmitindo-lhes a orientação mais ajustada, à qual os trabalhadores deverão responder activamente nas empresas. Se a ANIMEE, com a sua intolerância, quer apalpar o pulso aos trabalhadores do sector, através da sua disposição de luta, irá ter a resposta que merece.

OS TRABALHADORES DO SECTOR VÃO DIZER NÃO AOS 23%!

TODOS À GREVE
POR MELHORES SALÁRIOS

Lisboa, 28/1/81

A Comissão Negociadora Sindical

Electricidade de Portugal
EDP/Empresa Pública

S Z S T

DIRECÇÃO DISTRIBUIÇÃO SUL

AVISO
AOS CONSUMIDORES

Para realização de trabalhos nas instalações desta Empresa, no próximo domingo, 1 de Fevereiro, será interrompido o fornecimento de energia eléctrica em Baixa Tensão nas seguintes zonas:

CONCELHO DE ALCOCHETE: Docas, Samouco, Palhavã, Pena, Fazenda Velha, Atalaia e Passil, das 08 h 00 m às 15 h 00 m.

CONCELHO DE SESIMBRA: Tormar e Anjos, das 08 h às 13 h 00 m.

CONCELHO DO SEIXAL: Pangas, Axorda e Quinta da Prata, das 08 h 30 m às 12 h 00 m.

Lisboa, 31 de Janeiro de 1981

Electricidade de Portugal
EDP/Empresa Pública
Direcção de Distribuição Sul

Manuel Fernandes Camacho

ATE AO DIA 15 DE FEVEREIRO

TEATRO MARIA MATOS
ATENÇÃO TEL. 897017
TODAS AS 5ªS E 6ªS FEIRAS ÀS 21,45 H
SÁBADOS E DOMINGOS ÀS 16 H E 21,45 H

A RATOEIRA
A OBRA PRIMA DE AGATHA CHRISTIE

SUB PELA SEC
M/ 12 ANOS
ESPECTÁCULO
50% DESCONTO
A ESTUDANTES MEDIANTE IDENT. NA BILHETEIRA
VEJA-O XÊPA-EM TELV (GRUNDIG)
NO SALÃO BAR DESTE TEATRO
AS PORTAS ABREM ÀS 20,30 H

Segundo Pinto Balsemão

Iniciativa privada é principal motor do progresso económico

«O meu Governo encara a iniciativa privada como o principal motor de progresso económico e tudo fará para consolidar um ambiente de confiança por parte dos investidores nacionais e estrangeiros», afirmou esta manhã o Primeiro-Ministro Pinto Balsemão, no discurso que proferiu em Davos, na Suíça, perante o «European Menagement Forum».

O chefe do Governo partiu ontem de Lisboa, acompanhado pelo ministro do Comércio, Vaz Pinto e regressa hoje, ao fim da tarde, a Lisboa. Para além da sua intervenção no plenário do «Forum», Balsemão avistar-se-á também com jornalistas estrangeiros especializados em questões económicas.

Toda a actividade do Primeiro-Ministro e principalmente o seu discurso, tiveram como linha directora a intenção de mostrar Portugal como um paraíso para o investimento estrangeiro (assinale-se que o ministro Vaz Pinto foi até há pouco tempo presidente do Instituto de Investimento Estrangeiro), com uma situação económica que, embora não seja brilhante, como resulta claramente dos números, poderá melhorar com a gestão do Governo AD.

Pinto Balsemão começou por descrever pormenorizadamente a evolução da vida económica portuguesa dos últimos quarenta anos e os diferentes processos e projectos de ligação à Europa. Referindo-se à actual situação, sublinhou: «Quando a democracia se impôs, a partir do final de 1975, a opção europeia emergiu com toda a naturalidade, e, exprimindo uma profunda aspiração do povo português». Por isso, o Governo AD dá toda a prioridade à adesão, esperando, de acordo com Pinto Balsemão e mau grado as repetidas afirmações de funcionários da CEE que afirmam ser uma esperança inútil, «uma rápida conclusão das negociações». A integração de Portugal na Europa representará, segundo o Primeiro-Ministro. «um estímulo eficaz para acelerar a modernização do País» e significa «que a economia portuguesa se abre irreversivelmente ao exterior». Sinal de que assim será é a liberalização crescente em matéria de movimentos de capitais, considerada pelo chefe do Governo como «tendência segura».

Pinto Balsemão afirmou ainda aos gestores reunidos em Davos que a opção europeia se consubstancia também na opção por um «modelo democrático ocidental, com uma organização económica baseada na iniciativa privada, embora sem prejuízo da intervenção do Estado». Voltando a referir a temática da integração na CEE, Balsemão sublinhou que o processo português é autónomo em relação a outros (o da Espanha) e que a rapidez da adesão evitará a repetição das condições económico-políticas que levaram «ao sobressalto de 1974-75», sendo por isso «uma verdadeira exigência geo-estratégica para o futuro do Ocidente».

Depois de salientar que a crise energética desde 1973, o «período agitado» que se seguiu ao 25 de Abril e a descolonização (que deu origem a que a população portuguesa sofresse em escassos meses um dos maiores aumentos percentuais de que há conhecimento em qualquer país do Mundo, no corrente século), «ocasionaram subida do nível de preços, aumento do desemprego e, sobretudo agravamento do défice externo, Pinto Balsemão fez uma referência ao acordo estabelecido pelo II Governo de Mário Soares, com o FMI, que permitiu reduzir o défice de 1500 milhões de contos em 1978 para quase nada em 1979. Défice que voltou a subir em 1980 para 800 milhões de dólares.

Os objectivos de política económica do Governo têm para já a ver segundo o Primeiro-Ministro com a redução da inflação em 1981 para 16 por cento e combate ao desemprego, aqui sem se apresentarem metas quantitativas.

Facilitar a prevenção e repressão criminal

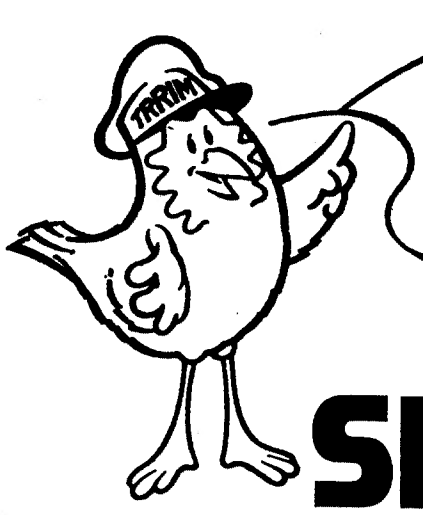
—promete o ministro da Justiça

O legítimo interesse dos meios de comunicação social pelos assuntos de âmbito criminal veio encontrar estruturas funcionais reconhecidamente não preparadas e daí o desfasamento entre o dinamismo da Imprensa escrita e falada e um aparelho para judiciário e judiciário ainda dominado por processos ancilosados». Afirmou ontem o ministro da justiça, Meneres Pimentel, na sede da Polícia Judiciária quando ali se deslocou para se inteirar dos problemas daquela Polícia e presidir à homenagem prestada a dois agentes mortos em serviço.

Meneres Pimentel faria entrega de «crachats» de ouro às viúvas dos agentes: José Carlos Barroso Gonçalves e Jorge Augusto Carvalho, o primeiro morto em 1977 nas proximidades de Portimão por indivíduos de etnia cigana e o segundo, um ano depois, em Massarelos, numa operação envolvendo agentes policiais e elementos do PRP. Na oportunidade faria o elogio dos falecidos apontando-os como exemplos de dedicação.

No seu discurso, ao tecer considerações sobre a Judiciária, diria; «... a indefinição acerca dos limites entre a investigação e a instrução ocasionou actividades repetitivas e inúteis, culminadas recentemente com jurisprudência que põe em causa boa parte do trabalho da PJ e que só esta tem condições para realizar». Mais adiante prometeria; «... o Governo irá aprovar dentro em pouco uma iniciativa do Ministério da Justiça que visa superar o autêntico bloqueio ora existente e que tanto tem dificultado a prevenção e repressão da criminalidade».

54 45 45
uma voz amiga estará contigo
Angústia Desespero Solidão
centro S.O.S. voz amiga



AVISO

SETÚBAL

NOVO EQUIPAMENTO TELEFÓNICO

A partir do dia 31 de Janeiro, está em funcionamento novo equipamento na Central Telefónica Interurbana do Grupo de Redes de Setúbal.

Em qualquer chamada interurbana, os utentes **devem marcar o número completo e esperar um pouco, porque é natural seguir-se um silêncio de alguns segundos, antes de se ouvir qualquer sinal.**

Depois de marcar o número pretendido, **não desligue, espere um pouco** até ouvir o sinal de chamada, ou de impedido.

O equipamento desta nova Central torna mais fácil as ligações telefónicas interurbanas feitas a partir de Setúbal. Esta melhoria do serviço obriga à alteração dos seguintes indicativos:

PARA LIGAÇÕES INTERURBANAS NÃO-AUTOMÁTICAS MARQUE 090 (em vez de 00)

PARA LIGAÇÕES AUTOMÁTICAS PARA LISBOA MARQUE 019 (em vez de 8)

Todos os restantes indicativos se mantêm.

AJUDE-NOS A SERVI-LO MELHOR
UTILIZE BEM O TELEFONE

CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES DE PORTUGAL
TELEFONES DE LISBOA E PORTO

PUB.

Serviços Médico-Sociais

COMUNICADO

Têm sido divulgadas notícias ou informações a propósito dos recentes despachos ministeriais pelos quais foram fixadas novas taxas moderadoras para consultas e serviços complementares de diagnóstico e terapêutica, no âmbito dos Serviços Médico-Sociais, algumas das quais carecem de melhor esclarecimento público.

1. As taxas moderadoras têm por finalidade moralizar o acesso aos cuidados médicos, corrigindo a sua utilização desnecessária que se reflecte de forma negativa na prestação da assistência a quem dela realmente carece.

2. Desta forma, são incorrectas quaisquer afirmações ou comentários que levem a crer que aquelas taxas visam contribuir para o financiamento dos Serviços Médico-Sociais e muito menos dos médicos e outros profissionais de saúde que lhes prestam serviços. Trata-se tão somente de medidas inseridas numa política tendente à maior eficácia na prestação de serviços que, de modo algum, resultam de reivindicações médicas ou decorrem das convenções e acordos celebrados entre os S.M.S. e a Ordem dos Médicos.

3. A recente elevação do montante das taxas, que constitui mera actualização de valores que já tinham perdido a seu significado, é aliás acompanhada de medidas de evidente alcance social, consubstanciadas no alargamento das classes de utentes isentos de qualquer pagamento, nomeadamente os reformados, os deficientes e os titulares de pensões sociais.

4. É óbvio, portanto, que não pode pôr-se em causa a estrita observância das determinações dos Despachos referidos, particularmente no tocante a isenções, que são apenas aquelas que taxativamente se enunciam e que resultam de princípios indiscutíveis de solidariedade social.

A COMISSÃO INSTALADORA

SERVIÇOS MÉDICO-SOCIAIS

AVISO

ISENÇÃO DE TAXAS MODERADORAS

Leva-se ao conhecimento dos utentes que a prova de isenção das taxas moderadoras aplicáveis a partir de 1 de Fevereiro de 1981 pelos Despachos Ministeriais n.ºs 57/80 e 58/80, de 29 de Dezembro, pode ser efectuada do seguinte modo:

a) **Na primeira consulta, por mera declaração verbal, à falta de outros meios de prova;**
b) **Nos subsequentes recursos a Assistência Médica, por declaração escrita das entidades competentes, quer da Segurança Social, quer das Autarquias locais, bem como através de recibos, ofícios, ou outros documentos que indiciem, de algum modo, a situação que dá lugar a isenção.**

A COMISSAO INSTALADORA

ROYAL EXCHANGE ASSURANCE

E com o maior prazer que a Companhia de Seguros ROYAL EXCHANGE ASSURANCE anuncia para o dia **2 de Fevereiro de 1981** a sua mudança de instalações para:

RUA José Estêvão, 87
Caixa Postal 1234
1007 Lisboa Codex

O endereço dos telegramas e os números de telex e telefones mantêm-se os mesmos.

De preferência, toda a correspondência deverá ser dirigida a:

Caixa Postal 1234
1007 Lisboa Codex

O Posto Médico, por enquanto, continua a funcionar na Rua Camilo Castelo Branco, 23, 1.º.

Com excepções para o sector público

Governo não vai impor tecto salarial

— garantiu Basílio Horta à CGTP-IN

O ministro de Estado adjunto do Primeiro-Ministro declarou, ontem, depois de uma reunião com representantes da CGTP-Intersindical Nacional, não ser intenção do Governo «a imposição de um tecto salarial».

Basílio Horta confirmava, assim, informações divulgadas pela delegação da Inter e segundo as quais tanto ele como o ministro do Trabalho, Nascimento Rodrigues, apenas tinham admitido como excepção a este princípio a consideração de limites aos aumentos salariais para o sector público «sempre que a situação concreta das empresas e o seu objectivo de combate à inflação o exijam».

A delegação da CGTP, constituída por Armando Teixeira da Silva, José Luís Judas e Manuel Lopes, tinha reafirmado àqueles membros do Governo, neste primeiro contacto directo do Executivo com a superestrutura sindical, a sua «total rejeição à imposição de qualquer tecto salarial».

Durante a reunião, que durou duas horas e meia, foram tratadas, além desta questão, a situação na Standard Eléctrica, os preços dos serviços médico-sociais, os contratos a prazo, a reforma agrária e o congelamento de convenções colectivas de trabalho. A próxima reunião efectuar-se-á dentro de três semanas.

Um comunicado da Intersindical distribuído à Imprensa especificou, entretanto, as posições defendidas pelos representantes sindicais neste encontro com os ministros adjunto do Primeiro-Ministro e do Trabalho.

Assim, a CGTP-IN protestou pelos aumentos dos preços ultimamente decretados, em serviços de primeira necessidade, com especial destaque para os verificados nos serviços médico-sociais e de que foi proposta a sua imediata suspensão.

Foi também manifestada ao Governo a rejeição de «qualquer tecto aos aumentos salariais, tanto para as empresas do sector público como para o privado, chamando a atenção para as situações já criadas com a Marconi, Petroquímica, a EDP e a Quimigal onde os respectivos conselhos de gerência actuam já como se existisse qualquer tecto salarial».

O cumprimento das decisões do Supremo Tribunal Administrativo no que se refere à reintegração dos trabalhadores da Standard Eléctrica e à situação dos trabalhadores da Electro Magnetic e da Messa foram debatidos neste encontro. E no que se refere à Reforma Agrária, a CGTP reclamou a reposição da legalidade democrática, com prioridade para o cumprimento das sentenças dos tribunais, assim como a extensão do subsídio de desemprego aos trabalhadores rurais.

Em relação aos contratos a prazo, para além da necessidade da revisão da lei, que ponha fim à actual situação, foi considerada a necessidade imediata, da Inspecção do Trabalho actuar na reposição das situações ilegais.

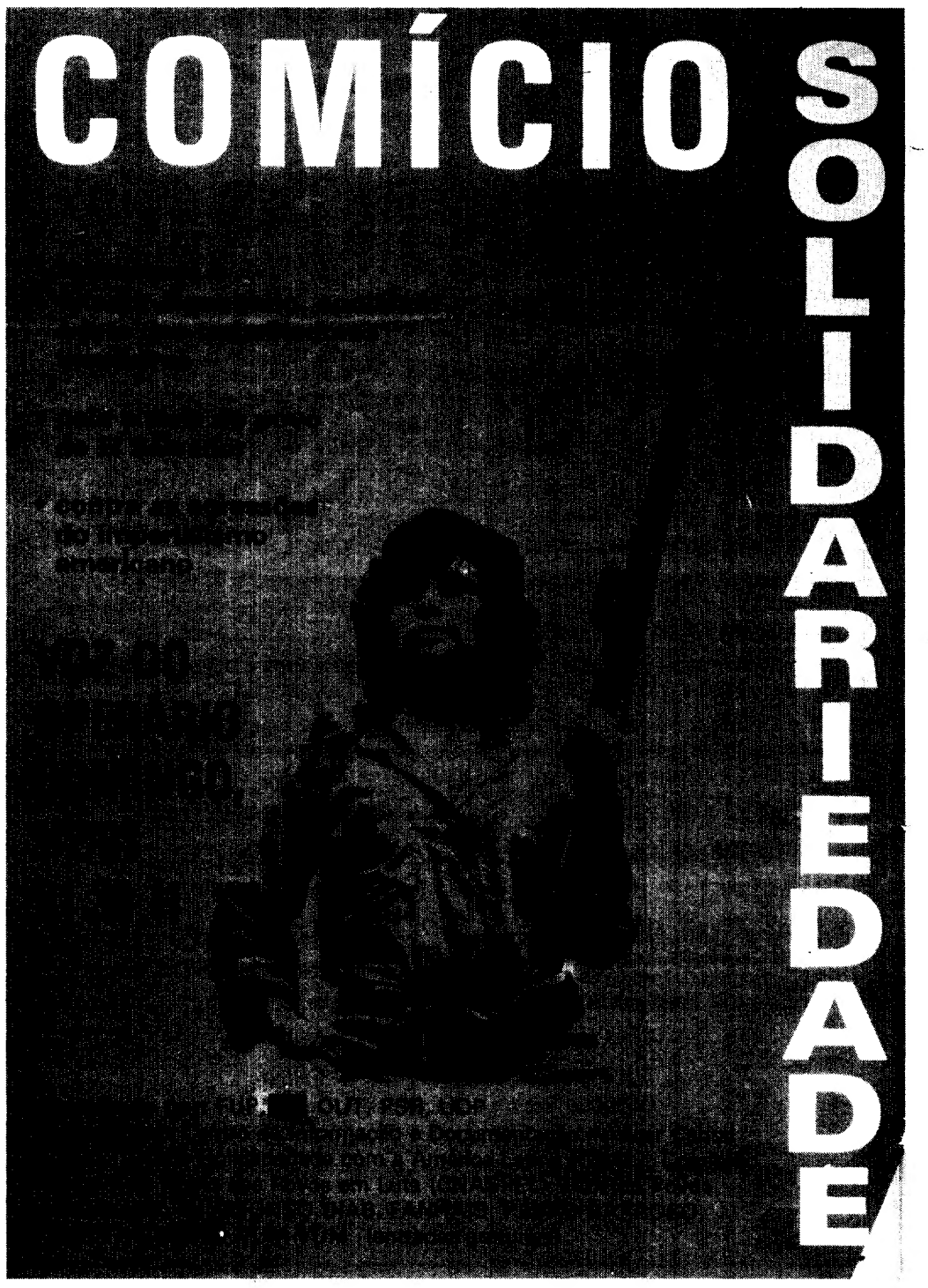
Os três representantes do Secretariado da CGTP entregaram ao Governo listas das convenções colectivas que estão de facto congeladas e reclamaram a sua publicação.

PCP(R) muda de nome

O Partido Comunista Português (Reconstruído) decidiu alterar o seu nome, sigla e grafismo a fim de permitir a sua legalização pelo Supremo Tribunal de Justiça, foi ontem anunciado em conferência de Imprensa.

O tribunal havia recusado a legalização do PCP (R), alegando similitude das designações deste partido com as do PCP, legalizado desde 11 de Janeiro de 1975.

O Comité Central do PCP (R) deliberou entregar no Supremo Tribunal, para legalização, o nome de Partido Comunista (Reconstruído), a sigla PC (R) e uma nova versão gráfica da foice e do martelo, símbolo do partido.



A crise na Câmara do Porto

PSD não quer sacrificar o presidente?

PORTO, 31 – Elementos da Comissão Política distrital do PSD encontram-se hoje com o presidente da Câmara do Porto, arq. Alfredo Coelho Magalhães, no âmbito de várias diligências que estão a ser desenvolvidas pelos dirigentes sociais-democratas com vista à clarificação da crise existente nesta segunda maior autarquia do país.

Vai ou não o arquitecto Alfredo Magalhães continuar à frente do município? É uma interrogação para a qual muitos munícipes não têm resposta segura. Nem na própria Câmara se conhece ainda, exactamente, o que irá acontecer. Sabe-se apenas que, por um lado, o presidente não quer demitir-se («para não servir os interesses da Oposição»); por outro, as opiniões divergem no seio da AD que tem seis dos trezes vereadores. Há quem esconda mal a ideia de que a mudança só pode surgir com a demissão deste presidente. Isto é: para esses Alfredo Magalhães tem todas as culpas por causa da sua visão administrativa e centralizadora da gestão. Esta «não é transparente nem colegial» – afirma ao «DL» Alberto Baldaque, do CDS.

Mas no seio do próprio PSD nem todos estão com o presidente. O arq. Artur Andrade tem-se dessolidarizado em algumas votações. Em declarações prestadas ontem ao «DL», Artur Andrade defendeu a necessidade de criação de uma nova imagem da Câmara. «O que implica, disse, a definição de uma política de cidade, e também a colaboração de pessoas que ligadas a esse programa constituam um todo». Mas será possível este mesmo elenco já acusado publicamente de incompetência e ilegalidades fornecer uma nova imagem? Não muito convicto, o vereador do PSD diz que sim. A nova imagem irá surgir com Alfredo Magalhães na presidência? A resposta é demorada:

«Se o presidente for capaz de funcionar como elemento de uma equipa não há problema». Do mesmo «se» , que parece conter infindas dúvidas, compartilha Alberto Baldaque, do CDS: «se deixar a gestão burocratizada para passar a ser actuante...»

Mas quem acreditará na «cambalhota» do presidente? Tanto mais que já não é nenhum menino...

Talvez por isso, Artur Andrade considere que a intransigência do presidente em não demitir-se constitua «uma grave dificuldade para resolver o problema». Mas nesta como noutras situações é a força do partido ou da AD que conta.

Segundo Artur Andrade os maiores desentimentos na Câmara estão nas formas de acção. O presidente, muito administrativo, burocratizante, com uma gestão que mais parece de «câmara de aldeia», e os seus opositores no seio da AD mais voltados para o exterior, para a solução dos problemas da cidade.

Reconhecendo que a Câmara pouco tem feito, o vereador do PSD considera, no entanto, que o Executivo ainda está a tempo de procurar cumprir o programa se houver «audácia, coragem e vontade política».

Não é nada connosco – diz o CDS.

Para Alberto Baldaque a solução da crise camarária passa «pela mudança do tipo de gestão seguida até hoje», e pela correcta interpretação e aplicação da lei das Finanças Locais, tendo em vista que nos termos da Constituição a Câmara é um órgão colegial em que o presidente o é por ser o primeiro da lista». Carregando na tecla: «A Câmara não é de um só mas sim de um Executivo».

Defensor de «uma gestão por objectivos e não casuítica», Alberto Baldaque admite o recurso à demissão dos três vereadores do CDS se isso servir para resolver a crise. «É preciso cumprir o programa eleitoral com que a AD concorreu» – afirma o vereador centrista. Passou um ano, faltam dois. Quanto à solução da crise, o CDS que com o seu distanciamento crítico tem sacrificado o PSD, está numa situação de «expectativa e apaziguamento».

«Não é nada connosco» – diz-nos, desportivamente, Alberto Baldaque que chama a atenção para a moção de censura aprovada na segunda-feira na Assembleia Municipal, como então noticiámos. «É preciso reflectir profundamente nela dado o peso que os presidentes de Junta (todos os PSD à excepção de um independente) tiveram. Foi uma crítica à falta de operacionalidade da Câmara». Recordamos que a moção foi aprovada com os votos favoráveis do PS, APU e UDP, tendo obtido apenas dois votos contra do PSD e 21 abstenções de membros do CDS, PSD e PPM.

«O que está em causa é a gestão AD».

Para a Oposição o problema não se põe da mesma maneira: o que está em causa não é o Presidente, mas sim a AD. «O avolumar dos problemas não depende só de uma pessoa, mas de uma gestão AD que entrou para a Câmara sem um projecto global que abrangesse a área metropolitana numa perspectiva de futuro» – afirmou ontem ao «DL» o arq. Rosado Correia do PS. «É toda a gestão AD que está em causa» – sublinhou.

Recordando que a carência habitacional do Porto é de 40 mil fogos aproximadamente, Rosado Correia encontra neste campo e no «escândalo dos SMAS» os alvos preferidos. «Como é que se pode admitir que em 1980 o Executivo não tenha projectado uma única casa?».

Do lado da Oposição o PS tem dirigido críticas sucessivas à gestão da AD, tendo-se concretizado no passado dia 10 as diligências de unidade que levaram à denúncia conjunta (PS, APU e UDP), do «caos, incompetência e descrédito» da Câmara.

Para as restantes forças de Oposição representadas na Câmara, o que está em questão é a AD e não apenas o Presidente. O dr. Raul de Castro (APU) por exemplo, sublinha que «nas principais decisões lesivas da população da cidade o presidente tem tido o apoio e a cobertura dos demais vereadores da AD». E cita três exemplos: «o caso do escândalo dos SMAS a proposta não menos escandalosa das construções «J.B.» em que apenas um vereador da AD não votou, e a venda de terrenos municipais em regime de propriedade plena, o que aconteceu pela primeira vez depois do 25 de Abril e representa um poderoso estímulo à especulação imobiliária».

Segundo o vereador da APU a solução passa pela maioria AD, mas também exige «o desenvolvimento de uma atitude unitária de todas as forças democráticas, de forma a que elas possam encontrar uma alternativa que corresponda à defesa dos interesses da população do Porto».

Para o dr. Brochado Coelho, da UDP, a solução da crise depende da «jogada do CDS», mas também da acção unitária das forças da Oposição. «Mesmo num entendimento de gestão capitalista esta Câmara é um desastre» – considera Brochado Coelho, realçando que esta é a política que mais interessa aos especuladores de imobiliários».

Qual será a solução?

Como o presidente é do PSD é evidente que a batata quente desta crise camarária está nas mãos dos dirigentes sociais-democratas. Segundo sabemos, não estão inclinados para a substituição de Alfredo Magalhães. «Não podemos deixar cair assim um militante nosso» – disse-nos ontem o dr. Ilídio Peixoto, presidente da Comissão Política Distrital.

A decisão final, porém, só será tomada na próxima semana, depois de contactos que serão estabelecidos com os restantes vereadores do PSD e com deputados pelo círculo do Porto. Anteontem foram ouvidos os representantes das juntas de freguesia.

Tudo indica, no entanto, que a ideia dos dirigentes do PSD é de não sacrificar o presidente, mas antes diminuir-lhe a acção, torná-lo mais «integrável» no seio dos vereadores da AD, mais participativo, em suma. Só que resta saber se Alfredo Magalhães aceita as limitações de poder. Era uma questão que gostaríamos de ter-lhe colocado, mas o seu secretário disse-nos que o sr. presidente estava muito ocupado e que por isso não nos poderia receber. Fica para outra ocasião.

Mas independentemente da posição que vier a ser tomada no PSD é importante não esquecer o CDS que tem metade dos eleitos pela AD. Irão os seus vereadores aceitar a continuação deste presidente? Ou preferirão que seja promovido o vereador Rafael Campos Pereira, o segundo do PSD na lista?

A resposta estará certamente encontrada na próxima semana. Como todos reconhecem não se poderá perder mais tempo.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO E LEIXÕES

CONCURSO PÚBLICO PARA ARREMATAÇÃO DA EMPREITADA DE PAVIMENTAÇÃO, CONSTRUÇÃO DOS MACIÇOS DE FUNDAÇÃO E ASSENTAMENTO DAS VIAS FÉRREAS E DE GUINDASTES, DO CAIS NORTE DA DOCA N.º 4 DO PORTO DE LEIXÕES

Na sede da Administração dos Portos do Douro e Leixões, Palácio da Bolsa, Cidade do Porto, perante a comissão para esse fim nomeada, realizar-se-á no dia 23 de Março de 1981, pelas 15.00 horas, o concurso para execução dos trabalhos da empreitada em epígrafe.

As propostas serão entregues naquele local até à hora marcada para o acto público do concurso, ou enviadas pelo correio nas condições referidas no programa de concurso.

PREÇO BASE ..... 30 000 000$00
VALOR DA CAUÇÃO PROVISÓRIA ... 750 000$00

Alvará: I Categoria (Construção Civil) e IV Categoria (Vias de Comunicação e Aeródromos), ou 3.ª Subcategoria da I Categoria (Estruturas de Betão Armado e Presforçado) cumulativamente com a 1.ª e 2.ª Subcategorias da IV Categoria, respectivamente, Estradas e Arruamentos, incluindo Terraplenagens, e Caminhos-de-Ferro, incluindo Terraplenagens; as classes deverão corresponder aos valores das suas propostas.

O programa do concurso, projecto e caderno de encargos estão patentes, todos os dias úteis e durante as horas normais de expediente, nos seguintes locais:

— Divisão de Secretariado da Direcção dos Serviços Administrativos e Financeiros — Palácio da Bolsa — Porto.
— Secção de Expediente da Direcção dos Serviços de Produção e Obras, Avenida da Liberdade — Leça da Palmeira.
— Secretaria-Geral do Ministério dos Transportes e Comunicações — Lisboa.

Administração dos Portos do Douro e Leixões, em 28 de Janeiro de 1981.

PelO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO
(Assinatura ilegível)

Via Veneza

SAPATOS— MALAS
ALTA QUALIDADE

CENTRO COMERCIAL DE BENFICA
Est. de Benfica, 739-loja 5-F 1500 LISBOA

SALDOS

NA STOP

RUA DO OURO, 260

CONTINUA O ÊXITO

MALHAS ★ PRONTO A VESTIR ★ LINGERIE

BLUSAS ..... desde ..280$00
CAMISETES..... » ..280$00
CASACOS ..... » ..280$00
PULOVERS ..... » ..280$00
CAMISAS DE NOITE » ..397$50

SÓ VENDO PODERÁ ACREDITAR!

você que pretende organizar um passeio faça já a sua reserva do autocarro

AV. CASAL RIBEIRO N.º 18-B 5.º PISO LISBOA
(TEL.: 57 06 56)

À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais

TINTURARIA GUANABARA – Dep. de Confecções
A. João XXI, 5-D – 1100 Rua Infantaria, 16-55-C – 1300 LISBOA

ASSOCIAÇÃO DOS INQUILINOS LISBONENSES

COMUNICADO

A Associação dos Inquilinos Lisbonenses — AIL que desde 1924 vem pugnando pelo interesse de todos aqueles que habitam na condição de inquilinos, sublocatários, simples hóspedes, moradores de «barracas» ou até em dormitórios comuns (casas de malta), é de facto um **Parceiro Social,** cuja experiência, no sector habitacional e representatividade, lhe dá o direito incontestável de **Tempo de Antena** para vir a público dar conhecimento dos anseios, preocupações e desejos dos moradores que representa, no que se refere ao alojamento.

Assim, solicitou esta Associação à Direcção de Programas da R.T.P. ao abrigo do disposto no art.º 17.º da Lei 75/79 de 29 de Novembro o exercício de **Tempo de Antena** com o fundamento na sua representatividade (cerca de 70 000 sócios efectivos) e objectivo que prossegue.

Dado que no País se atravessa uma crise habitacional, não se compreenderia que uma Associação representativa de um sector que abrange diversas camadas sociais e que vem desde há mais de meio século acumulando um tão grande somatório de experiências no campo de habitação não dispusesse de **Tempo de Antena** como meio de comunicação com tão grandes massas de população, para as quais o problema habitacional é, pelo menos, tão importante como a saúde ou a alimentação.

São às dezenas as pessoas que diariamente acorrem à AIL pondo os seus problemas habitacionais, na sua maior parte, situações verdadeiramente dramáticas.

A nossa intervenção, a nível de um órgão de comunicação social como é a R.T.P., pela sua grande audiência, terá uma utilidade que supomos ninguém poderá minimizar.

A DIRECÇÃO

Diário de Lisboa

de ontem para hoje

Sismos? Não há que ter medo

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica afirmou que nada justifica o receio de que experiências sismológicas a iniciar em breve em Portugal provoquem um tremor de terra. O Instituto afirma num comunicado ter recebido pedidos de esclarecimento de inúmeras pessoas preocupadas com tal hipótese. O que vai verificar-se – esclarece o Instituto – são experiências sismológicas que consistem no rebentamento de pequenas cargas explosivas em pedreiras da região da Grande Lisboa para estudar o comportamento da crosta terrestre. Tais testes serão efectuados de noite entre 9 e 23 de Fevereiro, orientados por técnicos dos Serviços de Geologia do Instituto com a colaboração dos Serviços de Protecção Civil, GNR e PSP.

Grandes Armazéns do Chiado fecham em Fevereiro

Os Grandes Armazéns do Chiado vão fechar as portas até ao próximo dia 16 de Fevereiro, data em que reabrirão por breve período para liquidação total. O estabelecimento, vendido pela família Nunes dos Santos por quinhentos milhões de escudos a uma nova empresa que consorcia elementos de armazéns similares, passará a ter uma «feição europeia». O velho edifício que começou por ser convento do Espírito Santo dos Frades de S. Filipe Nery, tornou-se habitação dos viscondes de Barcelinhos e de Ouguela, mais tarde residência do marquês de Niza, e foi, no final do século passado o Hotel Universal dos romances de Eça. Transformou-se finalmente nos Grandes Armazéns do Chiado, que chegaram a expandir-se a alguns pontos do País.

Estado compra carruagens antigas

Doze carruagens antigas, de uma colecção particular que se encontrava em Beja e cuja venda para o estrangeiro estava iminente, foram compradas pelo Estado português – soube a ANOP junto do Instituto Português do Património cultural. As carruagens, que vão ficar provisoriamente em exposição no Palácio de Vila Viçosa, pertenciam ao visconde da Corte e foram avaliadas por aquele Instituto em cerca de dois milhões de escudos. Trata-se de um carro datado do século XVIII e de onze do século passado, cinco dos quais de fabrico português e os restantes de origem francesa e inglesa.

Donativos da Caritas para os Açores

A Caritas açoriana já despendeu cerca de 16 milhões de escudos no apoio à reconstrução das casas danificadas pelo terramoto de 1 de Janeiro do ano passado. O envolvimento global deste organismo da Igreja Católica na reconstrução das ilhas Terceira, S. Jorge e Graciosa atingirá, no total, cerca de 75 milhões de escudos.

Cinquenta e três presos em Madrid

Um total de 53 presos encontram-se actualmente nas cadeias da província de Madrid, segundo informações oficiais prestadas à ANOP. Na prisão de Carabanchel estão trinta homens, na de Enores seis, dos quais um deve sair hoje em liberdade, dois numa das cadeias de Alcala de Henare, aguardando julgamento, e sete noutra, enquanto na prisão de mulheres se encontram oito portuguesas. Dos trinta detidos de Carabanchel, sete aguardam expulsão por entrada clandestina em Espanha ou falta de documentos, um espera a extradição, doze cumprem penas por delitos comuns, dois estão à disposição do poder judicial por roubo à mão armada e falsificação de documentos, encontrando-se os restantes à espera de julgamento por delitos comuns.

Três mortos na estrada

Três mortos e 32 feridos é o balanço dos 39 acidentes de trânsito registados pela GNR nas estradas do continente entre as 12h00 de quinta-feira e a mesma hora do dia seguinte. Segundo a GNR, dezasseis dos feridos encontram-se em estado grave.

Leiria reclama ampliação do hospital

O director do Hospital Distrital de Leiria reclamou «a construção dum terceiro piso neste estabelecimento, que aumentará a sua capacidade em setenta camas». Em conferência de Imprensa, Fernando Lopes considerou que «o alargamento das actuais instalações não invalida a edificação dum novo hospital». Antes da conferência de Imprensa realizou-se uma cerimónia de entrega de diplomas atribuídos pelo Instituto Nacional de Sangue aos principais dadores do distrito.

Congresso dos Skal

Mais de três centenas de profissionais de turismo participam em Albufeira no Quinto Congresso Nacional dos Skal Clubes Portugueses. O encontro termina no próximo dia 2 e conta com a presença de delegações dw Lisboa, Porto, Madeira, Algarve, Macau, Espanha e Inglaterra. Tem como objectivo o debate da problemática turística bem como o convívio entre os participantes. O Ska, é um movimento internacional dos profissionais de turismo com mais de quinhentos clubes e trinta mil sócios, que tem por objectivo fundamental promover amizade entreos homens da indústria do turismo em todo o Mundom

Assalto aos estaleiros da Gafanha da Nazaré

Três indivíduos encapuçados assaltaram ps estaleiros da «Carnave» na Gafanha da Nazaré, em Aveiro, levando mais de um milhão de escudos. O asalto deu-se cerca das 17 horas de ontem no momento em que se procedia ao pagamento mensal dos trabalhadores. Os assaltantes fugiram num carro onde os aguardavam dois cúmplices.

Tráfego vai entrar na "ordem"

Governo ultima teste anti álcool e anuncia inspecção para este ano

O ministro dos Transportes e Comunicações deverá enviar na próxima terça-feira ao Conselho de Ministros uma lei limitativa do consumo de álcool pelos automobilistas. Viana Baptista, titular da respectiva pasta, afirmou, na visita de trabalho que fez à Direcção-Geral de Viação – onde se inteirou de problemas específicos do referido serviço público –, que a lei do controlo de álcool só será aplicada seis meses após a sua aprovação. Os índices de alcoolismo constantes do projecto de lei são de 0,8 a 1,2 gramas por litro de sangue, o que representa uma certa tolerância em relação a outros países da Europa, onde o limite é de 0,5 gramas por litro.

Dotadas de aparelhagem própria, as autoridades fiscalizadoras detectarão, através do sopro, se o condutor está ou não afectado por bebidas alcoólicas, podendo o examinado requerer, em caso de dúvida, uma análise ao sangue. Se se comprovar que o índice alcoólico é superior ao estipulado, o infractor será punido com multa de mil a cinco mil escudos, podendo, ainda, ser-lhe apreendida a carta ou ficar detido.

A inspecção obrigatória dos veículos – referiu o ministro dos Transportes – iniciar-se-á este ano, começando prioritariamente pelos transportes públicos. Depois, serão os das empresas de camionagem privadas e, por último, os veículos ligeiros. Este tipo de inspecção, que incidirá sobre o estado geral do veículo, designadamente pneus, luzes e travões visa atenuar a deterioração do parque automóvel e proporcionar maior segurança na circulação rodoviária.

Por outro lado, as Direcções de Viação de Lisboa e do Porto irão ser dotadas de subsecções, de forma a permitir o descongestionamento que normalmente se regista nas direcções centrais. Tal medida facilitará à população dessas zonas uma mais rápida e cómoda resolução dos assuntos a tratar – acrescentou.

No Norte serão criadas subsecções em Braga e Vila Real e, na região de Coimbra, para além da de Aveiro – já a funcionar –, vão ser implantados idênticos serviços em Leiria, Viseu e Guarda.

Na zona de Lisboa, beneficiarão da criação de novos serviços as cidades de Santarém e de Setúbal e, na região Sul, a de Faro.

Como futuro membro da Comunidade Económica Europeia, Portugal vai actualizar o Código de Estrada, revisto em 1965.

Também importamos rações para animais

Associação cria prémio de cem contos para reduzir dependência do estrangeiro

O facto de Portugal se encontrar em flagrante dependência do estrangeiro quanto a alimentos compostos (rações) para animais, levou a Associação dos Industriais do ramo a instituir um prémio de investigação de novas possibilidades. Enquanto isso, a CNA (Confederação Nacional da Agricultura) manifesta a sua «total oposição a qualquer novo aumento dos preços das rações para gado», sustentando que agricultores e produtores pecuários estão a vender os seus animais a preços baixos e com dificuldades de escoamento, não suportando maiores custos de produção.

Voltando à Associação Industrial dos Alimentos compostos para Animais e ao prémio em hasta pública: destina-se a galardoar trabalhos de investigação nos domínios da substituição de importações forrageiras, controlo de qualidade dos alimentos compostos e outras matérias-primas que os integram. Segundo aquela associação, a investigação portuguesa no campo dos alimentos compostos é «modesta», assinalando-se um «atraso generalizado em matéria de inovação e modernidade técnica».

Em Portugal existe, presentemente, quase uma centena de fábricas de alimentos compostos para animais, pertencentes a 87 empresas, três das quais nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Os compostos fabricados em Portugal são, contudo, muito escassamente portugueses. O seu fabrico é feito à base de cereais e bagaços, na sua maioria importados ao custo de muitos milhões de escudos, que representam um preço sensível na desequilibrada Balança de Pagamentos.

Os números das importações são «assustadores»: em relação a 1979 importaram-se 54 mil toneladas de amendoim (a nove escudos e cinquenta centavos o quilograma), 26 mil toneladas de cártamo (em parte de produção nacional), 92 mil toneladas de girassol (na sua maior parte importado a 7$20 o/quilograma) e 334 mil toneladas de soja (de importação é a 11$00 o/quilograma).

Paralelamente, importaram-se 1620 mil toneladas de milho (ao preço subsidiado de sete escudos), 158 mil toneladas de sorgo (a seis escudos e setenta centavos o quilograma) bem como farinhas de peixe, sêmeas e outros produtos. Os cereais importados são subsidiados na ordem dos 80%, o que explica que os preços médios das rações sejam em Portugal de 12$00 o quilograma, quando o seu preço autêntico deveria orçar os 16 escudos.

Alguns estabelecimentos oficiais e particulares, como a Comissão da Alimentação Animal, a Estação Zootécnica Nacional, o Laboratório de Nutrição Animal e o Centro de Investigação de Oeiras, da Fundação Gulbenkian, vêm procurando soluções para as carências portuguesas e a situação de quase total dependência do estrangeiro, esforços considerados «modestos» e que levaram à instituição do Prémio IACA (Industriais de Alimentos Compostos para Animais), que será entregue, anualmente, no valor de cem mil escudos.

Ainda pecuária: o transporte gratuito para o matadouro e facilidades de escoamento de gados em condições de abate, são medidas adoptadas pelo MAP perante as dificuldades que enfrentam actualmente os criadores portugueses. Essa situação deve-se à persistência de condições climatéricas desfavoráveis à agricultura, com reflexos mais gravosos nas pastagens e, paralelamente, ao surto de febre aftosa, declarado no princípio do Verão e que tem impedido a normal realização de feiras e mercados.

As medidas anunciadas pelo MAP visam maior facilidade de escoamento dos animais em período de abate e caracterizam-se, especialmente, por transporte dos animais a cargo da Junta dos Produtos Pecuários.

Carcaças têm novos preços

O MAP estabeleceu novos preços de garantia por quilograma de carcaça.

São os seguintes: ovinos--extra: 210 escudos; primeira 195 escudos; segunda, 180 escudos.

Bovinos adultos: bois de primeira categoria: 180 escudos, vacas de primeira: 165 escudos; bois de segunda: 165 escudos; vacas de segunda: 155 escudos, bois e vacas de terceira: 120 escudos.

Estes preços incluem o pagamento do couro ou pele, das miudezas e despojos.

tan tan

Rossio, 118
Av. de Roma, 17-A

R. Almeida e Sousa, 20-A
Av. 25 de Abril, 48 — Almada

SALDA A PARTIR DE 2.ª-FEIRA

ACEITAMOS CARTÕES SOTTO MAYOR E UNIBANCO

Maria Alice Chicó

A paixão de Évora

«Procuro estar atenta ao que a cidade me pede . . .» – diz Maria Alice Chicó, directora do Museu de Évora, isto a propósito da integração do museu no meio social. Deve ser um elemento vivo, que as pessoas usem com naturalidade. E não o lugar quase **«sacro»**, onde reina a ordem, o silêncio, a distância. O mundo estático, em oposição ao que mexe, lá fora. Do outro lado. **«Claro que hoje vivemos uma época controversa . . . e os museus não podem dar uma ideia errada da realidade.»**

Maria Alice Chicó defende uma concepção de **museu**, diferente daquela que é habitual e procura, dentro, do possível aplicá-la na prática, ao funcionamento diário. Afinal o que se procura num **museu?** Apenas a contemplação da Arte? **«Acho que não deveria ser isso . . . um museu não deveria ser apenas a arrumação, mais ou menos, harmoniosa dos objectos de valor.»** Um museu terá de ser algo de dinâmico. Se o não for, as pessoas afastam-se intimidadas.

Defende a animação dos museus. Daí que tivéssemos criado um serviço educativo dirigido para a sua descoberta pelas crianças do ensino pré-primário e primário. Um dos motores dessa actividade é a ligação entre visitantes e museu. Eles, as crianças, são recebidas, à porta por um personagem que as introduz no interior e as acompanha no percurso. Trata-se sempre de uma figura com quem se sentem familiarizadas. O índio, o charlot, o palhaço.

Depois, a descoberta do museu, pelas crianças, é realizada através da expressão dramática, musical e plástica.»

Jogo

Levar crianças a um **museu**, conduzidas, por um adulto, como se se tratasse de um rebanho, é um erro. E, no fundo, fazê-las caminhar por uma casa fria e triste, que não lhes interessa. É a maneira mais simples de as traumatizar em relação aos **museus.** Quando crescerem não lhes apetece pôr lá os pés. Pelo contrário, se o primeiro contacto resultar, vão, mais tarde, compreender e amar o museu. Aqui entra um elemento importante que é o **jogo . . .**

«Começámos, em 1979, no Ano Internacional da Criança. Fala-se muito na defesa do património . . . Ora isso tem de vir da base, da escola primária. Através de uma educação que ponha em relevo, perante as crianças, a importância do património na história de uma cidade e de um povo.»

O serviço educativo do **museu** não se limita somente à cidade. Dirige-se ainda para as escolas do concelho de Arraiolos que já efectuaram diversas visitas, dentro dos moldes preconizados. Colaboram com a dr.ª Maria Alice Chicó três animadoras, duas delas professoras primárias e a outra, aluna do Magistério.

«Trabalham para que as crianças, quando forem adultos, daqui a dez ou vinte anos, tenham uma atitude diferente, perante o museu, daquela que hoje encontramos. Infelizmente os Serviços Educativos só existem em três ou quatro sítios. No Museu de Arte Antiga e do Traje de Lisboa, no Porto e em Lamego . . . É pouco.»

Curioso! A estatística do ano passado, apresenta um maior número de visitantes portugueses do que estrangeiros. Quererá isto dizer qualquer coisa?

«Pode ser já um sinal de interesse. Para que a orientação, imprimida ao museu, se imponha, é preciso continuar a dar a mão à cidade. De ter abertura em relação a outras instituições culturais, nomeadamente o Centro Cultural de Évora. Ainda há pouco cedemos as instalações à Associação de Estudantes para uma exposição de trabalhos artísticos. De pintura, escultura e exposição gestual. O ano passado organizámos uma exposição sobre Camões e a sua época que se manteve patente durante dois meses. Temos, também, promovido na igreja das Mercês, anexa ao Museu, concertos de arte sacra . . . Enfim! Quanto mais iniciativas melhor.»

Um museu tem de trazer as pessoas junto de si. Já que não se pode deslocar até elas às aldeias, aos campos. Daí que tenha de ser aliciante e chamativo.

«Defendo o património não só dentro do museu mas também fora dele e como tal prestei colaboração às missões arqueológicas, sobretudo a uma luso-francesa que se deslocou a Évora para estudar a valorização do Templo Romano . . .»

Herculano consultado

Maria Alice Chicó refere-se ao chamado **Templo de Diana** que, ao que parece, ainda não foi objecto de estudos profundos. Data do séc. II depois de Cristo. Situa-se, não por acaso, no ponto mais alto da cidade. Segundo a directora do Museu presume-se que seja monumento inserido no culto imperial.

«A ideia de . . . Diana, quanto a mim é fantasista. Nasceu na cabeça de um escritor do séc. XVII. Não se sabe a que divindade foi consagrado. Mas, pela sua grandeza, supõe-se que tivesse sido ao imperador. Os arqueólogos, no entanto, afirmam que o Templo de Évora é um dos mais perfeitos do mundo. Obedece, fielmente, aos cânones clássicos da arquitectura religiosa romana. Poderá ser valorizado quando se proceder à limpeza dos capitéis. Quando o mármore de que estes são feitos for restituído à sua cor primitiva. Trata-se de uma operação delicada que requer a participação de especialistas.»

Aos romanos seguem-se os bárbaros que devem ter destruido um parte do Templo, entre os sécs V e VII. E depois os árabes que, segundo os entendidos, colocaram, à volta do monumento, paredes adventícias. Por volta de 1870, o bibliotecário Filipe Simões, um acérrimo defensor do património, após ter consultado diversos especialistas, entre os quais Alexandre Herculano, conseguiu que as tais paredes, deturpadoras da originalidade do Templo fossem tiradas.

«Acho fundamental que as populações conheçam a história dos seus antecessores. Aparece uma coluna, um arco gótico e deixam-se à vista para que as pessoas tenham a noção dos elementos que constituem a cidade.»

Esta é a posição de Maria Alice Chicó. Mulher, museóloga, que, segundo ela própria confessa tem **«a paixão de Évora».**

Lourdes Féria

Carlos Macedo é um dos visados

Núcleo de Protecção denuncia batidas aos lobos e javalis

Enquanto batedores e caçadores profissionais matam lobos, javalis e raposas na região de Bragança, o NPEPVS (Núcleo Português de Estudo e Protecção da Vida Selvagem) protesta com veemência. Segundo o NPEPVS, com sede no Porto, as batidas são «organizadas com particular cuidado e exuberância», nelas tomando parte «um membro do Governo, o ministro dos Assuntos Sociais».

A acusação do NPEPVS, reportando-se ao fim-de-semana hoje iniciado não deixa, no comunicado em questão, de relembrar as posições que publicamente exprimiu em anos anteriores «que mantém inalteráveis», e sublinha que, «nos termos da lei vigente, as batidas ao lobo são ilegais».

O comunicado considera que «tentar restaurar as caçadas medievais e brincar aos caçadores com espécies em perigo de extinção é muito grave» e acrescenta que a participação «de um membro do Governo e altos funcionários da Administração é mais grave ainda».

Dois javalis e uma raposa foram abatidos anteontem numa caçada realizada no nordeste, em que participaram o ministro dos Assuntos Sociais, Carlos Macedo, 110 convidados portugueses e espanhóis, e meia centena de batedores.

Em jogo milhares de contos

"Luna Parque" vai ficar ao lado do Jardim Zoológico

A Câmara Municipal de Lisboa, a Sociedade Zoológica (do Parque das Laranjeiras) e uma empresa privada, a «Exportrade», deverão assinar quarta-feira o termo da constituição do chamado «Luna Parque de Diversões de Lisboa».

Em conformidade com os termos do contrato, a Quinta de Santo António, anexa ao Jardim Zoológico de Lisboa e propriedade da respectiva empresa, cederá cerca de 9 hectares para a construção do «Luna Parque», e 1,6 ha para a estação do Metropolitano. As actuais instalações, que servem de plantio de forragens para os animais do «Zoo», de armazém de víveres, frigorífico, padaria, forno crematório e matadouro, passarão para os terrenos do Parque das Laranjeiras (o Jardim Zoológico propriamente dito).

O «Luna Parque» de Lisboa, empreendimento que envolve um investimento de vários e ainda não estabelecidos, definitivamente, milhares de contos, será concebido segundo moldes norte-americanos. Assim, a Sociedade Jardim Zoológico, receberá, no primeiro ano, pelo arrendamento da Quinta de Santo António, a verba de 3,6 milhões de escudos, a qual será aumentada anualmente por forma a compensar a desvalorização resultante da inflação. Além disso, o Jardim participará também na empresa proprietária do **«Luna Parque»** com uma posição de 10 por cento.

Por seu lado, a Câmara Municipal de Lisboa far-se-á igualmente accionista da referida empresa, com uma participação de 15 por cento a realizar através da implantação das infra-estruturas indispensáveis ao **«Luna Parque** tais como ruas, esgotos, instalações de abastecimento de água electricidade e outras.

CORREIO da manhã

UM NOVO SERVIÇO AOS LEITORES

PEQUENO ANÚNCIO

GRÁTIS

Na discussão do Relatório da UGT

A maior polémica jamais verificada em congressos sindicais

Torres Couto viu, ontem, o seu relatório ao Congresso da UGT, apresentado na qualidade de secretário-geral daquela central sindical, ser aprovado por maioria com 41 votos contra e uma abstenção. A proposta de alteração de Estatutos e do Regulamento Eleitoral foi igualmente aprovada por maioria, com 662 votos a favor, 32 contra e cinco abstenções.

Entre os representantes diplomáticos de 19 países convidados à sessão inaugural avultava a presença do Embaixador dos Estados Unidos, Richard Bloomfield e o seu adjunto para as questões de trabalho. Os participantes estrangeiros foram, entretanto, recebidos pelo Presidente da República. Entre eles contavam-se o secretário-geral do Comité Económico e Social da Comunidade Económica Europeia, Roger Louet, e o secretário-geral adjunto da Confederação Internacional de Sindicatos Livres, John Vanderveken.

A discussão do Relatório apresentado por Torres Couto originou a maior polémica registada em qualquer congresso sindical realizado em Portugal.

Para discutirem este documento inscreveram-se 32 oradores, que dispunham de um tempo de três minutos para cada intervenção.

Destes, dezoito manifestaram-se a favor do relatório e catorze contestaram-no.

Os contestatários de Torres Couto acusaram-no e aos dirigentes da UGT de «conluio com o grande capital e patronato», de «falta de qualquer representatividade», «intenções divisionistas» e «ilegalidades na eleição dos delegados».

A sessão da noite de ontem principiou às 23.00.

Intervieram vinte oradores que, nos três minutos atribuídos pela mesa a cada um, atacaram ou defenderam as propostas do Secretariado.

A sessão ficou assinalada por um pequeno incidente que, por pouco, não resultou em agressão física a um delegado.

O incidente verificou-se após a intervenção de José Tavares, do Sindicato dos Escritórios, que defendeu, em termos contundentes, as posições dos cerca de cinquenta delegados identificados com a linha sindical da CGTP.

O presidente da Mesa, Mário Nunes da Silva, chegou a gritar ao microfone «senhores delegados não se batam» e a questão foi sanada depois da assembleia adoptar a palavra de ordem «UGT, UGT».

O facto deu origem a alguns «pontos de ordem», alertando para a «presença na sala de grupos de provocadores».

O presidente da mesa decidiu proibir os oradores de utilizarem «expressões ofensivas».

O ambiente acalmou e os trabalhos prosseguiram num tom mais moderado, mas sempre com duras críticas aos dirigentes da UGT e aos considerados «representantes da Intersindical».

Para hoje prevê-se novamente uma sessão agitada com a discussão e votação do programa de acção e definição da estratégia político--sindical para os próximos três anos, chegando alguns dirigentes da UGT a admitir a possibilidade de os delegados conotados com a CGTP abandonarem o Congresso.

Segundo Rui Oliveira Costa, do Secretariado da UGT, os poucos problemas que ainda subsistiam entre as tendências socialista e social-democrata em relação às listas de candidatos aos órgãos superiores da estrutura sindical foram já ultrapassados.

Mensagem de Walesa

Este segundo congresso da União Geral de Trabalhadores (UGT), cujos trabalhos estão a decorrer desde ontem de manhã em Lisboa, conta com a presença de 1100 delegados e, segundo documentação distribuída pelos serviços de apoio à Imprensa, 80 convidados e 47 representações de organizações sindicais estrangeiras.

Na bancada de convidados tomaram lugar destacado Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista, e Maldonado Gonelha, principal responsável e inspirador da íntima ligação entre aquele partido e a UGT.

Segundo informação divulgada pela ANOP, o II Congresso da UGT custa, em despesas de organização, cerca de oito mil contos.

O dirigente sindical polaco Lech Walesa enviou ao congresso uma mensagem de «solidariedade com os trabalhadores portugueses».

A mensagem, aplaudida de pé pelos delegados, foi lida pelo secretário-geral Torres Couto, no final dos trabalhos da sessão da manhã de ontem.

No documento, Walesa manifesta a «solidariedade e amizade de todos os filiados no Sindicato polaco «Solidariedade» aos trabalhadores portugueses, na sua luta pelo sindicalismo livre e pelo socialismo democrático».

A aparelhagem sonora emitiu, até ao início dos trabalhos, alguma música clássica, e muita música ligeira francesa e anglo-saxónica, onde não faltou o «rock».

António Janeiro ao "DL"

"A UGT talvez não resistisse a uma luta de tendências no Congresso"

António Janeiro dirigente de um dos maiores sindicatos de serviços do País, o SITESE (Sindicato dos Escritórios, Comércio e Serviços) deputado do PS, falou ao «D.L.» das questões sindicais que se levantam no seio dos socialistas, designadamente após o encontro de Tróia, e das perspectivas que se abrem para a UGT com o seu segundo congresso, e também para a SITESE, lançado numa campanha pública de angariação de sócios.

«Diário de Lisboa» – Esteve presente no encontro de Tróia que consagrou a linha Gonelha como a linha sindical do PS. Está de acordo com a linha sindical Gonelha?

António Janeiro – Não há linha sindical Gonelha. Eu explico: concretamente, os textos aprovados no encontro de Tróia são textos que abordam os mais variados temas da vida sindical. Muitos foram feitos a partir dos próprios textos da FRS e na discussão anterior ao encontro que houve com socialistas da Sitese foram introduzidas bastantes alterações. Foram esses textos que acabaram por ser aprovados em Tróia. Muita gente participou na sua elaboração pelo que não pode ser atribuido a uma pessoa. O que se pode chamar é a linha de actuação dos sindicalistas socialistas no movimento sindical.

«D.L.» – Defende que os trabalhadores socialistas devem ser obrigados a pertencer à UGT desde que desejem sindicalizar-se?

A. J. – Trata-se de um texto que apareceu no encontro de Tróia, uma moção que carece de discussão no Congresso do PS. Será aí que me irei pronunciar. A proposta tem inconvenientes e vantagens. Os socialistas vão tomar uma decisão nessa matéria de modo a que se fortaleça a luta pelo sindicalismo democrático.

«D. L.» – Disse numa entrevista recente a «O Jornal» que fora apanhado de «surpresa pela forma como foi constituida a UGT», reconhecendo que os sindicatos precisavam de maior representatividade nessa central sindical. Eu pergunto-lhe: foi democrático, foi representativo o processo de constituição da UGT?

A.J. – Todas as constituições das centrais desde a Inter à UGT, no seu início tiveram sempre dificuldades de uma ou de outra ordem.

Na constituição da UGT, na realidade, fomos surpreendidos, os socialistas do Sitese, com a representabilidade que atribuiam ao nosso sindicato. Na preparação interna e na alteração do Congresso da UGT todas essas questões foram afastadas. Assim a representabilidade dos sindicatos passa a ser proporcional ao número de associados e portanto todas as questões que tínhamos colocado na constituição da UGT estão afastadas.

Criação da UGT: um mal necessário...

A constituição da UGT na minha opinião foi representativa porque representava milhares de trabalhadores democráticos. Poderíamos não estar de acordo em termos corporativos – passe o termo – mas em face da necessidade de criar uma alternativa aos trabalhadores portugueses, logo aceitamos os métodos democráticos da sua constituição.

«D.L.» – Porque é que o documento da esquerda laboral subscrito por Marcelo Curto e outros sindicalistas socialistas não foi sequer abordado no encontro de Tróia? Acredita também que, como alguém disse no encontro, Marcelo Curto e outros sindicalistas não têm representatividade alguma no campo sindical socialista?

A.J. – A questão do documento de Marcelo Curto e outros camaradas socialistas não ter sido abordado em Tróia é uma falsa questão porque é um documento para ser discutido no Congresso do PS. O encontro de Tróia era para preparar o Congresso da UGT. No tocante à representatividade de A, B ou C é subjectivo para mim. Não há uma medida-padrão para medir a representabilidade. Ver-se-á isso no Congresso do PS.

«D.L.» – Está de acordo com os critérios de paridade para a ocupação dos órgãos dirigentes da UGT?

A.J. – Fiz parte da discussão da preparação do Congresso da Inter em 1976. Nessa altura discutia a paridade nos órgãos dirigentes e discutiu-se longamente entre dirigentes sindicais de várias formas de pensamento. Em primeiro lugar, é só para provar que é normal que na preparação dum congresso sindicalista das mais variadas formas de pensamento se juntem e tentem um consenso. No que me referi atrás não foi possível chegar a um acordo. No tocante ao Congresso da UGT é evidente que defendo e defendi o entendimento, pois que a UGT ainda é uma estrutura jovem que precisa fortalecer-se e caso houvesse no Congresso uma luta de tendências, talvez a UGT não resistisse.

Não há linha sindical Gonelha

Mas para o III Congresso defenderei firmemente que as tendências que forem mais representativas se afirmem como tal. Penso que será a tendência socialista já que temos grande implantação nos trabalhadores e isso tem que se reflectir na UGT.

O crescimento da SITESE

«D.L.» – Quantos trabalhadores tem o SITESE? A campanha que agora andam a fazer na Baixa significa que diminiu o número de sindicalizados?

A.J. – O Sitese actualmente tem cerca de 65 mil associados, com tendência a crescer. Aliás, é considerada a maior estrutura sindical em número de associados e em número orçamental.

O Sitese é um sindicato fundado em 1918 com grandes tradições de luta no movmento sindical. Tem passado por várias transformações, a última das quais é a sua abertura ao sector do comércio. Como divulgámos recentemente em conferência de Imprensa o nosso objectivo principal é conseguir congregar neste sindicato a grande massa de trabalhadores não sindicalizados dos sectores de escritórios, comércio e serviços que se dessindicalizaram ou nunca estiveram sindicalizados. Prevemos que esta campanha terá uma duração de dois anos. Não é uma angariação desesperada de sócios, pois somos o maior sindicato em número de associados deste país, mas sim um trabalho de consciecialização dos trabalhadores que só organizados em sindicatos fortes e representativos se poderão defender do patronato e de outras formas de exploração que todos os dias se lhes deparam.

No nosso País, infelizmente, os sindicatos têm estado a perder sócios todos os dias – mas todos os sindicatos, desde os da UGT aos da CGTP-IN – e nada têm feito de significativo para combater esse estado de coisas. Por não ter havido nenhuma acção dos sindicatos nesse sentido, os órgãos da informação, na generalidade, tomaram por inédita esta campanha. O nosso desejo é que esta campanha deixe de ser inédita e que todos os sindicatos, todas as correntes lancem uma ofensiva junto dos trabalhadores, os consciencializem da necessidade premente da sindicalização.

Segundo oito Federações e seis Sindicatos

Agravam-se as relações de trabalho na Petrogal

As relações de trabalho na Petrogal continuam a deteriorar-se não estando ainda afastados, de vez, os efeitos nocivos da perseguição a que têm sido votados os lideres sindicais que mais se destacaram na última greve.

O alerta foi lançado por oito Federações sindicais e seis Sindicatos do sector que insistem na denúncia do prosseguimento de processos disciplinares selectivos a sindicalistas e do não cumprimento, por parte do Conselho de Gerência, da globalidade do Acordo Colectivo de Trabalho.

Trata-se de uma «situação difícil e de consequências imprevisíveis», segundo as estruturas sindicais que ontem emitiram um comunicado a este propósito. Ela levou, inclusive, à realização de plenários gerais de trabalhadores em todas as instalações de produção e serviços da empresa. Nesses plenários foram levantados os casos concretos e as acções desencadeadas pelo Conselho de Gerência da Petrogal com o intuito, segundo o comunicado, de «criar um clima de desestabilização a todos os níveis da empresa».

Concretamente, as referidas oito Federações e seis sindicatos representativos de trabalhadores da Petrogal dizem estarem em curso – para além dos processos disciplinares e o não cumprimento global da ACT – «manobras escuras e antidemocráticas que visam não reconhecer e não aceitar a existência legal de estruturas representativas dos trabalhadores (Sub-CT's) as tentativas de impedir o pleno direito da CCT ao exercício do controlo de gestão e às organizações sindicais de participarem e exercerem a sua actividade legal no campo laboral e social na empresa, a utilização abusiva, e injustificada de contratos a prazo, o avolumar de prejuízos económicos, profissionais e sociais que afectam os trabalhadores que laboravam em instalações que a empresa encerrou e designadamente aos que permaneceram no quadro geral transitório».

Barre, Portugal e a CEE

"Não concluir negociações sem clarificar a Comunidade"

«Antes de concluir as negociações encetadas com a Espanha e Portugal, desejámos que se fizesse uma clarificação sobre esses pontos essenciais no seio da Comunidade» – disse o primeiro-ministro francês Raymond Barre ao ser-lhe perguntado, há dias, quais seriam as incidências do orçamento atribuído à políticas agrária da CEE na entrada de Portugal e Espanha na CEE.

As declarações de Barre têm particular importância para o nosso País pois colocam uma vez mais a questão do adiamento da entrada de Portugal na CEE em virtude dos problemas levatandos pela Grã-Bretanha para a sua contribuição ao Orçamento comunitário.

A Embaixada da França em Lisboa distribuiu à Imprensa o texto completo das declarações de Barre, chamando a atenção para o facto de a resposta incluir igualmente Portugal, o que não deixa também de ter o seu significado político.

Lembrando ter já explicado a situação ao Chefe do Governo e à Imprensa espanhola, quando da visita a Madrid, em Julho de 1980, Raymond Barre, disse aos jornalistas que «a França é favorável a esse alargamento, isto é à entrada na comunidade de dois países europeus Espanha e Portugal que têm boas razões para desejar participar na construção da União Europeia».

Depois historiou a evolução do problema:

«Em 1979, quando as negociações foram encetadas, pensávamos que o enquadramento comunitário estava assegurado, tanto no que diz respeito à política agrícola comum como no que diz respeito ao financiamento da Comunidade. Ora, em fins de 1979 e princípios de 1980, a Comunidade atravessou uma crise muito séria, provocada pelo pedido britânico de que fosse substancialmente reduzida a sua contribuição no orçamento da Comunidade e, por outro lado, pelo pedido da Grã-Bretanha e de certos Estados membros da Comunidade para que se procedesse a um reexame da política agrícola comum tendo em vista a sua eventual revisão.»

«A partir de então, era difícil encetar ou prosseguir negociações relativas ao alargamento de uma Comunidade da qual certos elementos essenciais eram ou podiam vir a ser postos em questão. De que serve, pois, deixar entrar na Comunidade um país que dela não faz parte, se a política agrícola comum a que este país deseja aderir volta a ser posta em causa sem que sequer se saiba o que é que a vai substituir? Para que serve deixar entrar novos países na Comunidade se os seus mecanismos financeiros têm igualmente de ser revistos?»

«Antes de concluir as negociações encetadas com Espanha e Portugal, desejámos, pois, que se fizesse uma clarificação sobre esses pontos essenciais

«Esta posição não é dirigida contra os países candidatos à adesão. E uma posição de clareza e de honestidade a seu respeito porque é difícil prometer a tal ou tal governo que será bem-vindo e que obterá o que deseja quando se sabe perfeitamente que certos pontos fundamentais voltam a ser postos em causa.»

«A França considerou, sempre, o caso europeu como um assunto sério. Se, em numerosas ocasiões, fomos parceiros incómodos, não foi porque quiséssemos fazer triunfar os nossos próprios interesses mas porque considerávamos que a contrução da Comunidade era uma questão fundamental para a Europa Ocidental e que este assunto sério devia ser tratado com seriedade.»

Para a CEE

É preciso aprender a embalar

O francês Jacques Botherel, perito em sistemas de certificação e marca de qualidade, permanecerá um mês no nosso país para formalizar o trabalho iniciado em Outubro do ano findo, relacionado com a implantação em Portugal de «uma marca de qualidade de embalagem». Jacques Botherel deverá chegar segunda-feira a Lisboa.

A visita de trabalho do especialista gaulês processa-se no âmbito do apoio das Nações Unidas ao Centro Nacional de Embalagem (CNE), que este ano deverá colocar à disposição dos fabricantes e utilizadores um sistema já existente na maioria dos países europeus.

«Tal sistema visa, acima de tudo, a melhoria da qualidade e a conformidade das embalagens e seus materiais com as normas e especificações técnicas, quer nacionais, quer internacionais», adiantou a mesma fonte. Dada a provável entrada de Portugal na CEE em 1983, «torna-se extremamente urgente o estabelecimento de uma política de qualidade das embalagens portuguesas».

Segundo a opinião dos técnicos portugueses, os produtos nacionais poderão, assim, chegar aos países de destino em condições que se tornem competitivas em circuitos de comercialização altamente sofisticados, como os que existem na Europa.

Segundo a Comissão Europeia

Portugal tem problemas importantes de desenvolvimento regional

A Comissão Europeia defende que o acesso de Portugal ao Fundo Regional de CEE deverá verificar-se imediatamente após a adesão plena, sem a introdução de um período transitório.

A posição da comissão é apresentada num documento sobre o «dossier» «Política Regional», entrege no dia 21 de Janeiro ao Conselho de Ministros das Comunidades.

O documento, que define as bases em que deverá assentar a posição negocial da CEE neste capítulo, propõe, ainda, que Portugal seja expressamente reconhecido como um País com problemas particularmente importantes ao nível do desenvolvimento regional.

Segundo o ponto de vista da comissão, a acuidade daqueles problemas deverá ser assinaladada num protocolo especial a anexar ao tratado de adesão.

O texto citado sublinha, por outro lado, a necessidade de compatibilizar as ajudas internas ao desenvolvimento regional com as normas definidas nos regulamentos comunitários.

O documento considera qe deverá caber à futura Comissão dos «Doze» a análise e resolução dos casos em que eventualmente se verifiquem incompatibilidades no âmtito referido.

O Conselho de Ministros da CEE estabelecerá, a partir da proposta da Comissão, a posição negocial que as Comunidades irão defender oficialmente perante o Governo português.

Até este momento, o Conselho não definiu, ainda, posições em qualquer dos «dossiers», apesar de terem sido já entregues pela comissão propostas relativas aos capítulos «União Aduaneira», «Movimentos de Capitais» e «CECA» (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço).

Até ao fim desta semana deverá ser entregue ao Conselho o documento referente ao capítulo «fiscalidade».

Acelera o pagamento das indemnizações

Um grupo de trabalho para preparar o processo de troca de títulos de indemnizações das empresas nacionalizadas pelas participações de capital do Estado em empresas privadas foi já constituído encontrando-se o despacho de nomeação a aguardar publicação no «Diário da República».

O grupo de trabalho, nomeado pelo secretário de Estado do Tesouro Silveira Godinho será coordenado pelo director-geral da Junta de Crédito Público e integram-no também um representante do IPE e um adjunto do secretário de Estado do Tesouro.

Na sequência do processo das nacionalizações, que atingiram em especial os bancos e as companhias de seguros, que dispunham de importantes participações no capital de outras empresas, o Estado passou a dispor de um grande volume de participações em empresas privadas.

Como estas participações não estão abrangidas pela proibição constitucional de desnacionalizar empresas, foi criado um regime legal para as utilizar como forma de compensação de accionistas atingidos por nacionalizações.

Essas trocas deverão ser feitas mediante a apresentação de propostas apresentadas em concurso público.

Mas no caso deste concurso ficar deserto ou de as participações serem menos de 20 por cento do capital social e este ser inferior a oitenta milhões de escudos, a troca poderá ser feita por transacção particular, desde que autorizada pelo ministro das Finanças ou por negociação na bolsa.

O Banco Pinto e Sotto Mayor na "Meditour"

A importância da indústria de Turismo na economia portuguesa levou o Banco Pinto $ Sotto Mayor a participar activamente na «Meditour» deste ano, onde, para além de um stand informativo sobre os seus serviços mais ligados à actividade turística (Cartão Sotto Mayor, Câmbios, Travellers Cheques Visa), o Banco promove um concurso com o objectivo de estimular o turismo interno em apoio à campanha «Este ano vá a Portugal».

O concurso «VA A PORTUGAL», realizado com a colaboração da Direcção-Geral de Turismo, Associação Nacional das Indústrias de Aguas Minero-Medicinais e de Mesa, Enatur, Direcção Regional de Turismo dos Açores, Direcção Regional de Turismo da Madeira, Comissão Regional de Turismo do Algarve, Junta de Turismo da Costa do Estoril e Inter-Rent, proporciona a todos os visitantes do stand daquele Banco a possibilidade de virem a desfrutar de estadias em algumas das mais belas regiões do País.

O Banco Pinto $ Sotto Mayor participará ainda no II Seminário Internacional de Marketing Turístico, que terá lugar durante a «Meditour», com a apresentação de uma comunicação subordinada ao tema «Problemas do Financiamento Turístico», a cargo do dr. Licínio Cunha.

Finalmente, e com o objectivo de apresentar um serviço criado recentemente – os «Travellers Cheques VISA» – Banco Pinto $ Sotto Mayor promoverá no próximo dia 5 um jantar no Restaurante «Pousadas de Portugal», a funcionar na FIL, com a participação dos mais destacados industriais do sector do Turismo.

Este serviço, integrado no sistema internacional VISA, permitirá ao Banco emitir muito em breve os seus próprios «Travellers Cheques» quer em moeda estrangeira quer em escudos, o que se verificará pela primeira vez no nosso País.

AVENIDA JÚLIO DINIS

CONTINUAMOS COM

SALDOS

CASACOS DE ANTÍLOPE, CABEDAL E COELHO

Temos casacos a 3.980$00

SALDOS

(Junto ao Mercado)

BARREIRO

Já depois de amanhã aproveite e dê uma vista às nossas montras e escolha já o artigo que lhe convém não falte à chamada de 2 de Fevereiro.

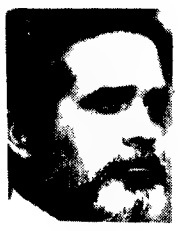
Instalação de armas nucleares em Portugal

Um risco que não vale a pena correr?

O anúncio da possível instalação de um porta-aviões americano, carregado de ogivas nucleares, num porto português, provavelmente o de Lagos, no Algarve, acendeu há uns meses o debate público sobre a instalação de armas nucleares em Portugal. Recentemente, a UEDS apresentou no Parlamento um projecto de lei que prevê e proíbe essa hipótese, apontando para a desnuclearização de Portugal.

A propósito do tema, o «DL» ouviu a título pessoal personalidades dos partidos com assento na AR, ligadas à problemática da defesa nacional, recolhendo um consenso no que toca ao reconhecimento dos perigos que a instalação dessas armas acarreta. As respostas já variam quanto a saber se vale a pena correr os riscos. Apenas não publicamos depoimentos de militantes do PPM e do PSD, que não conseguimos obter e da ASDI, que reservam a sua posição para o debate do projecto da UEDS na Assembleia da República.

Perigo mortal para a Europa



Marcelo Curto*

A título meramente pessoal, a que aderiram as mais diversas personalidades – deputados como José Leitão, Manuel Tito de Morais, João Cravinho, Melo Antunes, Presidente da Comissão Constitucional e membro do Conselho da Revolução – lancei em Portugal uma campanha contra a instalação de mísseis nucleares de médio alcance, soviéticos e americanos, na Europa.

Esta campanha foi dinamizada em representação e por iniciativa da Fundação Bertrand Russell e abrafge todos os países da Europa, da Polónia até Portugal e obteve a adesão das mais diversas personalidades europeias, entre elas, Olof Palme, Mevdeev, Myrdal, entre muitos outros.

No recente Congresso da Internacional Socialista que teve lugar em Madrid, a 14 de Novembro de 1980, num Relatório sobre Controlo de Armas e Desarmamento aí apresentado e aprovado concluía, entre outros pontos, pela necessidade de impedir a introdução de novas armas estratégicas desestabilizadoras, **incluindo armas euro-estratégicas,** referência clara aos mísseis nucleares de médio alcance a instalar em alguns países da Europa Ocidental.

Por último, surgiu um Projecto de Lei apresentado na Assembleia da República, pelo Grupo Parlamentar da UEDS, o qual pretende proibir a instalação de quaisquer armas nucleares em território nacional, incluindo águas territoriais.

Sem prejuízo de futuro debate no seio do PS sobre este assunto, tendo em atenção a posição pessoal que tenho vindo a assumir, é evidente que apoio a iniciativa da UEDS e que apoiarei na discussão e voto na AR, salvo se tal for impedido por decisão dos orgãos do PS.

Ao mesmo tempo, a campanha da Fundação Russell continuará a ter o meu apoio e em concreto, promoverei com os outros apoiantes portugueses, acções públicas em particular no dia 29 de Março próximo e virei a participar na Convenção Europeia de apoio ao desarmamento nuclear a realizar no próximo futuro e em data a indicar oportunamente.

Julgo que todos os esforços neste sentido evitarão a corrida aos armamentos e o crescimento do perigo mortal que representa a instalação de mísseis nucleares na Europa bem como o aumento de produção e instalação de armas nucleares, para todo o mundo.

* Deputado do PS.

Portugal alvo do Pacto de Varsóvia

César Oliveira*

Resumirei o que pensa o meu grupo parlamentar e o meu partido, que teve a iniciativa de apresentar à AR o projectolei sobre interdição e estacionamento de armas nucleares em território nacional, em alguns pontos os quais por necessariamente sintécticos não esgotarão tudo o que há a dizer.

No próximo dia 3 de Fevereiro terei eu próprio na sessão desse mesmo dia da Assembleia da República a oportunidade de apresentar o ProjectoLei em nome da UEDS. No dia seguinte, 4 de Fevereiro, há a primeira sessão da Comissão de Defesa Nacional sobre o projecto onde deverão participar membros das Forças Armadas.

1. A UEDS decidiu apresentar este projecto-lei porque considero não haver razões para que a AR não possa decidir sobre esta matéria. Portugal não se encontra envolvido directa ou indirectamente em algum conflito ou zona de tensão político-militar, as suas defesas externas imediatas não necessitam de assegurar a integridade nacional em zonas de fronteira ante inimigo armado de armas nucleares de teatro ou outras. Os compromissos com a NATO não estão em causa nem a aprovação deste projecto-lei pode implicar quebra desses compromissos. Por outro lado importa assinalar que a eventual instalação de ogivas nucleares em Portugal tornava o nosso país altamente vulnerável e alvo imediato e prioritário do Pacto de Varsóvia em caso de conflito nuclear. Há ainda que prevenir a eventualidade de acidentes.

2. Para a UEDS não há mísseis nucleares ou armas nucelares boas ou más, conforme seja um ou outro dos Pactos Militares. A UEDS denuncia tanto a instalação de armas nucleares em Portugal e na Europa como denuncia o facto de a URSS e os países do Pacto de Varsóvia terem apontados à Europa mísseis com ogivas nucleares e utilizarem armas nuclares no seu recente «Backfire». Trata-se para nós, no espírito da Constituição, na linha das palavras de João Paulo II e das posições das forças progressistas como a Internacional Socialista, de proceder ao desarmamento simultâneo e completo, começando pela desactivação do armamento nuclear. Nada pode justificar o recurso sistemático à corrida armamentista e sobretudo ao armamento nuclear.

3. A UEDS entende que, na ausência de uma Lei de Defesa Nacional que defina conceitos claros nesta matéria organize com eficácia um sistema de defesa nacional e delimite competências, é importante a aprovação deste projectolei porque ele próprio exprime por parte da AR a clara consideração de que de facto, e não em palavras, a decisão sobre matéria de tão alta relevância pertence aos legítimos representantes do povo português. E para nós o começo da concretização da subordinação do poder militar ao poder político.

4. Se não há de facto intenções de instalar no imediato ou a prazo previsível, na actual conjuntura internacional, armas nucleares ou permitir o estacionamento de meios militares que as transportem em território (incluindo as águas territoriais) nacional, não vemos razões para que a AR não aprove o nosso projecto-lei. De resto, a AR estará sempre a tempo de aprovar a sua instalação ou o seu estacionamento em território português. Cumpre assinalar que uma coisa é a instalação ou estacionamento temporário com ou sem prazo determinado em território nacional de armas nucleares e outra a eventual passagem por breves espaços de tempo em águas territoriais de quaisquer meios militares de transporte de armamento nuclear o que, de resto, nem é possível controlar.

5. O projectolei em referência, n.º 93/II, será apresentado a 3 de Fevereiro. Considera a UEDS que posteriormente a essa data é importante um debate nacional tão largo quanto possível desta matéria que embrionariamente já começou no recente Congresso da JS na Póvoa de Varzim.

6. Gostaria de finalmente salientar que esta nossa iniciativa nada tem a ver com posições ou iniciativas do Conselho Português para a Paz e Cooperação que distribui, dez dias depois do nosso projecto ser apresentado na AR, um texto sobre o mesmo tema, mas curiosamente datado de Novembro de 1980. Somos completa e cabalmente alheios a estas iniciaitivas do CPPC e queremos apenas registar que gostaríamos de ver o CPPC verberar com igual veemência as armas nucleares da NATO e as do Pacto de Varsóvia.

* Deputado da UEDS

Dois mísseis podem destruir a Península

F. Sousa Marques*

«Os povos do Mundo sentem-se angustiados. Nunca até hoje o perigo de um holocausto nuclear mundial se fizera sentir com tanta acuidade. O aumento do armazenamento de armas nucleares, a acumulação dos arsenais da morte atingiram um limite crítico. Uma nova escalada na intensificação do fabrico de armas possibilita a criação de uma situação extremamente perigosa, que exporá a humanidade à ameaça do aniquilamento total.»

Assim se inicia o apelo lançado no dia 24 de Setembro de 1980, por 2260 participantes no Parlamento Mundial dos Povos pela Paz, reunido em Sófia, representando 137 países e mais de cem organizações internacionais. Quem pode ficar insensível perante este grito de alarme?

No entanto, há forças que querem a guerra, grandes e monopolistas interesses económicos e políticos por detrás das indústrias de armamento. E aqui se distinguem os círculos mais agressivos e belicistas do imperialismo e da NATO.

Tenha-se em conta a conhecida e propalada Directiva 59 (assinada por Carter) que amplia o potencial estratégico nuclear dos EUA com as chamadas armas «euro-estratégicas», vulgarmente designadas por «euromísseis», e facilmente se poderá concluir que os autores da chamada «nova estratégia nuclear», baseada na doutrina monstruosa de uma guerra nuclear «limitada» se tornam culpados, por isso mesmo e claramente, de um crime que ameaça a humanidade.

Uma guerra nuclear «limitada», «local» ou «prolongada» é inadmissível pois conduziria inevitavelmente a um holocausto nuclear generalizado.

O «equilíbrio do terror» na Europa cifra-se na existência de 14 000 ogivas nucleares. Pois, ainda há quem defenda a cínica e criminosa ideia de que só se pode conseguir uma redução de forças se, antes do mais, se incrementarem as próprias forças (... «negociar sim, mas só depois de se manter e ampliar a supremacia militar já existente», é o que dizem...)!

Toda a Europa, repito, toda a Europa, pode ser totalmente destruída em meia-hora. Pois ainda há quem propagandeie que a melhor forma dos povos europeus se defenderem é reduzir ainda mais esses trinta minutos de esperança de vida, na eventualidade de deflagrar um conflito nuclear europeu!

Dois mísseis de ogivas múltiplas são suficientes para destruir a Península Ibérica. Pois ainda há quem se preste a oferecer o nosso território para a instalação, o estacionamento, ou o trânsito de armas nucleares! Passando por cima da defesa, essa sim urgente e necessária, de uma zona desnuclearizada no Sul da Europa, especialmente na Península Ibérica, a somar naturalmente a um número crescente de zonas desnuclearizadas espalhadas por todo o mundo.

A exigência de uma prática política de desarmamento e de desanuviamento, de acordo com o espírito e a letra do Art.º 7.º da nossa Constituição, é sentida, cada vez mais, por um cada vez maior número de portugueses.

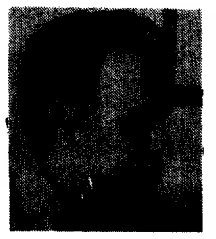
À cabeça dessa luta têm estado, desde sempre, os antifascistas, os democratas, os patriotas, os trabalhadores, os intelectuais, os jovens, as forças políticas de esquerda. O Partido Comunista Português tem-se empenhado e continuará a bater-se pela concretização desses objectivos.

Só uma grande campanha nacional, que conte com a participação activa e militante dos trabalhadores e do movimento sindical, das populações, autarquias e colectividades, dos estudantes e das suas estruturas organizativas, das mulheres, dos trabalhadores da comunicação social, dos partidos políticos democráticos, das forças da Paz, pode impedir a concretização dos planos daqueles que, fora e dentro do nosso país, planeiam a instalação, ou o estacionamento, ou o trânsito, de armas nucleares em Portugal.

Conscientes de que viver em paz é um direito sagrado e inalienável de cada indivíduo e de cada povo e condição essencial para o progresso da humanidade, seremos capazes, se unidos, de afirmarmos e conseguirmos um «NÃO ÀS ARMAS NUCLEARES EM PORTUGAL».

* Deputado do PCP

Só armamento convencional



António Galhordas*

Terminado com o 25 de Abril o ciclo histórico da fase colonial, Portugal é um País com fronteiras estáveis, coeso e unido como Nação.

Não se lhe colocam problemas que ponham em causa a sua integridade territorial nem vive directamente situações externas que ameacem a segurança do Estado.

Com estes pressupostos a política de Defesa Nacional deverá ter em conta sobretudo a manutenção e defesa do património e dos recursos naturais.

Por força dos seus princípios constitucionais Portugal advoga «a solução pacífica dos conflitos internacionais... «o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares» (art.º 7.º).

Isto significa que, por ausência de razões internas, e pelos princípios que devem reger as suas relações internacionais, Portugal deve evitar todas as formas que acentuem o clima de riscos de guerra ou tenham mais graves e desumanos resultados de um conflito.

Neste sentido o Povo Português deve ser alertado e repudiar activamente qualquer medida relativa à instalação ou estacionamento de armas nucleares em território nacional, donde a oportunidade de uma Lei que o consigne e cujo projecto acaba de ser colocado à Assembleia da República.

Os compromissos que Portugal assumiu com a NATO dizem respeito exclusivamente ao armamento convencional. Não pode haver qualquer razão, política ou estratégica que justifique a presença de armas nucleares em Portugal.

O Povo Português tornar-se-ia além disso um alvo nuclear preferencial sujeito ao seu aniquilamento e a sofrimentos impensáveis.

O MDP/CDE alinha sem hesitação ao lado de todas as forças progressistas e de todos os homens amantes da Paz para impedir que o Portugal de Abril contribua para o holocausto nuclear.

* Vice-presidente do MDP/CDE

É a sobrevivência física que está em causa

Mário Tomé*

Segundo o art.º 7.º da Constituição, Portugal rege-se pelo princípio, entre outros lá expressos, da solução pacífica dos conflitos internacionais.

«Estranho» se tornaria se o Estado permitisse o estacionamento ou instalação de armas nucleares em território nacional. E note-se que nem sequer se trata de armas nucleares **próprias,** o que, sendo condenável, dado o carácter de classe

Continua na pág 18

Haig defende aumento das despesas militares da NATO

Em entrevista inserida ontem pelo semanário britânico «Now», o secretário de Estado americano, general Alexander Haig, diz «não estar satisfeito com as capacidades (militares) americanas caso tenham que participar com êxito num conflito na região do Golfo».

Haig esclarece, além disso, que é «contrário ao aumento de 3 por cento do orçamento militar (dos países da NATO)». «Eu era a favor de um aumento de cinco a sete por cento». Mas, frisa, «existem outros factores importantes: melhoria da disciplina, da coordenação, da modernização, etc».

O secretário de Estado acentua que evitou atacar publicamente os seus parceiros da NATO, pois, vamos todos ter que fazer mais e em certos domínios. As contribuições europeias melhoraram animadoramente». «Com o declínio agudo actual na Europa e nos Estados Unidos – acrescenta Haig – o progresso é de certo modo mais difícil (...) mas, salienta, continuo. Haverá progressos se tivermos melhores consultas e continuarmos a suportar cada um de nós parte do fardo que nos competir».

Interrogado acerca do papel eventual que a NATO poderia representar na defesa dos interesses ocidentais fora das suas fronteiras geográficas, o general Haig exprimiu a opinião de que «se a NATO se quiser ocupar de problemas fora da sua área geográfica, a decisão caber-lhe-á a ela».

No relativo à posição da nova administração americana a respeito da América Central, o secretário de Estado replica que «é bem claro que os cubanos estão seriamente implicados no Salvador e estamos a descobrir provas cada vez em maior número duma participação da Nicarágua».

Tendo-lhe os jornalistas do «Now» perguntado se considera que os americanos se ocuparam eficazmente da «subversão cubana» no hemisfério ocidental, o general Haig replicou com um «não» categórico. «Estamos a rever totalmente a situação» – acrescenta.

TASS e Tanjug atacam Reagan

A agência TASS acusou ontem o presidente Reagan de na sua primeira conferência de Imprensa ter falado de maneira «indigna» da URSS e deformado premeditadamente os objectivos e o carácter da política internacional soviética.

«Ronald Reagan – acrescenta a TASS – falou de maneira indigna de uma suposta «perfídia» da URSS que estaria empenhada na criação de um estado socialista ou comunista internacional».

Segundo a agência soviética, o presidente americano «não compreende o sentido das transformações que se produzem no Mundo». «Estas – salienta a TASS – têm um carácter objectivo e não dependem nem da URSS nem dos Estados Unidos».

Por seu lado, a agência Tanjug, da Jugoslávia, escreveu ontem que o «tom» das declarações do presidente Reagan, foi o da época da «guerra fria».

«O presidente Reagan dirigiu a Moscovo palavras que não se tinham ouvido pronunciar na Casa Branca há duas ou três dezenas de anos, e em que se encontrou o vocabulário dos anos cinquenta», escreve nomeadamente a agência.

A Tanjug afirma por outro lado que o mesmo tom foi utilizado no mesmo dia numa conferência de Imprensa de William Dyess, porta-voz do Departamento de Estado, que classificou a União Soviética como «estado totalitário que procura alargar o seu império».

Zimbabwe

Smith satisfeito com Mugabe

Ian Smith, antigo primeiro-ministro da Rodésia que liderou a minoria branca contra o domínio colonial britânico, disse ontem, em Salisbúria, à Associated Press, estar surpreendido pela actuação de Robert Mugabe à frente do Zimbabwé.

«Todos nós (brancos) tínhamos sido levados a acreditar, com maior ou menor convicção, que (Mugabe) era um diabólico marxista, a quem não interessava a reconciliação nem viver lado a lado com os brancos deste país» – afirmou Smith, de 61 anos, líder dos vinte deputados brancos do actual Parlamento de Salisbúria.

A espectacular vitória do partido de Robert Mugabe nas eleições de Fevereiro do ano passado foi extremamente preocupante para os brancos que, segundo as palavras de Smith, tinham ideias tenebrosas sobre a reputação de Mugabe e dos seus companheiros.

«No entanto, no dia das eleições, houve uma agravável surpresa, pois Mugabe fez um discurso extremamente conciliador e disse que ele e o seu Governo estavam principalmente interessados na reconciliação e que não iria haver represálias em relação ao passado» – recordou o antigo dirigente racista da Rodésia.

Conferência dos Não Alinhados em Nova Deli

Camboja não estará representado

A decisão do Ministério indiano dos Negócios Estrangeiros de não convidar nem os partidários de Pol Pot nem o Governo de Heng Samrin, do Camboja, para a conferência ministerial dos Não Alinhados está a suscitar reacções dos países de ASEAN. (Associação das Nações do Sueste Asiático).

Em Kuala Lumpur, informadores do Governo malaio manifestaram perplexidade pelo facto de o projecto de declaração final preparado pelo Governo indiano passar em claro a situação no Camboja, ignorando que ela constitui «um foco de tensões e conflitos no Sueste Asiático».

Três dos cinco países que constituem a ASEAN, a Indonésia, a Malásia e Singapura, fazem parte do Movimento dos Não Alinhados, mas também a Tailândia e as Filipinas se mostram preocupados com o que consideram uma omissão «inaceitável».

Em Nova Deli, o porta-voz do Governo indiano, J. N. Dixit, disse que o seu Governo desconhece oficialmente essas reacções. «Temos conhecimento delas pelos jornais, mas não chegou até nós qualquer crítica por vias oficiais» – disse o porta-voz.

O projecto de declaração não menciona a situação na Indochina, embora exprima preocupação acerca dos permanentes conflitos e tensões no Sueste asiático.

Para os informadores da ASEAN, é evidente que as tensões na região foram avivadas pela intervenção vietnamita no Camboja e que a declaração final deveria conter uma condenação expressa da actuação vietnamita.

As mesmas fontes sublinham que o Governo indiano deveria ter convidado os representantes do regime de Pol Pot para assistir à conferência, já que as Nações Unidas o reconhecem como o Governo legítimo do Camboja e a atitude de o ignorar representa um aspecto «da táctica indiana para proteger o Vietname e o regime de Heng Samrin».

A conferência ministerial de Nova Deli, que se inicia no dia 9 de Fevereiro, assinala o vigésimo aniversário da criação do movimento.

Conflito Peru/Equador já fez mais de cem mortos

Mais de cem mortos parece ser o último balanço da guerra fronteiriça em curso entre o Equador e o Peru.

Os combates, que se centram na disputa histórica pela posse de um pedaço da cordilheira do Condor, na selva amazónica, iniciaram-se há três dias, aparentemente sob a iniciativa equatoriana.

Ambos os lados têm sofrido pesadas baixas, mercê de ataques cruzados de fogo de artilharia pesada e esporadicamente de bombardeamentos aéreos.

Jornais de Lima anunciaram ontem que barcos da Marinha de Guerra peruana, num total de oito submarinos e cinco navios de superfície, partiram das suas bases no Pacífico em direcção ao Norte, possivelmente para águas territoriais equatorianas, não obstante, o apelo das autoridades de Quito, no sentido de serem empreendidas negociações de paz «francas e bem intencionadas» para saldar o litígio fronteiriço bilateral.

De acordo com círculos governamentais peruanos, vários soldados feridos foram hoje transferidos da zona de guerra, enquanto do outro lado da fronteira o presidente Jaime Roldos, do Equador, visitava a frente de batalha.

Desmentido do Equador

O general Marco Aurélio Subia, ministro equatoriano da Defesa, desmentiu categoricamente, ontem à noite, que o posto militar de Paquisha tenha sido tomado pelas «forças de invasão do Peru».

«O Peru, acrescentou o ministro, lançou-se numa campanha de mentiras, a fim de enganar o seu povo, que atravessa graves dificuldades, e a opinião pública internacional».

«A situação não se alterou nos outros postos militares e as Forças Armadas equatorianas continuarão a defender firmemente o território nacional contra os ataques das forças militares peruanas, demonstrando assim quem é o agressor», prosseguiu.

O ministro, depois de recordar que o quartel de Paquisha foi atacado ontem pelo terceiro dia consecutivo pela aviação peruana, acrescentou que nenhum soldado peruano tinha entrado no Equador.

Por último, a situação estava calma na sexta-feira à noite na zona de fronteira da província de El Oro a 150 quilómetros a Oeste da região onde ocorreram os combates. O Exército equatoriano reforçou porém o seu dispositivo nesta zona.

Guatemala

Em recontros armados entre unidades do Exército e comandos da guerrilha unificada guatemalteca, morreram, ontem, um número indeterminado de guerrilheiros e um oficial do Exército – anunciaram fontes militares, acrescentando haver vários soldados feridos.

Os recontros ocorreram em Cotzal, no Noroeste do país.

Conferência parlamentar sobre embargo petrolífero à África do Sul

Cerca de quarenta parlamentares de onze países da Europa ocidental estão reunidos desde ontem em Bruxelas para discutir a concretização do embargo petrolífero à Africa do Sul aprovado pela ONU em Dezembro de 1979.

A conferência dos parlamentares europeus é organizada pelo Comité Especial das Nações Unidas contra o apartheid.

Estão representadas na reunião, entre outras, as correntes partidárias com maior peso eleitoral na Europa ocidental: socialistas, sociais-democratas democrata-cristãos e liberais.

Os trabalhos são dirigidos por Akporod Clark, representante permanente da Nigéria junto das Nações Unidas e presidente do comité especial contra o apartheid.

Clark teve encontros privados em Bruxelas com o secretário-geral da NATO, Joseph Luns, o ministro dos Negócios Estrangeiros belga, Charles Ferdinand Nothomb, o presidente da Comissão Europeia, Gaston Thorn e o comissário da CEE encarregado das questões do desenvolvimento, Claude Cheysson.

Segundo o embaixador nigeriano, Luns ter-lhe-ia assegurado que não haverá contactos oficiais entre a Africa do Sul e a NATO, representada enquanto tal.

Observadores sublinharam todavia que o secretário-geral da Aliança Atlântica recebeu recentemente em visita de carácter particular o primeiro-ministro sul-africano, Pieter Botha.

Clark declarou aos jornalistas que a conferência de Bruxelas dirigirá um apelo aos países europeus para que sigam o exemplo do Parlamento holandês e adoptem disposições concretas que permitam impor o embargo petrolífero à Africa do Sul.

O parlamento holandês foi o único até agora na Europa que aprovou a embargo petrolífero. A decisão não foi contudo aplicada pelo Governo devido à oposição do partido liberal, que faz parte da coligação no Poder.

O embargo foi aprovado a 16 de Desembro de 1979 pela Assembleia Geral das Nações Unidas com 124 votos favoráveis entre os quais os da Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Holanda, Noruega e Suécia.

Abstiveram-se treze Estados num grupo onde se incluem Portugal, Espanha, Grã-Bretanha, Canadá, Bélgica e Luxemburgo.

O deputado cristão-democrata holandês Nico Scholten, um dos organizadores da reunião de Bruxelas afirmou que o embargo petrolífero atinge a Africa do Sul num ponto particularmente vulnerável e constitui a forma de pressão mais eficaz que a comunidade internacional poderá adoptar contra o regime de Pretória.

A retirada da Namíbia e a obtenção de transformações que possibilitem destruir o Aparthied são os dois principais objectivos desta acção.

Scholten mostrou-se insatisfeito com os resultados até agora obtidos pelo embargo de fornecimento de armas à Africa do Sul.

O embaixador Clark atribuiu por sua vez uma importância especial à revisão de Bruxelas porque precede o encontro ministerial dos países Não-Alinhados em Nova Deli e permite preparar a conferência sobre as sanções contra a Africa do Sul, que decorrerá em Paris entre 20 e 27 de Maio.

O MAIOR ÊXITO DA TEMPORADA ESTÁ NO
TEATRO DA TRINDADE (INATEL)

4.º MÊS DE REPRESENTAÇOES

HOJE ÀS 16 e 21.30
AMANHA SO ÀS 16

a peça de
BERTOLT BRECHT

BAAL

versão:
JOSÉ FANHA/JOÃO LOURENÇO

COMPANHIA DO TEATRO D. MARIA II

com
Irene Cruz, Mário Viegas, João Perry, nos principais papéis

(elenco: por ordem alfabética)
Amílcar Botica, António Banha, Baltasar Terlica, Batista Fernandes, Cármen Santos, Catarina Avelar, Clara Viborg, Fernanda Lapa, Irene Cruz, João Perry, José Eduardo, José Gomes, José Santos, Juvenal Garcês, Luís Pinhão, Lúcio, Manuela Cassola, Maria Emília Correia, Margarida Rosa Rodrigues, Maria José Abreu, Mário Sargedas, Mário Viegas, Paiva Raposo, Ruy Furtado, Vieira de Almeida, Virgílio Castelo, Waldemar de Sousa.

encenação:
JOÃO LOURENÇO

NAO ACONSELHAVEL A MENORES DE 18 ANOS

Descontos: 50% a sócios do INATEL, CCDs, CPTs e sindicatos

Enquanto o PSOE se propõe formar governo

UCD espanhola procura sucessor para Suarez

MADRID, 31, do nosso correspondente Fernando Jauregui. Os acontecimentos estão a desenrolar-se a grande velocidade em Espanha, onde a demissão do chefe do governo, Adolfo Suarez, poderá abrir uma crise de Estado, mais que uma crise de Governo.

Talvez prevendo esta possibilidade, o secretário-geral do principal grupo da oposição (o Partido Socialista), Felipe Gonzalez, anunciou ontem, após ter visitado o rei no palácio da Zarzuela, que se oferecia para tentar a formação de um Governo em torno do PSOE. Esta foi a primeira vez que os socialistas consideraram séria e gravemente esta possibilidade, à margem do processo eleitoral, e isso dá a medida da complicação da actual situação política espanhola.

De acordo com fontes socialistas, o PSOE poderia tentar um pacto de Governo com sectores nacionalistas (partidos moderados catalães e basco), com o Partido Comunista e, inclusive, com um sector da União do Centro Democrático, o partido governamental, que cada vez parece mais próximo da cisão. Este sector seria, evidentemente, o social-democrata, até agora aliado com o demitido Suarez frente aos democratas-cristãos «críticos». Mas, o que é que faz com que a gravidade da situação política espanhola seja diferente da que, por exemplo, enfrentam frequentemente países europeus como a Itália ou a Bélgica?

O que é realmente grave nesta crise, na opinião de alguns sectores políticos é que, ainda hoje, dois dias depois da demissão de Suarez, se desconhecem os verdadeiros motivos desta atitude e que são muitos os pontos obscuros que permanecem à espera de ser aclarados. Por exemplo, existe ainda a suspeita de que a greve dos controladores aéreos que impediu a realização do congresso nacional da UCD, que deveria ter começado na quinta-feira, foi «manipulada» e que talvez tenha sido preparada por alguns sectoros não especificados para impedir a realização do congresso.

Segundo ponto: Que intervenção terá tido nesta crise, aquilo que alguns jornais chamam, eufenisticamente, «poderes institucionais»? O quotidiano «El País», sem dúvida o mais independente e influente de Espanha, titula hoje com um jogo de palavras: «Começam a aflorar as pressões reais por detrás da demissão». Atrás da palavra «reais» esconde-se um equívoco sem dúvida intencional: as pressões «verdadeiras», ou... as pressões da coroa?

O próprio diário «El País» não esconde uma certa intervenção da coroa como um dos motivos que teriam levado Adolfo Suárez a demitir-se. Adolfo Suárez ter-se-ia mostrado sempre contrário a que o rei Juan Carlos efectuasse uma viagem ao País Basco, dados os evidentes riscos que tal deslocação traria para a segurança e a imagem do monarca. Contudo, no passado domingo, a Casa Real anunciava que, na próxima terça-feira, dia 3, o rei iria a Euzkadi (País Basco). O anúncio colheu de surpresa um Suárez cansado e desmoralizado por outras pressões e pelo ataque constante do sector «crítico» do seu próprio partido. Nesse mesmo dia, 25 de Janeiro, Suárez tomou a decisão de se demitir. No entanto, a sua decisão não foi comunicada ao país e à classe política em geral antes da passada quarta-feira. A suspensão do congresso da UCD (que parece vir a realizar-se na próxima semana) devido à greve dos controladores de que Suarez não foi avisado previamente, teve também um papel importante no facto da demissão de Suarez só ter sido divulgada na quarta-feira.

Sempre de acordo com esta versão de «El Pais», Suarez demitiu-se pensando num próximo regresso à vida política, depois de ter sido aclamado no congresso da UCD como indiscutível líder centrista e depois de ter permitido um efémero «Governo de gestão» que se queimasse em poucos meses, antes de se fazerem eleições antecipadas. Este plano, que sem dúvida tem muito de «disparatado» – segundo diversas sondagens, se agora se realizassem eleições, os socialistas varreriam literalmente a UCD – passava pela designação de um sucessor «leal» para a presidência do Governo. Assim, Suarez propôs ao executivo centrista Leopoldo Calvo Sotelo como seu sucessor (Calvo Sotelo era vice-presidente do Governo e ajudou Suarez na criação da UCD). Mas o sector «crítico» da UCD aceita mal o nome de Calvo Sotelo que, além disso, é objecto da hostilidade frontal da oposição socialista e comunista.

Este é o balanço da situação no momento em que, esta manhã, o executivo centrista leva a efeito, no palácio presidencial da Moncloa, aquilo que pode ser a sua reunião decisiva. O nome de Calvo Sotelo poderia chegar a ser aceite pelo sector «crítico» contra certas contrapartidas, mas os «críticos» querem agora adiar o congresso da UCD, que, no entanto, já foi ontem formalmente convocado pelo «aparelho» do partido. Os democratas-cristãos críticos estão conscientes de que, por agora, ainda não ganharam a batalha e de que necessitam de tempo. Desta modo, a data em que o congresso centrista vier a realizar-se – repetimos que o aparelho oficial suarista já o convocou para os próximos dias 6, 7 e 8 – pode constituir um novo ponto de fricção entre ambos os sectores.

Estupefacção dos espanhóis e ataque da ETA

Os espanhóis assistem estupefactos a esta batalha interna pelo poder na UCD, ao mesmo tempo que se apercebem que os seus reais problemas continuam sem solução. Ontem mesmo, a ETA Militar assestou um novo golpe terrorista contra o país sequestrando o engenheiro chefe da central nuclear de Lemoniz, próximo de Bilbau. A ETA ameaça matar o engenheiro – José Maria Ryan – se a central não for rapidamente demolida.

«Os desempregados, os jovens à procura do primeiro emprego, os orçamentos familiares castigados pela inflação e um país desencantado são convidados a contemplar como convidados de pedra esta farsa extraparlamentar», escreve hoje o «El Pais», com uma indignação compartilhada sem dúvida por amplos sectores de opinião pública espanhola.

Talvez por isso, numa sondagem ontem realizada por uma empresa especializada de Madrid, uma esmagadora maioria dos inquiridos respondia com o nome de Felipe Gonzalez à pergunta «Quem é que gostaria que fosse o novo chefe do Governo?» Em segundo lugar, o direitista Manuel Fraga, partidário da política da «mão dura», da «lei e da ordem». Muito distanciados, com percentagens insignificantes de respostas favoráveis, os dirigentes da UCD Calvo Sotelo e Fernandez Ordonez. Landelino Lavilla, o líder do sector crítico, aparecia em último lugar nas preferências dos inquiridos.

Polónia

Governo e "Solidariedade" chegam a acordo sobre os sábados livres

No final das negociações de ontem à noite, na sede do Conselho de Ministros polaco, um porta-voz sindical afirmou que o Governo e o Solidariedade chegaram a um acordo quanto à questão da redução de tempo do trabalho e acerca do acesso do Sindicato à Comunicação Social.

No relativo ao problema do registo do sindicato camponês «Solidariedade Rural», foi decidido que uma comissão governamental irá a Pzeszow (sueste da Polónia) no domingo para examinar as reivindicações dos agricultores. O Governo continua no entanto, oposto ao registo legal deste sindicato. O porta-voz reconheceu que esta solução «não foi um êxito».

Sobre o problema da duração do trabalho o acordo diz que os assalariados polacos gozarão três sábados livres em quatro durante o ano de 1981.

Segundo um porta-voz do sindicato, o princípio da semana de 40 horas e cinco dias de trabalho foi reconhecido pelo Governo.

Contudo o Solidariedade admitiu que devido à situação económica difícil do país se trabalhará este ano um sábado em quatro.

A duração do trabalho ao sábado foi fixada em 6 horas, mas o sindicato pedirá aos seus filiados que trabalhem 8, como nos outros dias da semana.

Por outro lado, no decurso de 12 horas de negociações, que terminaram pouco antes das 4 horas (3h tmG) na madrugada de hoje o Governo acedeu a que o Sindicato publique um semanário.

Além disso, o Solidariedade disporá dum tempo de antena semanal na televisão. Não foi fixada a duração da emissão.

Carta aberta da Associação de Jornalistas

A Associação dos Jornalistas polacos denunciou ontem, numa carta aberta, as tendências para o confronto que se manifesta no interior do Poder e se traduzem por uma «manipulação dos meios de informação».

Os jornalistas polacos denunciam «o aparecimento em parte do aparelho do Poder duma tendência que conduz a direcção política ao conflito com a sociedade».

Segundo a carta aberta, divulgada pela agência PAP, esta tendência perigosa «traduz-se em particular numa regressão» na atitude adoptada pelas autoridades relativamente aos «media» e conduz à falta de «credibilidade».

«A manipulação dos órgãos de informação de massa» contribui para uma «perda de confiança da sociedade em relação ao Poder» e «multiplica os novos focos de tensão» – diz a carta aberta. Adverte contra «qualquer tentativa de encontrar uma solução recorrendo a métodos violentos» e considera que negociações «contínuas e públicas» são o único meio de evitar a catástrofe.

Ministro italiano defende subordinação dos países da CEE ao Parlamento Europeu

O ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, Emílio Colombo, defendeu na quarta-feira, em Florença, a subordinação dos Governos e dos Parlamentos dos países membros da CEE às «resoluções de carácter geral do Parlamento Europeu (de Estrasburgo) aprovadas por maioria qualificada e por, pelo menos, três grupos parlamentares».

Colombo discursava a propósito da necessidade de relançar a «edificação da Europa», na perspectiva do alargamento da CEE à Grécia e da futura entrada de Portugal e da Espanha.

A integração económica – declarou Colombo, é «uma condição necessária, mas não suficiente, para chegar à União Política. Para alcançar esta, é preciso combinar esta integração com um quadro de natureza político-institucional que permita o alargamento gradual das políticas nacionais no plano europeu».

«Não se deve ter medo – continuou – de modificar os tratos existentes se tal parecer necessário para assegurar um funcionamento correcto das instituições».

Este parece ser o ponto fundamental da intervenção do ministro italiano dado que deixa transparecer o desejo de modificar os actuais tratados que servem de base ao funcionamento da CEE, com o objectivo de modificar as competências e o equilíbrio de poderes entre os actuais órgãos comunitários. Colombo deixou claro que essas modificações deveriam passar por uma cada vez maior transferência de poderes dos parlamentares nacionais dos Estados membros para o Parlamento de Estrasburgo A ainda maior limitação da soberania dos Estados, que adviria da concretização de tais propostas, é há muito denunciada por diversas forças políticas dos países membros

Noruega

Demitiu-se primeiro-ministro

O primeiro-ministro norueguês, Odvar Nordli, anunciou ontem em conferência de Imprensa a sua demissão da chefia do Partido Trabalhista e, consequentemente, do Governo, citando motivos de saúde para justificar a decisão.

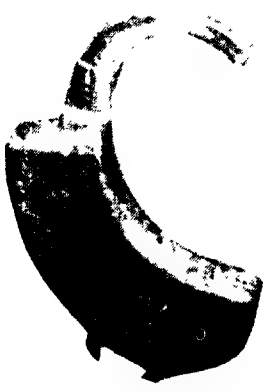
O Governo minoritário trabalhista, abalado por críticas à maneira como Nordli chefiava o partido, terá assim de escolher um novo chefe antes das eleições gerais marcadas para Setembro próximo.

Em conferência de Imprensa, Odvar Nordli disse que os seus médicos o aconselharam a abandonar durante dois meses toda a actividade política.

«Devido a isso» – afirmou – «decidi que o partido seria melhor servido com a minha demissão.»

Nordli recusou-se a dizer quando tomou a decisão, nem que doença lhe foi diagnosticada. Julga-se que os seus principais problemas de saúde são cataratas e enxaqueca.

Afirmou todavia que não tenciona retirar-se da vida política e que aceitará recandidatar-se ao Parlamento (Stoting) pela circunscrição de Hedemark nas próximas eleições gerais.

APARELHOS AUDITIVOS
SONOTONE

Aparelhos de BOLSO
ÓCULOS RETROAURICULARES
Laringes Electrónicas
Pilhas e Acumuladores
Tampões Isolantes Acústicos
Assistência Técnica Garantida
Calibragem de Próteses Auditivas
CASA SONOTONE
POÇO DO BORRATÉM, 33 S/L – LISBOA – Telefone 86 83 52
PRAÇA DA BATALHA, 92-1.º – PORTO – Telefone 31 56 02

aguiar
Rua do Carmo, 17-19 – Rua Augusta, 86-96
SALDOS
PRONTO-A-VESTIR PARA HOMEM E SENHORAS DAS MELHORES MARCAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS
Lanifícios • Sedas • Algodões • Malhas • Camisaria
PREÇOS EXCEPCIONAIS

FOTOCOPIAS
DESDE $60
Encadernações, plastificações e trabalhos em offset
Discoteca Filinto
Av. 5 de Outubro, 53-A
Telefone 53 50 49

DEFENDA A SAÚDE

Desporto

Alves comenta Fortuna-Benfica:

"Cinquenta por cento de possibilidades para cada lado"

«Confiança na capacidade da equipa» foi a constante dos comentários do treinador e jogadores do Benfica em relação ao «osso duro», que o sorteio dos quartos de final da taça das taças de futebol lhe reservou.

O técnico húngaro Lajos Baroti considerou que o Fortuna Dusseldorf, «é o pior» dos sete possíveis adversários, mas realçou a sua «grande confiança» na equipa.

Para o centro-campista João Alves, o Fortuna «é um osso muito duro de roer, pois trata-se da equipa com maior prestígio na prova».

Bento, o guarda-redes, internacional do Benfica, disse que a equipa alemã federal era «a que menos desejava, mas os sorteios são assim mesmo».

Baroti realçou «o poder físico e técnico» do Fortuna e mostrou-se receoso do estado do campo quando a partida de Dusseldorf se efectuar.

«Em Março, afirmou Baroti,o campo vai estar certamente muito pesado, mas eu tenho grande confiança na minha equipa. Esta é a grande oportunidade do Benfica, que nos últimos anos não obteve nenhuma vitória importante».

«Esta eliminatória vai ser uma grande tarefa para os jogadores do Benfica, mas eu confio no seu valor e na sua grande vontade de ganhar», comentou Baroti.

Ao conhecer o resultado do sorteio, Baroti vaticinou o apuramento do Carl Zeiss Jena, Dinamo Tbilisi, Feyenoord, e, «claro, do Benfica» para as meias finais, mostrando optimismo num «regresso» a Dusseldorf, dia 13, para disputar a final da competição.

Fernando Caiado, o técnico adjunto do Benfica, considerou a eliminatória como uma «final antecipada» das Taças das Taças, atendendo à capacidade da equipa germânica, finalista derrotada da competição em 1979, frente ao Barcelona, por 3-4.

A eliminatória com o Fortuna de Dusseldorf, segundo Alves, vai ser «muito equilibrada e cada uma das equipas tem cinquenta por cento das possibilidades».

«E necessário que tenhamos confiança nas possibilidades da equipa e que a sorte nos ajude» – comentou Alves. «O facto de o primeiro jogo ser no campo do adversário dá-nos alguma vantagem e permite-nos encarar a eliminatória de outra forma».

«Sim, espero jogar em Dusseldorf duas vezes, este ano», afirmou Alves, referindo-se à final de 13 de Maio.

Fortuna quem é?

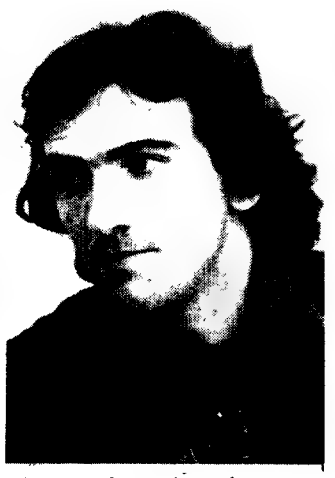
O Fortuna Dusseldorf, adversário do Benfica nos quartos de final da Taça dos Vencedores das Taças, venceu por duas vezes consecutivas a Taça da Alemanha de Futebol nas duas últimas temporadas. Fundado em 1895, o Fortuna ganhou apenas uma vez o campeonato da Alemanha Federal na temporada de 1932-33.

Esteve sempre na 1.ª divisão da RFA, à excepção de um período compreendido entre 1967 e 71. Conta com cerca de 2000 associados e no clube só se praticam duas modalidades: futebol e andebol.

Antes de defrontar o Benfica, o Fortuna Dusseldorf eliminou o Salzburgo, (Austria), com um total de 8-0 (5-0 em casa e 3-0 fora), e o Waterschei (Bélgica) com 1-0) (1-0,0-0), não sofrendo um golo. Ocupa, de parceria com o Nuerberg o 13.º posto da «Bundesliga» com 16 pontos menos catorze que o líder, o Hamburgo.

O melhor jogador da equipa é o dianteiro Klaus Allofs, de 24 anos, único elemento do Fortuna que participou no recente Mundialito de Montevideu e o técnico é Heig Hoher, de 42, que se encontra em Dusseldorf, desde Dezembro, depois de ter dirigido o Bochum (1972-78) e o Duisburgo (1979-80).

Lajos Baroti: «Fortuna pior dos adversários»



Alves: «Osso duro de roer»

Bento:

«O que menos desejava»

Fernando Caiado: «Eliminatória é final antecipada»

Walsh: não vai haver transacção

Dois dirigentes do FC do Porto, Teles Roxo e Alfredo Basto, negaram formalmente que o ponta de lança irlandês Walsh esteja em vias de ser transferido para outro clube.

Teles Roxo, director do departamento de futebol profissional do FCP, afirmou peremptoriamente que «nenhuma proposta foi apresentada ao clube nesse sentido, nem sequer está no pensamento dos dirigentes do FC Porto transaccionar este jogador».

Alfredo Basto, tesoureiro do clube das Atas, classificou as notícias publicadas acerca da transferência de Walsh como «mera fantasia».

Acrescentou que a direcção do clube esteve reunida até às 02.00 da madrugada de hoje e «nada foi dito sobre o assunto, nem sequer como hipótese».

Os dois dirigentes do FC do Porto manifestaram a sua surpresa pelas notícias publicadas sobre a transferência do jogador irlandês «para um clube inglês, por 63 000 contos».

Teles Roxo garantiu, por outro lado que «são inteiramente falsas outras notícias sobre o alegado interesse do FC do Porto por dois jogadores do Boavista, Queiró e Palhares».

«Nunca houve qualquer contacto nesse sentido entre estes jogadores e dirigentes do FC do Porto», sublinhou Teles Roxo.

Sporting biza Angola

A direcção do Sporting recebeu um convite para fazer deslocar a sua equipa de futebol a Angola no próximo mês de Novembro. O convite dirigido aos «leões» partiu da Federação Angolana de Futebol e a presença do Sporting naquele país africano inserir-se-á nas comemorações do 6.º aniversário da independência de Angola.

Já o ano passado, também por ocasião das comemorações da independência, o Sporting esteve presente em Angola com uma delegação que, além da equipa de futebol, incluía ainda representações de andebol, basquetebol, atletismo e hóquei empatins.

A equipa de futebol do Sporting participará num torneio a realizar nos dias 8, 9 e 11 de Novembro em Luanda e outras capitais de província, além de mais alguns jogos particulares.

A mesma fonte explicou que o convite para o Sporting voltar a Angola deve-se ao êxito da presença «leonina» em terra angolana o ano passado e ao facto de ser o clube português que mais simpatizantes tem naquele país

Taça de Portugal

Cabeça Gorda-Leixões (hoje)

Na ausência de fim-de-semana de futebol de «primeira», nem tudo passará sem emoção, relativamente aos jogos para a Taça de Portugal. Equipas «grandes» e equipas «pequenas» encontrar-se-ão e poderá constituir espectáculo ver-se como irão os «onze» do Benfica e do FC Porto ultrapassar os seus pequenos-grandes adversários.

No calendário dos encontros estarão hoje em campo: Académico - Neves, às 15 horas, no Estádio Universitário de Coimbra e o Cabeça-Gorda (o tal que eliminou o Penafiel) Leixões, também às 15 horas.

Para amanhã atente-se aos encontros (todos com início às 15 horas: Sacavenense - Guarda, Sp. Pombal - U. Leiria, Silves - Portimonense, Belenenses - Compomaiorense, Farense - Lusitano de Evora, Sp. Braga - Sesimbra, Leça - Sp. Lamego, U. Lamas - FC Lixa, Esperança de Lagos 7 Leiria e Marrazes, Estrela da Amadora - Montijo, Desportivo de Beja - Merelinense, Estrela de Portalegre - Marinhense, Bucelenses - Aguias de Camarate, Lusitânia de Lourosa - Olhanense, União de Coimbra - Benfica, Académico de Viseu - Limianos, Amora - Fafe, Vilanovenses - Oliveira de Frades, GD Quimigal - Torriense, Rio Ave - FC Porto, Monção - Boavista, Mirandela - Paredes, Peniche - Famalicão, Paços Ferreira - Varzim, Espinho - Vasco da Gama de Sines, Ermesinde - Ginásio de Alcobaça, Feirense - Sp. Covilhã, Vitória de Setúbal - Beira Mar, Barco - Nacional da Madeira e Riopele - Almada.

Nas divisões secundárias haverá dois jogos em atraso:

II Divisão – Zona Sul: Lusitânia dos Açores - Oriental, em Angra do Heroísmo, às 15.

III Divisão – Série E: Elvas - União da Madeira, no Estádio Municipal, às 15.

Finalmente, para o Nacional de Juniores, disputar-se-ão os seguintes desafios:

Zona A: Mirandela - Lanheses, Famalicão - Leixões, Sp. Braga - Amarante, V. Guimarães - Abambres e Rio Ave - FC Porto.

– Zona B: Académico de Coimbra - Marialvas. – Zona C: U. Coimbra - Desp. Castelo Branco, Marinhense - Alter do Chão e U. Leiria - Olivais e Moscavide.

– Zona D: Palmense - Torralta, Benfica - Almada e Belenenses - Montijo, todos às 11.

Taça dos Campeões Europeus

Real Madrid prevê passar as meias-finais

O presidente do Real Madrid, Luis de Carlos, declarou-se satisfeito com o resultado do sorteio dos quartos de final da Taça dos Clubes Campeões Europeus de Futebol.

O adversario do Real é o Spartak de Moscovo, que Luis de Carlos considerou **menos forte no papel do que equipas como o Liverpool e o Bayern de Munique.**

O presidente do clube espanhol previu que o Real passará as meias-finais do torneio, juntamente com o Liverpool, o Bayern e o Inter de Milão.

Nesse caso, acrescentou, gostaria que o sorteio da me-final fizesse caber ao Real Madrid o Inter de Milão.

Quatro campeões não se defrontam

Os quatro antigos campeõ «conseguiram», no sorte ontem realizado, não se defrc tarem nos quartos de final Taça dos Clubes Campeões E ropeus de Futebol.

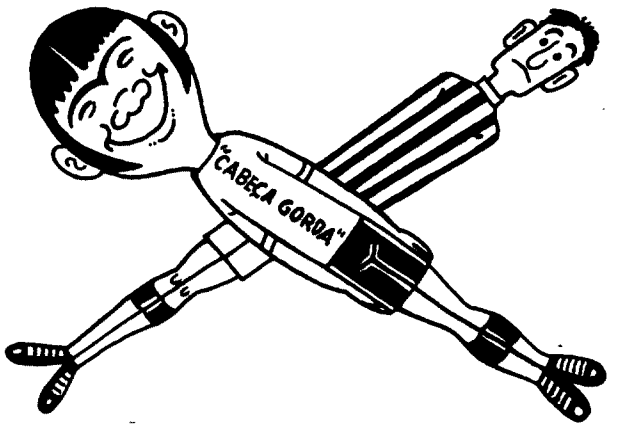
A equipa inglesa do Liverpo campeã em 1977 e 1978 joga com os búlgaros do Cska de Sc fia, a equipa que esta époc afastou o actual detentor do tí tulo, o Nottingham Forest.

O Bayern de Munique, vencedor em 1974, 75 e 76, defrontara o Banik de Ostrava (Checoslováquia) enquanto ao Inter de Milão, duas vezes titular europeu, coube em sorte o Estrela Vermelha de Belgrado.

Peter Robinson, dirigente do Liverpool, já declarou não concordar com os que afirmam que o clube inglês terá uma missão facilitada diante do CSKA da Bulgária. **É preciso não esquecer que o CSKA bateu o Nottingham na primeira eliminatória,** lembrou Robinson.

Continua na pág 16

O traço de Pargana



O «Cabeça Gorda» irá pôr o Leixões «nesta» posição?...

Futebol internacional

Continuação da pág. 15

O treinador do Inter de Milão, Eugenio Bersellini, deverá ter ficado satisfeito com o resultado do sorteio que apontou o Estrela Vermelha de Belgrado (Jugoslávia) como adversário da sua equipa. Os clubes que Bersellini mais temia eram o Bayern e o Liverpool.

Entretanto, a UEFA anunciou que o primeiro encontro entre o Spartak de Moscovo e o Real Madrid se disputará em Tifilis, para evitar as condições climatéricas de Moscovo.

Também a primeira-mão do Feyenoord-Slavia, da Taça dos Vencedores de Taças, será disputado em Sófia, enquanto o Colonia-Liege terá o seu primeiro jogo em Liege, a contar para a Taça UEFA.

Nenhuma equipa de um país socialista europeu ganhou, até à data, a principal competição europeia de clubes. O Spartak de Moscovo é este ano um forte candidato, mas não terá vida fácil, nos quartos de final, diante do Real Madrid. Por outro lado, em virtude do clima invernoso de Moscovo, o Spartak terá a desvantagem de jogar em «casa» não na capital soviética, mas em Tifilis.

Idêntica desvantagem sofrerá o Dinamo de Tbilisi, nos quartos de final da Taça dos Vencedores de Taças, onde defrontará o West Ham, que agora milita na 2.ª Divisão da Liga Inglesa, mas venceu o torneio europeu em 1965 e foi finalista em 1966 e 1976.

O Car Zeiss Jena, da RDA, defrontará os galeses do Newport County, equipa da 3.ª Divisão da Liga Inglesa no outro jogo dos quartos de final entre vencedores de taças.

A Taça UEFA é disputada apenas entre equipas europeias ocidentais nos quartos de final. Os suiços do Grasshoppers, que eliminaram o FC do Porto, defrontam os franceses do Sochaux, que eliminaram o Boavista. Os alemães federais do Colonia jogam com os belgas do Standard de Liege, enquanto o St. Etienne, da França, defronta os ingleses do Ipswich Town e o AZ67 da Holanda com os belgas do Lokeren.

Alterações ao sorteio de Zurique

A ordem de dois jogos dos quartos de final das competições europeias de futebol, cujo sorteio decorreu em Zurique, foi alterada por acordo entre os clubes. Esses encontros são o Feyenoord-Slavia (Taça das Taças) e Colonia-Standard Liege (Taça UEFA).

Os jogos da primeira «mão» disputam-se a 4 de Março e os da segunda a 18 do mesmo mês.

Krol definitivamente no Nápoles

O internacional holandês Ruud Krol foi definitivamente transferido para o Nápoles anunciou o director do clube italiano.

Krol actuava no Vancouver Whitecaps, do Canadá, embora tivesse sido «emprestado» ao Nápoles no início desta época.

Uma deslocação do presidente do clube italiano a Vancouver conduziu a transferência definitiva do jogador holandês para Nápoles.

Se não tivesse sido firmada a transferência, Krol deveria regressar ao Canadá em 1 de Abril, dois meses antes do termos do campeonato italiano, o que criaria dificuldades ao Nápoles, que actualmente ocupa o 4.º lugar na tabela italiana.

«Mundial júnior na Austrália

O Campeonato Mundial de Juniores será disputado entre 3 e 18 de Março na Austrália, anunciou a Federação Internacional de Futebol (FIFA) que pela primeira vez organiza o torneio em colaboração com a Federação autraliana da modalidade.

O torneio, que se realiza em cada dois anos, destina-se a jogadores até aos vinte anos de idade. a FIFA informou que, até à data, nove países se qualificaram para a fase final: Inglaterra, Polónia, Itália, Holanda, Espanha, Roménia, México, Estados Unidos, e o país anfitrião a Austrália.

O «Mundial» de juniores disputou-se em 1977 na Tunísia e em 1979 no Japão.

Segundo Mamede:

Estado não apoia atletas da "alta"

Fernando Mamede admitiu ontem a hipótese de não participar no corta-mato das Nações a disputar em 28 de Março em Madrid.

O atleta sportinguista afirmou em Milão, que desde o princípio da época de Inverno em Outubro não beneficiou de qualquer estágio, ao contrário do que tem sucedido nos últimos anos.

Mamede, melhor europeu de 1980 nos dez mil metros, considera que «os atletas portugueses irão ao Crosse das Nações em condições de desigualdade perante os outros adversários do mesmo nível».

Disse que em Portugal os atletas de alta competição são «extremamente baratos» e que «o Estado português não os apoia, com a agravante de retirar certas regalias aos melhores».

Para o recordista português dos cinco mil e dez mil metros, a presença portuguesa no Cross das Nações «deveria obedecer a um mínimo de planificação, o que não tem acontecido até agora».

Referiu que, assim, «as motivações vão sendo cada vez menores» e observou que «quanto piores são as condições, às vezes mais responsabilidade nos imputam».

Mamede salientou que, mais uma vez, são os clubes a investirem nos seus atletas e certas entidades responsáveis têm-se alheado de resolver um problema de interesse nacional.

As condições pedidas por Mamede resumem-se a dispensa do emprego durante as manhãs, dois ou três estágios anuais e um subsídio «no máximo igual ao salário mínimo nacional».

Automobilismo

Nasceu uma nova equipa

Uma nova equipa de automobilismo formada pelos pilotos Fernando Gaspar e Luís Mayer Godinho sob a égide de uma seguradora francesa foi apresentada em Lisboa e disputará os campeonatos nacionais de velocidade e ralis.

Fernando Gaspar (30 anos) vai participar no nacional de velocidade com um Merlyn MK 20--A, disputando as rampas da Lagoa Azul, Lamego Bragança, Falperra, Portalegre, Caramulo, Porto de Mós e Pena.

Mayer Godinho (27 anos) formando equipa com sua irmã Madalena Godinho disputa o Campeonato Nacional de Ralis com um Ford Escort RS 2000 de grupo 1.

O piloto, 5.º classificado no último campeonato regional de iniciados, vai participar nos ralis das Camélias, Portugal- Vinho do Porto, Figueira da Foz, FC Porto, Rota do Sol, Volta a Portugal e Urbibel - Alagarve.

Calendário da Fórmula Um

O calendário do Campeonato do Mundo da Fórmula Um, para a sessão de 1981, foi, de novo, modificado pelas instâncias da Federação Internacional do Desporto Automóvel (FISA) reunida ontem, em Monte Carlo.

O novo calendário é o seguinte: 5 de Março: Grande Prémio dos Estados Unidos Oeste, em Long Beach; 29 de Março: Brasil, no Rio de Janeiro; 12 de Abril: Argentina em Buenos Aires; 17 de Maio: Bélgica, em Zolder; 31 de Maio: Mónaco, em Monte Carlo; 21 Junho: Espanha, em Jarama; 5 de Julho: França em Dijon; 18 de Julho: Inglaterra, em Silverstone; 2 de Agosto: RFA em Hockenheim; 16 Agosto: Austria, em Zeltweg; 30 Agosto: Holanda, em Zandvoort; 13 Setembro: Itália, em Monza; 27 Setembro: Canadá em Montreal; 4 de Outuro: EUA Este, em Watkins Glen.

Raguebi

Recusa irlandesa de ir à África do Sul

Quatro dos principais jogadores de râguebi irlandeses recusaram-se a integrar uma equipa nacional que efectuará uma digressão pela Africa do Sul.

Três dos quatro atletas (Donald Spring, Moss Keane e Tony Weard) são considerados os melhores jogadores irlandeses do momento e a sua posição veio agudizar a polémica existente em redor da decisão da Federação de Râguebi do país em enviar uma equipa à Africa do Sul.

Os jogadores afirmaram que a sua atitude se baseia numa questão de «princípio». A projectada digressão foi condenada pelo Governo de Dublin e tem levantado fortes protestos na Imprensa irlandesa.

A Federação parece não querer alterar a sua posição e já questionou 44 jogadores sobre a sua disponibilidade para se deslocarem á Africa do Sul.

HOJE

BADMINTON – 1.º Torneio Cidade de Aveiro, no no Pavilhão Municipal de Aveiro e no ginásio da Escola Preparatória Afonso de Aveiro, às 15 horas.

HALTEROFILIA – Campeonatos Regionais Individuais: Zona Norte (Estádio das Antas, às 15 e 30 e às 17 e 30), Zona Centro (Ginásio Clube Português, às 15 e 30 e às 18 horas) e Zona Sul (Ginásio Atlético Clube da Baixa da Banheira, às 16 e 30 e 18 e 30).

HÓQUEI EM PATINS – Taça de Portugal – 1/2 finais: Benfica-Oeiras (21 e 30) e FC Porto-Sporting (21 e 45).

Campeonato Nacional da II Divisão – Zona Sul ZONA A: Juventude Alcochete-UF Entroncamento, Stella Maris (Peniche)-Sp. Caldas, Sp. Tomar-UD Vilafranquense, CD Torres Novas-Tigres de Almeirim, UD Rossiense-HC Turquel e Sp. Marinhense-Sp. Torres. – SÉRIE B: CD Beja-Liga de Algés, Académica de Amadora-DG Diana, Campo de Ourique-Paço de Arcos, CD Queluz-HC Sintra e Futebol Benfica-Juventude Azeitonense. Todos nos recintos dos primeiros às 18 horas, salvo a excepção indicada.

LUTAS AMADORAS – 5.º Torneio de Principiantes, no estilo livre-olímpica, para juniores, esperanças e seniores, no Ginásio do Atlético do Cacém a partir das 15 e 30.

NATAÇÃO – Taça Casio, na piscina municipal do Areeiro, a partir das 16 horas.

PATINAGEM – Festival de patinagem artística promovido pelo Sporting, integrado nas comemorações das «Bodas de Diamante», no pavilhão de Alvalade. às 21 e 30.

RÂGUEBI – Campeonato Nacional da I Divisão: Benfica-Técnico (Luz, 16 e 15), CDUL-Direito (EUL, 14 horas).

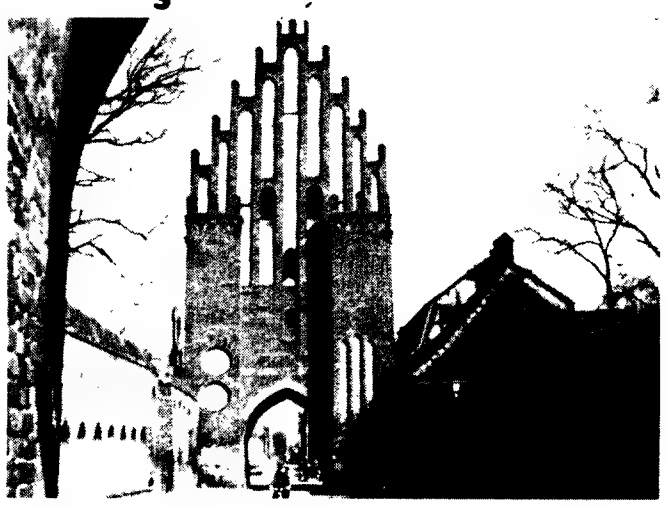
Campeonato Nacional da II Divisão – Zona Sul: Cangurus-Estrela da Amadora («pelado» do Jamor, 15 horas) e Santa Luzia-Benfica «B» (Municipal de Elvas, 14 e 30).

Campeonato Nacional de Juniores: CDUL-Cascais (EUL, 16 e 15).

TÉNIS – Torneio dos Mestres (fase final), no pavilhão da Juventude Salesiana (piso alcatifado), no Estoril, a partir das 15 horas.

VOLEIBOL – Campeonato Nacional Masculino da I Divisão – Zona Sul: Leixões-Francisco de Holanda (22 horas), CDUP-FC Porto (21 e 30), A. Madalena-Esmoriz (22 horas) e S. Mamede-Sp. Espinho (22 horas). – Zona Sul: Técnico-Nacional de Ginástica (19 horas) e Lisboa Ginásio-ISEF (Esc. Nuno Gonçalves, 18 horas).

ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-RDA



VISITE A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ EM 1981!

Entre 4 itinerários diferentes escolha o seu!

Visite Berlim, Rostock, Schwerin, Magdburg, Wernigerode, Erfurt, Dresden, Karl-Marx-Stadt, Leipzig e outros centros de interesse da República Democrática Alemã.

Nos melhores hotéis!

De 24/4 a 2/5 excursão especial de 9 dias dando a possibilidade de assistir ao 1.º de Maio na RDA!

Junho, Julho, Agosto e Setembro:

Excursões de 9 dias: 29 550$00; excursões de 14 dias: 34 200$00; excursões de 16 dias: 37 500$00 – **tudo incluído!**

Inscreva-se já, a partir de 2 de Fevereiro na

ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-RDA

Praça José Fontana, 17-4.º – Lisboa

Telefone 53 98 21/2

EM COLABORAÇÃO COM A AGÊNCIA abreu

CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA

AVISO 3/81

BRASÃO, ESCUDO E BANDEIRA DO MUNICÍPIO

CONCURSO PUBLICO

1. Está aberto concurso público aos artistas nacionais para criação do escudo, brasão e bandeira do Município da Amadora.
2. Neste concurso serão atribuídos prémios no valor de 50 000$00, 30 000$00 e 15 000$00 para os três melhores trabalhos.
3. O Juri atribuirá as menções honrosas que o valor dos trabalhos apresentados justifique.
4. Cada concorrente, singular ou em grupo, poderá concorrer com mais do que um trabalho.
5. As propostas devem ser assinadas sob pseudónimo, acompanhadas de um envelope lacrado contendo a identificação do concorrente, morada e telefone e com a indicação exterior do pseudónimo utilizado.
6. As propostas e o envelope de identificação deverão ser entregues em envelope lacrado na C.M.A., na secretaria dos S.O.M., até dia 10 de Abril.
7. Cada proposta compõe-se de um estudo, com indicação de cor e metais do brasão, do escudo e da bandeira, cada um destes elementos deverá ser apresentado sobre cartolina branca com as dimensões de 0,30x0,30.
8. As propostas deverão obedecer às regras da heráldica e apoiar-se na história da Amadora.
9. Os trabalhos premiados passarão a constituir propriedade material da C.M.A., mantendo os seus autores propriedade intelectual.
10. Com os trabalhos apresentados a concurso realizará a C.M.A. uma exposição pública.
11. O júri será constituído pelo Presidente da C.M.A. e por um representante da Assembleia Municipal, do Conselho Municipal, dos S.O.M. da C.M.A., do Instituto de Heráldica, do Gabinete de História da Faculdade de Letras de Lisboa e da E.S.B.A.L.
12. Os resultados serão publicados nos órgãos de Comunicação Social no dia 22 de Abril.
13. Mais esclarecimentos serão prestados nos S.O.M. da C.M.A.

AMADORA, 13 DE JANEIRO DE 1981

O PRESIDENTE

Orlando Gaspar Guerreiro de Almeida

Canal da crítica

Mário Castrim

Nem 8, nem (ano) 80

Estou a escrever debaixo ainda de grande perturbação. A televisão dá cabo de mim. Quando eu morrer, sabem já os meus filhos a quem pedir indemnização por perdas e danos.

Há dias, foram aqueles nus do Rubens que deixaram de boca aberta a moral deste País construída à sombra de um preceito que inventou o pecado de viver e o ensinou a povos que, antes, eram inocentes e puros aos olhos de seus deuses.

Ontem foi aquele grande plano do dedo mindinho do suplente do Leduc na chatérrima história do Assene Lupin. Mindinho cortado à faca e com o sangue a escorrer tão vermelho que mais parecia publicidade a uma marca de tintas.

Tal como sucedeu da outra vez, a RTP deve ter ficado com os telefones entupidos, tal a avalancha de protestos. Acrescente-se o meu. Eu cá, sangue, só no arroz de cabidela. Somos gente pacífica, senhores. O sangue horroriza-nos. Por isso é que, se um dia a pena de morte voltasse, haveria de instituir-se pelo instrumento da fogueira, à boa moda da Inquisição. O sangue puxa sangue. Por isso é que os toiros de morte nunca puderam ser tradição neste País.

Sangue? Nem de mindinho, manos. Em França é diferente, eles têm a guilhotina (ai o meu pescocinho!) e mais golpe, menos golpe é igual ao litro. Nós não temos guilhotina. Temos Freitas do Amaral, Cavaco Silva, Proença de Carvalho.

Sangue? Não. Impressiona muito.

Quem diz toiros de morte, diz Suárez. Que, como vocês sabem, foi demitido ou, falando menos prosaicamente, se demitiu.

Repararam? Face ao acontecimento, a televisão espanhola entrevistou as duas forças da oposição representadas pelo Gonzalez e pelo Carrillo.

Que faz a televisão portuguesa? Entrevista um do PSD, outro do CDS e um do PS. Assim e uma vez mais, à boa maneira proençal, se respeitou o pluralismo.

O mesmo pluralismo pode ser avançado relativamente ao congresso da UGT, também conhecido na televisão dita «portuguesa», por central sindical.

A reportagem dedicada ao assunto enfermava de engenhosas circunvalações e gravíssimas omissões. Por outro lado, mais do que reportagem, recordava um lançamento publicitário em campanha de promoção. Ficámos foi sem saber se cada pacote dava ou não direito a um tacho, a um esfregão para os tachos, a um talher de mesa (do orçamento?) ou a um bónus na aquisição de lugarzinhos pingues.

Mas ficámos a saber que o Walesa mandou telegrama de saudação em prol do «socialismo democrático» – cousa, aliás, que ninguém sabe o que seja, mas soa bem, não choca, é coisa de «marketing» nos circuitos capitalistas. Uns pândegos, estes Walesinhos traduzidos em calão. Qualquer dia lá vão eles ao Vaticano pedir a benção.

O fim do serão estava marcado para cerca das 23 e 40. Acabou uma hora mais tarde com a presença irrefabilíssima de Cavaco Silva. A propósito de quê?

A propósito da revista do **ano 80.**

Mas na óptica da RTP o que foi essa revista? O que se passou em Portugal nesse ano? Portugal em 1980 o que foi em termos culturais, artísticos, sociais? Pois bem: na óptica da RTP, em termos culturais, artísticos, sociais, Portugal foi Sá Carneiro – vivo ou morto.

Assistimos a uma tremenda manipulação de emoções. Qualquer coisa como uma espécie de adenda à monstruosa encenação partidária do funeral de Sá Carneiro via TV. Ontem, como na tarde do dia seis de Dezembro, tudo se passou como se o destino da nossa Pátria dependesse da vida de homem. O documentário - ficção-ficção, introduzido Walquirianamente por Cerqueira era, acima de tudo, o clamor de uma orfandade com o qual a maioria do povo português não se identifica.

Para discutir as soluções económicas do ano-80 foram buscar... o autor dessas soluções! Também Cavaco Silva não passou um **post-scriptum** de si próprio, malabarista à volta nas suas sortes de Coliseu.

Dois nomes escolheu a RTP para comentar o «81 Político»: Marcelo Rebelo de Sousa e Fernando Piteira Santos.

Marcelo não teve sorte com o par. Não pôde aviar os seus malabarismos de pensamento fácil e fútil.

Confrontado com uma lógica implicável, arrimou-se ao jogo sempre antipático das insinuações e das rasteiras. Sem conseguir minimamente rebater a demonstração de Piteira Santos de que a votação de 7 de Dezembro mostrara que a ideologia não morrera e que o povo português votara de maneira política. Não se tratava, como em 5 de Outubro, de não enxergar o alcance das medidas demagógicas.

Tratava-se, face ao perigo fascista representado pela opção AD, de uma clara opção pelos caminhos de 25 de Abril. Como disse Piteira Santos, se o povo fosse movido pela convicção de que este presidente respeitaria o Governo AD, com mais razão escolheria o Soares Carneiro...

Irrefutável. Marcelo esquivou-se, canhestramente, para evitar o «directo». Não evitou. Rebelo de Sousa é um sujeito brilhante mas de visão curta.

Pode entender a superfície do mar, mas ignora as poderosas correntes e as forças que o movem. A luta de classes (que nem mesmo o pensador mais antimarxista recusa) ainda lhe causa borbulhas.

Não vai longe. Porque a brilhantina é só para o exterior da cabeça. Para o interior não dá.

Mário Castrim

P.S. Imagens do «Ano 80». Fala, ricinamente, o Soares Carneiro. Amigos, caramba, do que a gente se livrou, hem? – M. C.

Hoje

Edward G. Robinson e Ann Sothern, numa cena do filme «Orquídea Brava» que será esta noite exibido através da RTP-1

RTP-1

16.00 **Tempo dos mais novos.**
17.35 **Mulherzinhas** – Primeiro episódio de uma série de dez baseado na obra homónima de Louise May Alcott. – Intérpretes: Meredith Birney, Susan Dey, Ann Desenberry e Eve Plumb. – Realização de David Lowell Rich.
18.30 **Concerto** – Requiem, de Brahms, interpretado pela Orquestra Filarmónica de Berlim, dirigida por Herbert Von Karajan
20.00 **Telejornal**
20.35 **Dona Xepa** – Episódio n.º 123
21.05 **O tempo**
21.10 **Eu Show Nico**
22.05 **Orquídea Brava** – Realizador: Lloyd Bacon Intérpretes: Humphrey Bogart, Edward G. Robinson, Ann Sothern, Donald Crisp, Ralph Bellamy

RTP-2

20.30 **Blake Seven** – 11.º episódio; Intérpretes: Goretha Thomas, Sally Knyvette, Jan Chappell, Paul Darrow, David Jackson, Michael Keating, Stephen Greif. Realização de David Maloney

21.30 **Attica** – História da célebre amotinação na penitenciária de Attica, no estado de Nova Iorque, no início do ano de 1971. Realizador: Marvin Chomsky. Intérpretes: George Arizzard, Charles Durning, Anthony Zerbe, Morgan Freemen, Roger Mosley e Glynn Turman.

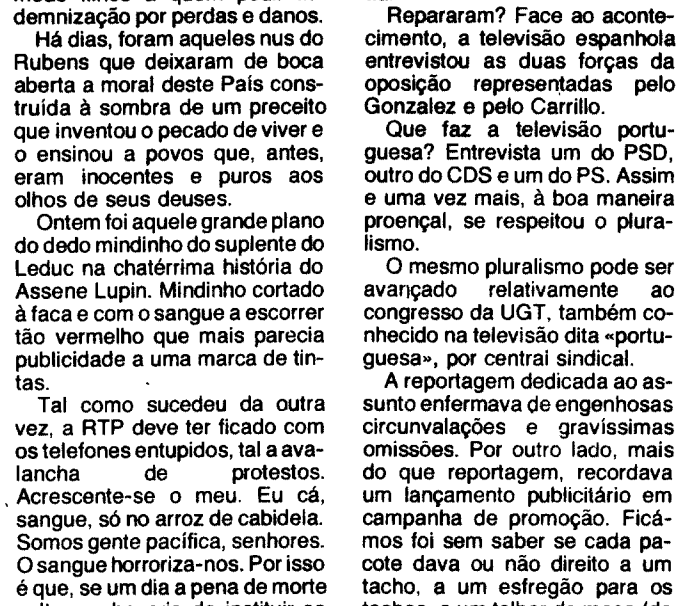
Amanhã

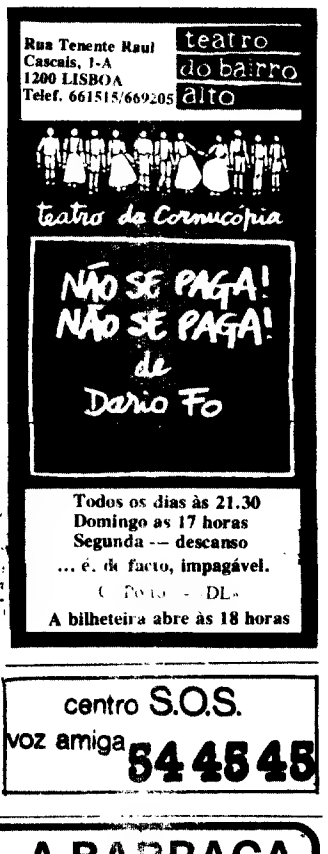
RTP-1

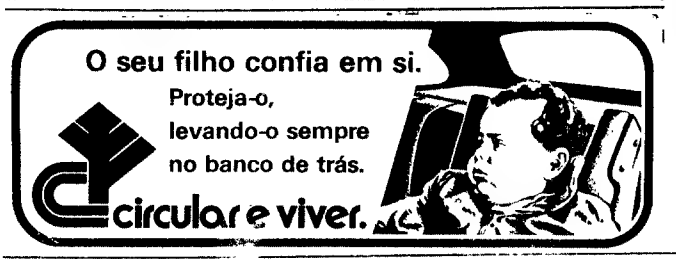
11.00: Tempo dos mais novos; **12.30:** Eucaristia dominical. **13.20:** Setenta vezes sete; **13.55:** Sumário; **14.00:** TV Rural; **14.30:** Convívio musical, **15.00:** Cantor de Jazz, **16.30:** Pantera cor-de-rosa; **17.00:** Magazine/7; **18.00:** Arte e coisas. **18.30:** Grande encontro, **20.00:** Memória urbana de um povo; **20.30:** Telejornal, **21.05: O Tempo; 21.10:** Programa musical; **22.00:** Dallas-episódio n.º 5.

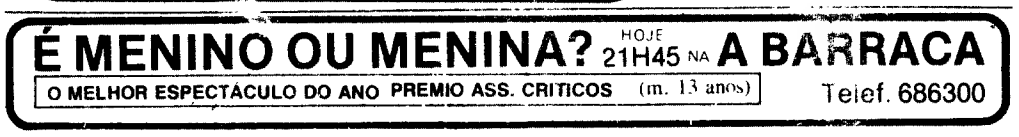
RTP-2

20.00: Os Pilares da sabedoria; **21.00:** South Riding-episódio n.º 6; **21.50:** Ao Vivo









Podem defender civilização ocidental

João Morgado*

A dimensão do arsenal atómico mundial não é conhecida, mas todos sabemos e sentimos que ele cresce de dia para dia, mau grado as parcas notícias que sobre a matéria são veiculadas pelos órgãos de informação.

Hoje, as armas nucleares estão espalhadas pelos quatro cantos da Terra. Armazenados ou não, esses instrumentos de morte massiva estão praticamente em todos os lugares. A vida na Terra corre pois, o risco continuado inerente à existência dessas armas, do mesmo passo que a Humanidade tem que aceitar, entre angustiada e impotente, a permanente eventualidade da sua utilização.

Naturalmente que a instalação ou estacionamento de armas nucleares em Portugal ou nas áreas limítrofes exporia mais o nosso País aos perigos resultantes de possíveis acidentes e torná-lo-ia um alvo privilegeado em caso de conflito internacional.

Por isso e em princípio a nossa posição é desfavorável à presença ou permanência de armas nucleares em Portugal.

Todavia, a situação internacional pode determinar que o País se veja coagido a correr tais riscos para evitar perigos maiores.

E se assim for, não deve hesitar-se em promover a instalação dessas armas e facilitar o seu estacionamento na zona de jurisdição portuguesa.

Além disso a política portuguesa de defesa não pode alhear-se da política de defesa definida pela Organização do Tratado do Atlântico Norte, a que Portugal livremente aderiu. E nesta circunstância, o esforço indispensável à defesa da civilização ocidental, dos valores da liberdade e da democracia pode exigir a manutenção no território português de armamento nuclear.

Se tal acontecer. os portugueses deverão considerar esse primado repudiando a efémera e ilusória segurança que lhes proporcionaria a proibição de estacionamento ou instalação de armas atómicas.

A UEDS apresentou recentemente na Assembleia da República um projecto de lei destinado a proibir a instalação de quaisquer armas nucleares em território nacional incluindo águas territoriais, e a vedar o estacionamento em Portugal de quaisquer unidades militares ou meios de transporte militar portadores de qualquer tipo de armamento nuclear. Tal iniciativa legislativa afigura-se demagógica e inútil: Demagógica porque não tem em conta a situação geoestratégica portuguesa e a integração de Portugal na NATO, e a mutação a que constantemente está sujeita a conjuntura internacional.

Inútil porque a eventual aprovação da lei não impediria que em qualquer momento ela fosse revogada por outra que dispusesse de forma diversa.

A proibição proposta só teria sentido se viesse a constar do texto constitucional; não há todavia notícia de que o Projecto de Revisão Constitucional da FRS venha a incluir qualquer norma sobre esta matéria.

* Deputado do CDS e secretário da Comissão Parlamentar de Defesa.

Falhas do MEC nos concursos para professores

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa exigiu a imediata suspensão da data de encerramento dos concursos para professores, a fim de não ficar desde já comprometida a abertura do próximo ano lectivo.

Várias falhas detectadas nos boletins a preencher pelos candidatos (caso dos concursos anuais) e deficiente cálculo de vagas (contratos plurianuais) dos professores provisórios, bem como dificuldades encontradas nos concursos para professores efectivos, levaram o SPGL a assumir aquela posição.

A estas falhas acrescentam-se os lapsos e omissões no despacho sobre habilitações, «mesmo após as emendas feitas à posteriori».

Frisa o Sindicato que os erros cometidos são em grande parte resultado da efectiva recusa por parte do MEC de ouvir os Sindicatos dos Professores. Entende aquela associação sindical que a data de encerramento dos concursos só deve ser estabelecida «quando estiver garantida a plena informação aos candidatos e corrigidos os erros cometidos.»

Continuação da pág. 12

do Estado português, garantiria, no entanto, em termos jurídicos, o chamado controlo nacional sobre o armamento nuclear.

Mas já não será estranho que o Estado português venha a permitir (se ainda não permitiu, do que tenho dúvidas), o estacionamento e a instalação de armas nucleares estrangeiras em território nacional, se nos lembrarmos que a CRP tem vindo a ser sistematicamente violada, nomeadamente nos artigos 1.º a 5.º, em que se define Portugal como uma «República Soberana», da qual «o Estado não aliena qualquer parte do território». E todos nós sabemos o que se passa com as Lajes, Beja, Porto Santo...

A integração de Portugal na NATO só de um ponto de vista idealista e utópico não implicará a necessária «aceitação», do estacionamento de armas nucleares no nosso território.

Para além disso, as relações de total submissão aos interesses estratégicos dos EUA, tornam mais do que provável o estacionamento provisório ou definitivo dos seus submarinos, silos ou paióis atómicos, sempre que eles o quiserem ou impuserem, nas parcelas «alienadas» do território da «soberana República Portuguesa».

Portanto, se bem que apoie todas as iniciativas que exijam a proibição de armas nucleares em território nacional, considero que elas têm forçosamente de estar ligadas à exigência de proibição de bases ou tropas estrangeiras no nosso território, assim como à exigência da saída de Portugal da NATO.

Qualquer pessoa sensata percebe ser perfeitamente utópico exigir a proibição de armas nucleares quando não se faz tudo para criar as condições prévias necessárias à efectivação dessa proibição.

Os EUA querem os Açores, a Madeira, o Continente, já não apenas para apoio logístico e vigilância do Atlântico Norte, mas para instalar armamento nuclear, principalmente desde que perderam o posto avançado que era o Irão e que a sua posição no Médio Oriente corre sérios riscos.

Portugal não se defende (de quê?, de quem?, porquê?) estando na NATO ou permitindo a existência de bases americanas no seu território. Apenas serve de defesa aos próprios Estados Unidos. E o ónus é demasiado elevado, é a própria sobrevivência física que está em causa.

O mesmo aliás, acontece com a Europa, que actualmente não passa de um alvo prioritário em caso de conflito entre os EUA e a URSS.

E não se diga que a guerra nuclear não é possível dados os custos que implicaria. O carácter limitado de um conflito directo entre as duas superpotências nucleares está comprometido à partida, pois a tendência geral da guerra é a evolução para os extremos: e a utilização de material nuclear pode ser desencadeada quer pela potência que estiver a ser derrotada, para mudar o curso dos acontecimentos, quer pela que estiver a vencer, para apressar o desfecho.

Para evitar os custos incalculáveis de um conflito inter-imperialista, o primeiro passo a dar é exigir a saída incondicional da NATO e a retirada do nosso território de todas as tropas e bases estrangeiras. E se isso for incompatível com a actual estrutura do poder, o papel dos patriotas e dos revolucionários é o de mostrar aos trabalhadores e ao povo em geral que têm de ir mais longe do que actualmente imaginam para alcançar, meramente, os seus objectivos mais imediatos como seja o da garantia da sua sobrevivência física.

* Deputado da UDP

CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS
BANCO FUNDADO EM 1864
PAGA OS MAIS ALTOS JUROS DA BANCA

COTAÇÕES DE NOTAS E MOEDAS ESTRANGEIRAS	(Por unidade) COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	52$90	57$90
ALEMANHA FED. (marco)	25$90	27$00
ÁUSTRIA (xelim)	3$60	3$80
BÉLGICA (franco)	1$551	1$651
BRASIL (cruzeiro)	$704	$954
CANADÁ (dólar – notas de 1 e 2)	44$95	46$95
(notas de 5 a 1000)	45$45	47$45
DINAMARCA (coroa)	8$40	8$80
ESPANHA (peseta)	$628	$728
EUA (dólar – notas de 1 e 2)	53$95	55$95
(notas de 5 a 1000)	54$45	56$45
FINLÂNDIA (marka)	13$85	14$25
FRANÇA (franco)	11$25	11$85
HOLANDA (florim)	23$90	24$90
INGLATERRA (libra)	130$90	134$90
IRLANDA (libra)	97$25	101$25
ITÁLIA (lira)	$050	$060
JAPÃO (iene)	$242	$272
NORUEGA (coroa)	10$05	10$55
SUÉCIA (coroa)	11$95	12$55
SUÍÇA (franco)	28$65	29$75
VENEZUELA (bolivar)	10$80	11$80

Observações:
1. – No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
2. – Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 3 por mil.

tempo

SITUAÇÃO DO TEMPO ÀS 09.00 H

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado; o vento era fraco ou moderado de Sueste soprando com rajadas fortes na Costa Algarvia, chovia ou havia neblinas em alguns locais.

TEMPERATURAS DO AR às 9 horas

V. DO CASTELO	7º
BRAGANÇA	2º
VILA REAL	4º
PORTO	11º
P. DOURADAS	1º
COIMBRA	11º
C. CARVOEIRO	10º
PORTALEGRE	7º
LISBOA	10º
EVORA	7º
SINES	11º
BEJA	9º
SAGRES	14º
FARO	13º
P. DELGADA	11º
FUNCHAL	14º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
		5.23	1,8 m
12.09	3,3 m	17.49	1,7 m
DIA 1			
0.36	3,4 m	6.19	1,6 m
13.04	3,4 m	18.38	1,5 m
DIA 2			
1.25	3,6 m	7.06	1,4 m
13.50	3,6 m	19.21	1,3 m

PREVISÃO DO TEMPO ATÉ ÀS 24 H DE AMANHÃ

Céu em geral muito nublado; vento fraco ou moderado de Sueste temporariamente com rajadas fortes na Costa Algarvia durante a tarde de hoje; períodos de chuva fraca nas regiões do Centro e Sul até à noite de hoje. A partir da madrugada diminuição gradual de nebulosidade.

AMANHÃ
NASCER ÀS 7.43
OCASO ÀS 17.58

DIA 4 · DIA 11 · DIA 18 · DIA 27

STAR TURISMO VIAGENS
UMA AGENCIA DE VIAGENS DE SERVIÇO COMPLETO
Lisboa Estoril Porto Guimarães Faro Portimão Madeira e Açores

rádio

1.º Programa

17.00 A Face e o Perfil; **18.00** Lisboa -cidade; **19.30** «Jornal da Noite»; **20.00** D'ontem, D'hoje e D'amanhã; **21.30** Fados; **22.00** «Programa da Noite»; **24.00** «Jornal da meia-noite».

2.º Programa

17.05 Música de bailado de Rossini e Strawinsky; **18.15** Concertos para trompa e orquestra: – Concerto em ré, de Haydn, Orquestra de Câmara da Holanda, Concerto n.º 2 em mi bemol maior, de Strauss, Orquestra Sinfónica de Londres; **19.00** Música; **19.45** Poema Sinfónico «Orfeu», de Liszt, pela Orquestra Filarmónica de Londres; **20.00** Música Sinfónica de Rachmaninov; **21.00** Música; **22.00** Cantatas: Cantata BWV 147, de Bach; Cantata Académica, de Britten; **23.00** Intercâmbio musical: Concerto pela Orquestra Sinfónica da Rádio da Baviera - 1.ª PARTE: – Concerto para dupla orquestra de cordas, de MICHAEL TIPPET; Concerto em mi bemol maior, para trompete e orquestra, de Haydn; INTERVALO: – Solos de Cravo de Bull, por Thurston Dart; 2.ª PARTE: – Sinfonia n.º 3, em lá menor, op. 56 «Sinfonia Escocesa», de Mendelssohn; **01.00** Fecho.

Rádio Comercial (290 m)

15.03 Sábado muito especial; **18.05** Som fantástico; **19.03** É o fim; **20.03** Quando o telefone toca (1.ª edição); **20.30** Quando o telefone toca (2.ª edição); **21.03** Quando o telefone toca (3.ª edição); **21.30** Tempo de desporto.

RC. FM-Estéreo (97,4 MHz)

15.03 Mão na música; **17.03** Top's; **19.03** Em órbita; **21.03** Entretanto...

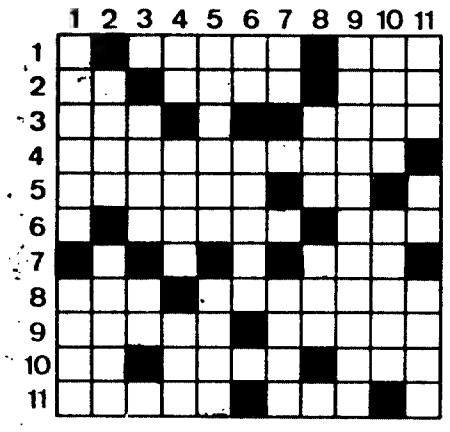
Rádio Renascença

18.25 Palavra do dia; **18.30** Transmissão do terço da Igreja dos Capuchinhos ao Ameal no Porto; **19.00** Roda viva; **20.00** 60 minutos, pentagrama; **21.30** Diálogo e vida; (A Igreja no Plural); **22.00** Quando o telefone toca; **22.30** Rádio Revista; **23.55** Fecho.

Tiragem média diária do mês anterior: 48.364 exs.

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO PROBLEMA N.º 12 942 –



HORIZONTAIS

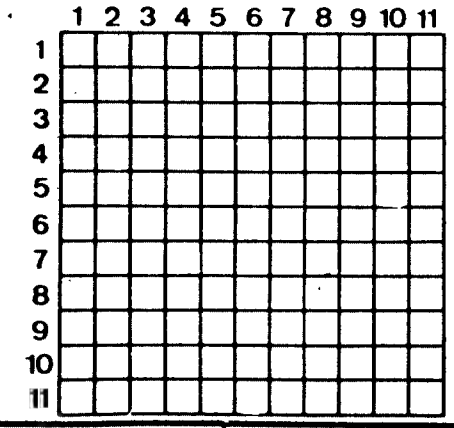
1 Esfregar com as unhas a parte do corpo onde se sente comichão. Ave pernalta.
2 Osmio (sq). Rates. Filtro.
3 Pronome pessoal. Portanto.
4 Desmaiarias.
5 Gastavam. Clima.
6 Lograr. Suspiros.
7 Pega.
8 Pronome relativo. Deus do Vinho. Tálio (sq).
9 Dar urros. Endurecido.
10 Érbio (sq). Cursos de água naturais e abundantes. Sufixo que designa abundância.
11 Rola cinzenta de carne saborosa. Prefixo que designa ar.

VERTICAIS

1 Início. Deseja.
2 Juízo. Soco.
3 Três mil e cem em romano. Érbio (sq).
4 Sufixo que designa estado. Escudeiros. Arara.
5 Costumavam. Garbo.
6 Autores. Planta ornamental também chamada lírio-do-campo.
7 Reis. Costume.
8 Piedosa. Preposição e artigo (pl).
9 Bradaras. Ribeira de Portugal.
10 Trituras. Pequenos barcos de recreio.
11 Preposição e artigo (pl). Vossa Senhoria. Cânticos em honra da virgem e dos Santos.

Resolveu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 8902



HORIZONTAIS:

1 Aplaco. Nome de mulher.
2 Inerte. Molestara.
3 Que é do ar. Freguesia do concelho de Loulé.
4 Líquido gorduroso. Ladrão do mar (gir.) (Bras).
5 Curo. Cidade da Argélia.
6 Nota musical.
7 Nota musical. Remates de costura.
8 Parafusara.
9 Transpirai. Aeróstato.
10 Que tem pequenas dimensões. Em má hora (ant).
11 Limpara com água. Ósmio (s.q).

VERTICAIS:

1 Acaricia. Vinte mãos de papel.
2 O vencimento diário de um soldado. Crença. Interjeição que exprime dor.
3 Esbelta. Nome de homem.
4 Garganta. Triturada.
5 Que são do ar. Vossa Alteza. (inv).
6 O sono das crianças. Sentidas Condolências.
7 Espaço de trinta dias. Terminar.
8 Planta vivaz e medicinal. Ave trepadora.
9 Triturar. Divisão de uma casa.
10 Soltas trinos. Patrão.
11 Irmão de Moisés. Plantas têxteis do Ceará.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 12 841

HORIZONTAIS:

1 À. BOA. FOME.
2 Selamos. Rã.
3 Nora. Araras.
4 Ama. Tu. Cais.
5 Ser. Massa.
6 Sana.
7 Haiti. Crava.
8 Açaí. Teor.
9 Cair. Api.
10 Hera. Re. Saa.
11 Asas. Amo. Or.

VERTICAIS:

1 NÃO. Há. HÁ.
2 Som. Tacões.
3 Beras. Ia. Ra.
4 Olá. Esticas.
5 Aa. Trai.
6 MAU. Tira.
7 For. Macerem.
8 Osaca. Ro.
9 Rasparas.
10 Erais. PÃO.
11 Assa. Aviar.

Provérbio: À BOA FOME, NÃO HÁ MAU PÃO

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 8901

HORIZONTAIS:

1 Co. Sabor. AC.
2 Arroz. Parra.
3 Salm. Uai
4 Tira. Arcada.
5 Rs. Laçar. Ar.
6 Pl. Ária.
7 Ora. Blecar.
8 Cré. Maomé.
9 Alga. Oral.
10 Casa. Im. Tri.
11 Às. Amariam.

VERTICAIS:

1 Castro. Caça.
2 Orais. Orlas.
3 Rir. Prega.
4 Somália. Asa.
5 Az.
6 Acabaria.
7 Operário. Mr.
8 Ra. Crismo.
9 Rua. Acerta.
10 Arada. Arm.
11 Caiar. Roli.

farmácias

Lisboa

PERMANENTE

VIEIRA ROSA – Rua Prior do Crato 72 (Tel. 660187); **VERA CRUZ** – Pç. Afrânio Peixoto 2 B (Tel. 884941); **SANTA CRUZ** – Av. Gomes Pereira 34B (Tel. 704828); **SANITAS** – Pç. Luís de Camões 22-24 (Tel. 322798); **NOVA IORQUE** – Av. Est. U. América 140 B (Tel. 760658); **OLIVEIRA** – Rua de Campolide 54A (Tel. 684424); **ASCENSO** – Pç. do Norte 11A (Tel. 311216); **SALUTAR** – Rua Conde Redondo 9B (Tel. 683694); **MONTE** – Rua Sr.ª do Monte 30 AB (Tel. (Tel. 867842); **MARLUZ** – Rua Prof. Mira Fernandes MAF (Tel. 880703); **NOVAIS** – Av. Luís Bivar 11-13 (Tel. 44324); **MIRAFLORES** – Rua Dr. António Granjo 2B (Tel. 2101161); **CORREIA** – Est. Principal Lote 172 (Tel. 993148); **MONSERRATE** – Rua Guil. Gomes Fernandes 31A (Tel. 911139).

AMANHÃ

PERMANENTE

LÍDIA ALMEIDA – Cç. da Ajuda 170 (Tel. 637318); **CARTAXO** – Av. da Igreja 21C (Tel. 897958); **VALLE** – Av. Marquês de Tomar 47 (Tel. 773043); **MARQUES** – Est. de Benfica 648 (Tel. 700096); **SILMAR** – Rua de São Lázaro 128 (Tel. 42829); **PÁTRIA** – Cç. dos Mestres 30A (Tel. 680627); **MICAEL** – Rua São Bento 380-382); (Tel. 662162); **INFANTE SANTO** – Rua do Olival 290 (Tel. 661003); **BARROS GOUVEIA** – Rua Vale Formoso Cima 79B (Tel. 382180); **DIAS E SARAIVA** – Rua Major Afonso Pala 19 (Tel. 2114487); **AMARAL** – Rua Antero Quental 8-8A (Tel. 925455); **PONTINHA** – Est. St. Eloi 4 Lt. SE (Tel. 990220); **NOVA** – Rua Elias Garcia 10 (Tel. 972530).

Linha de Cascais

CARCAVELOS – Vilar – Av. M.ª Conc.ª lote 8 (Telef 2470777). Até às 24 e das 0 às 9 horas; **PAÇO DE ARCOS – Godinho** – Av. Patrão Lopes, 4 Telef. 2432039). Até às 22 horas; **OEIRAS – Central** – R. Conde Ferreira, 29 (Telef. 2430058). Até às 24 e das 0 às 9 horas; **PAREDE – Alsir** – Av. Gago Coutinho, B.º Caixas Previdência (Telef. 2472948). Até às 24 e das 0 às 9 horas- **PAREDE – Junqueira Mendes** – Até às 21 horas; **ESTORIL – Marques dos Santos** – P. Ferreira J. A., 15 (Telef. 260116). Até às 21 horas; **CASCAIS – Marginal** – Av. Marginal (Telef. 280078). Até às 24 e das 0 às 9 horas.

Outra Banda

ALMADA – Galeno – R. Capitão Leitão, 85-B (Telef. 2760565); **COVA DA PIEDADE – Castro Rodrigues** – L. 5 de Outubro, 62 (Telef. 270121); **LARANJEIRO – Tovar Chaves** – Feijó; **COSTA DA CAPARICA – Higiénica** – Av. da República, 23 (Telef. 240002); **SESIMBRA – Lopes** – R. Cândido dos Reis, 21 (Telef. 2233028); **BARREIRO – Central** – Av. Alfredo da Silva, 48 (Telef. 2073207). Permanente; **Piçarra** – Av. do Bocage, 65-A (Telef. 2074771). Até às 19 horas; **AMORA – Matos Lopes** – R. 1.º de Maio. Lote 401 (Telef. 2216355); **SEIXAL – Soromenho** – R. Paiva Coelho, 38 (Telef. 2218560); **MONTIJO – S. Pedro** – Av. Camões, 16 (Telef. 2311133); **MOITA – Silva Rocha** – P. da República, 16 (Telef. 239029); **ALHOS VEDROS – Portugal** – Av. da Bela Rosa, 8 (Telef. 204250); **ALCOCHETE – Nunes** – L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Telef. 234137).

Linha de Sintra

AMADORA – Clabel – R. António Sardinha, 23-D (Telef. 938551). Permanente; **QUELUZ – Simões Lopes** – Av. Elias Garcia, 51 (Telef. 950123); **CAMARATE – Batalha** – R. Avelino S. Oliv.ª, 5 (Telef. 2518669); **CACÉM – Central** – E. Elias Garcia, 55 (Telef. 2940034); **MEM MARTINS – Miranda Garcia** – Est. Mem Martins, 173 (Telef. 2914103). Permanente; **MERCÊS – Claro Russo** – Das 9 às 13 e das 15 21 horas; **RIO DE MOURO – Riomouro** – Av. Óscar Mont. Torres, 8 (Telef. 2960194). Das 9 às 23 horas; **SINTRA – Misericórdia** – Vila (Telef. 2930391). Permanente.

MOSCAVIDE – Império – R. de Olivença, 48 (Tel. 2511234). Até às 19 horas; **SACAVÉM – Soares** – R. José L. Morais, 15-A (Tel. 2518025). Permanente.

Porto

(De dia e só até às 22 horas)

AMEAL – Rua do Ameal, 1227; **CAMPO ALEGRE** – Rua do Campo Alegre, 723; **FERREIRA DA SILVA** – Rua dos Mártires da Liberdade, 150; **PENINSULAR** – Rua Chã, 100; **MELO TAVEIRA** – Rua Alcaide de Faria, 77; **S. ROQUE DA LAMEIRA** – Rua de S. Roque da Lameira, 1111; **SÁ DA BANDEIRA** – Rua Sá da Bandeira, 236; **QUEIJA FERREIRA** – Largo de S. Pedro, 64 (Campanhã).

De dia e toda a noite

PRELADA – R. Central de Francos, 316; **MARTINO SUC.** – Pr. Marquês de Pombal, 122; **POMBEIRO** – Campo dos Mártires da Pátria, 152; **S. LÁZARO** – Av. Rodrigues de Freitas, 297.

Coimbra

Das 9 horas às 9 do dia seguinte

S. JOSÉ – Arcos do Jardim, (Tel. 24697); **M. NAZARÉ** – Av. João das Regras (Tel. 23033).

AGFAMATIC 3000 flash pocket Uma ideia luminosa! Agfa

cartaz de cinemas e teatros

abCINE 803055

Centro Comercial de Alvalade
SALA A
14.30 16.30 18.30 21.30 e 23.40
CÃES DE GUERRA
c/ Christopher Walter
SALA B
Não acons. men. 13 anos
Às 15, 17, 19, 21.30 e 23.45 horas
A GAIOLA DAS MALUCASN.º 2
Com Ugo Tognazi e M. Serrault

ALVALADE 897480

Av. de Roma
Às 14, 16.30, 19 e 21.30 h
Inter. men. 13 anos
Duro , Cruel, Impiedoso
O ÚLTIMO PADRINHO
c/ GIULIANO GENNA e CLAUDIA CARDINALE

APOLO 763319

Av. Júlio Dinis, 10-A
ÀS 15, 18.15 e 21.30
Int. men. 13 anos
Natassja Kinski-Peter Firth, Leigh Lawson
em TESS
13.ª semana
Às 00.30 h – Nao acons. men. 13 anos
O ÚLTIMO COMBOIO DE GUN HILL

AVIS 547163

Av. Duque d'Ávila, 45
Às 15.30, 18.30 e 21.30 h.
Int. men. 18 anos
REGGAE SUNSPLASH
a grande música negra
c/Bol Marley, Peter Tosh

BERNA 776098

Av. Marquês de Tomar
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
BEM-VINDO, MISTER CHANCE
Um filme de Hal Ashby
Com Peter Sellers, Shirey MacLaire e Melvyn Douglas
Technicolor
15.ª semana

CALEIDOSCÓPIO 795093

Campo Grande
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
Para todos
Walt Disney Productions apresenta
O LIVRO DA SELVA
Amanhã, às 11 h (Para todos)
FESTIVAL TOM E JERRY

CASTIL 530194

Rua Castilho
As 15, 17, 19 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
A história sensual
dum amor puro
A LAGOA AZUL
c/ Brooke Shelds e Christopher Atkins
3.ª semana
Hoje às 24 h - 18 anos
O SEGREDO DE FEDORA

CINE 222 579460

Av. Pr. da Vitória, 37 (Ao Saldanha)
Às 21.30 estreia
Int. men. 18 anos
O CASO CLAUDIA
Às 23.45 h
Int. men. 18 anos
O COWBOY

CINEBOLSO 573407

R. Actor Taborda, 27-B
12.30 14.30 16.45 19.00 21.30
Int. men.. 18 anos
GULOSAS DE AMOR
Pornográfico 2.º escalão
Às 24 h – Não acons. men. 18 anos
A VINGANÇA DE BILL KIOWA

CINE BLOCO 556824

Gaveto Av 5 de Out. e Pinheiro Chagas
Não acons. men. 13 anos
CRISTO PAROU EM EBOLI
A fronteira entre duas culturas
3.ª semana
Às 24.15 h
Nao acons. men. 13 anos
AMERICAN CRAFITTI

CINE CAMOES 324194

Rua do Loreto, 15
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
Filme indiano
O GRANDE JOGADOR
Um filme de Shakti Samanta
Com Amitabh Bachchan, Zeenataman e Netusing
Não acons. men. 13 anos

CITY CINE 549999

Rua Tomás Ribeiro, 34
Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30 h
Não acons. men. 13 anos
A história sensual
dum amor puro
A LAGOA AZUL
Com Brooke Shields e Christopher Atkins
Às 23.45 h
Não acons. men. 18 anos
O CASAMENTO DE MARIA BRAUN

DOIS MIL 2100055

Bomb. Voluntários, Lote 113-Algés
Às 14.15, 16.30, 18.30 e 21.30 h
Não acons. men. 13 anos
O CAMPEAO DE BALTIMORE
Às 23,45 h – Int. men. 13 anos
OS TRÊS DIAS DE CONDOR

D. JOAO V 971794

Pr. Centro Comercial – Damaia
Às 15.30 e 21.30
Int. men. 13 anos
KRAMER CONTRA KRAMER
As 24 h – Não acons. men. 13 anos
AS AMAZONAS

EDEN 320768

P. dos Restauradores, 21
As 14, 16.30, 19 e 21.30 h
Com Roger Moore, Gregory Peck e David Niven
OS COMANDOS DE SUA MAJESTADE
Filme de Andrew V. McLaglen
Colorido
Não acons. men. 13 anos
Às 24 h – Nao acons. men. 18 anos
O ATAQUE DO DRAGÃO NEGRO

ESTUDIO 555134

Av. Afonso Henriques, 35
Às 15, 17, 19 e 21.30 h
Não acons. men. 18 anos
DIÁRIO DE UMA CRIADA DE QUARTO
O fime mais fascinante de Luis Buñuel
com Jeanne Moreau e Georges Geret
10.ª Semana

ESTUDIO 444 779095

Av. Defensores de Chaves 83-B
As 15.30, 18.30 e 21.30
Interd. menores de 13 anos
NUA EM CIMA DO MURO
No papel de uma cantora nos «bas-fonds de Amsterdam!»

EUROPA 661016

R. Almeida e Sousa, 35
Nao acons. men. 13 anos
O INIMIGO PÚBLICO
Às 24 h
Nao acons. men. 13 anos
O COMBOY ELÉCTRICO

IMPERIO 555134/5

Al. Afonso Henriques, 35
Às 15 15 18.15 e 21.30 h
Não acons. men. 13 anos
Gregory Pečk, Roger Moore e David Niven
OS COMANDOS DE SUA MAJESTADE
Realiz.: Andrew V. McLaglen

LONDRES 801313

Av. de Roma, 7-A
Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30 h.
Não acons. men. 13 anos
O filme de Kurosawa
A SOMBRA DO GUERREIRO
Kagemusha
Palma de Ouro do Festival de Cannes 1980

MONUMENTAL 555131

P. Duque de Saldanha
às 15.15, 18.15 e 21.45
Não acons. men. 13 anos
OS COMANDOS DE SUA MAJESTADE
Gregory Peck, Roger Moore e David Niven
Às 15.15 e 18.15
Ultimas não acons. men. 13 anos
OS HOMENS DA MONTANHA

MONTECARLO 681117

Av. Pedro Álvares Cabral, 37
As 15.30 18.30 e 21.30 horas
A MINHA BELA MADRINHA
Um filme de: Guido Leoni
Interdito a men. 18 anos
Às 24 h – Não acons. men. 13 anos
DUELO NA POEIRA

MUNDIAL 538743

R. Martens Ferrão, 12-A
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
Lloyd Bridges, Peter Graves, Julie Hagerty
O AEROPLANO
Um filme de Jim Abrahams, David e Jerry Zucker
Não acons. men. 13 anos
7.ª semana

NIMAS 574362

Av. 5 de Outubro, 42-B
As 14, 16.30, 18.30 e 21.30
Não acons. men. 18 anos
A mais expressiva obra
do mestre Alberto Lattuada
FRANCESCA
Um amor impossível
O filme tera inicio logo após o começo das sessões

ODEON 328283/4

R. Condes, 12 a 20
As 15.15, 18 15 e 21.30
Int. men. 18 anos
COMIDOS VIVOS
Realiz.: Umberto Lenzi
com Robert Kerman, Janet Agren e Mel Ferrer

PATHE 821933

R. Francisco Sanches, 122
As 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30 h
O mais terrível filme de canibais
HOLOCAUSTO CANIBAL
c/ cenas eventualmente chocantes
Int m/18 anos

POLITEAMA 326305

R. Portas de St. Antão
As 14.15, 16.30, 19 e 21.30 h
Int. men. 18 anos
O mais terrível filme de canibais
HOLOCAUSTO CANIBAL
c/ cenas chocantes

QUARTETO 771378

R. Flores Lima, 16
Sala 1 – 15, 17, 19 e 21.30 e 23.30
Não acons men 18 anos
SALVE-SE QUEM PUDER
Sala 2 - As 15, 17, 19, 21 e 23 h
WOYZECK – O SOLDADO ATRAIÇOADO
Interd. men. 18 anos
Sala 3 – As 14, 16.15, 18 30, 21 e 23 h
Interd. men. 13 anos
UM BATER DE CORAÇÕES
Sala 4 – 14.30, 16.45, 19, 21 e 23 h
Nao acons. men. 18 anos
VAMOS A ISTO QUE É FESTA

RESTELO 610375

Av. Torre de Belém
Às 15.30 e 21.30 h
Int. a men. de 18 anos
Um filme de ficção espacial
UMA AVENTURA FASCINANTE
Com Ian Mc Culloch e Louise Marigau
4.ª semana

ROMA 887778

Av. de Roma, Lote JRB
Às 15.30, 18.30 e 21.30 h.
O credo deles é a velocidade e a violência
AS MOTOS DIABÓLICAS

ROXY 548560

Av. Almirante Reis, 20
Às 21.30 - Estreia
Int. men. 18 anos
ROMA DROGADA
Um mal sem remédio ou mal que a sociedade não quer remediar

SÃO JORGE 579144-579344

Av. da Liberdade, 175
Às 15, 18 15 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
Uma supercomédia louca!
«A GAIOLA DAS MALUCAS N.º 2»
c/Ugo Tognazzi e Michel Serrault

SATELITE 562632

Av. Fontes Pereira de Melo, 61
Às 14, 16.30, 19 e 21 45 h
O PEQUENO BURGUÊS
c/ Alberto Sordi e Shelley Winters
Sexta, sábado e domingo
– Int. men. 13 a.
Sessões da Meia-Noite
ROLETA RUSSA

STAR 804210

Av. Guerra Junqueiro, 14-C
Às 15, 18.15 e 21.30 h
Interd. men 13 anos
O MEU TIO DA AMERICA
Com Gerard Depardieu e Nicole Garcia
2.ª Semana
Às 00.15 h – Nao acons men 18 anos
O MAFIOSO REBELDE

TERMINAL 371573

Estaçao do Rossio
As 11 13 15, 17, 19, 21 30 e 23 30 h
Nao acons. men. 18 anos
PROMESSAS NA ESCURIDÃO
c/Marsha Mason Ned Beatty Susan Clark
Amanha, às 11 h Para todos
AS OLIMPIADAS DA BICHARADA

TIVOLI 570595

Av. da Liberdade, 188
Às 14, 16.30, 19 e 21.30h
Uma explosao de talento jovem!
FAMA
Um filme de Alan Parker – Metrocolor
Interd. men 13 anos
2.ª semana

VOX 880808

Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879
Às 14.15 16 30, 19 e 21.30
– N. ac men 13 a
Adorado pelas mulheres, odiado pelos seus inim[illegible]
BRONCO BILLY, [illegible]
c/ Clint Eastwoo[illegible]
Às 24 h – Int. me[illegible]
DOMINGO, MALDITO [illegible]NGO

XENON 368480

Av. da Liberdade, 9
Às 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30
Int. men. 13 anos
GLÓRIA
Leão de Ouro do Festival
Às 23.45 – Não acons. men. 13 anos
POR FAVOR NÃO ME MORDA O PESCOÇO

teatros

Lisboa

TEATRO ABERTO – É preciso continuar» 21.45 (13 anos)
MONUMENTAL – «A Gravata», 20.45 e 23.00 (13 anos)
TEATRO DO BAIRRO ALTO – «Não se paga! Não se paga!», 21.30 (13 anos)
MARIA VITÓRIA – «Ó Patego olha o balão», 20.30 e 22.45 (18 anos)
TRINDADE – «Baal», 21.30 (13 anos)
COMUNA – «Em Frente da Porta do Lado de Fora», às 21.45 (13 anos)
A BARRACA – «É Menino ou Menina?» às 21.45 (13 anos)
ABC – «Reviravolta», às 20.30 e 23 (18 anos)
MARIA MATOS – «A Ratoeira», às 21.45 (13 anos)
VARIEDADES – «Não Deites Foguetes», às 20.30 e 22.45 (18 anos)
ACADEMIA ALMADENSE – «Que farei com este livro?» 21.30 (13 anos)
LAURA ALVES – «A Mala da Bernardette» 21.45 (13 anos)

Outros Espectáculos

OLÍMPIA – «Colegiais e Muito... Mais», sessões permanentes (18 anos)
CAPITÓLIO – «Garotas de Munique», às 21.00 e 23.00 (18 anos)
CONDES – «O Ultimo Padrinho», às 21.30 (13 anos)
ROYAL – «Guerra de Espiões» 21.30 (13 anos)
PARIS – «Os 7 Profissionais», às 21.30 (18 anos)

outros cinemas

CINEARTE – «SOS - Titanic», às 21 30 (13 anos)
PROMOTORA – «Paixão e Aventura», às 21.30 (13 anos)
LUMIAR – «Grease Brilhantina» 21.30 (18 anos)

Outra Banda

ALMADA – Incrível – «A Conspiração do Uranium», às 21.15 h. (18 anos)
SETÚBAL – Júpiter – «Pela Medida Grande», às 21.15 h. (13 anos)

Linha de Sintra

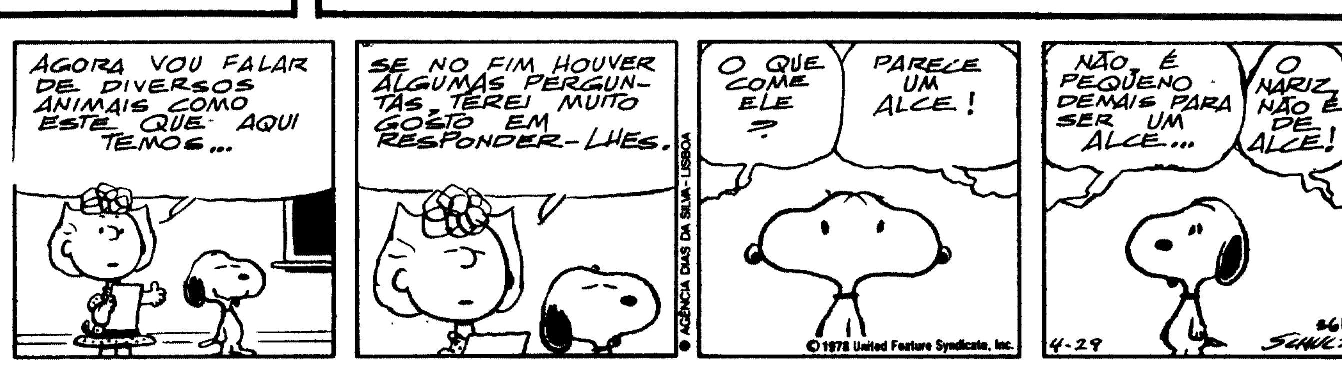
AMADORA – Cine Plaza – «O Campeão de Baltimore», às 21.30 h. (13
AMADORA – Estúdio – «O Sedutor Seduzido», às 21.30 h. (13 anos)
AMADORA – Lido – «Lagosta ao Pequeno Almoço», às 21.30 h. (13 anos)
CACÉM – Estúdio Flores – «O Abismo Negro», às 21.30 h. (13 anos)
MEM MARTINS – Cine Chaby – «O Grande Atirador», às 21.30 h. (13 anos)
SINTRA – Carlos Manuel – «Os Vagabundos de Nova Iorque», às 21.30 h. (18 anos)

Linha de Cascais

ALGÉS – Stadium – «1941 – Ano Louco de Hollywood», às 21.30 h. (13 anos)
PAÇO DE ARCOS – Chaplin – «Assalto no Alto Mar», às 21.15 (13 anos)
OEIRAS – Oeiras-cine – «American Gigolo», às 21.15 h. (18 anos)
ESTOTIL – Casino – «O Abismo Negro», às 21.15 h. (13 anos)
ESTORIL – Palácio – «Os Vagabundos de Nova Iorque», às 21.15 h. (18
CASCAIS – Impala – «A Grande Ofensiva», às 21 30 h (13 anos)

Porto

LUMIERE-A – «Intimidade» às 21 30 (18 anos)
LUMIERE-L – «Um Casamento Muito Original», às 21 45 (13 anos)
PASSOS MANUEL – «La Luna» às 21.45 (18 anos)
VALE FORMOSO – «Sexos Escaldantes», 21.45 (18 anos)
SÁ DA BANDEIRA – «Chega Para Todos», às 21.30 (13 anos)
ÁGUIA – «As Motos Diabólicas», 21.45 (18 anos)
JÚLIO DINIS – «As Jovens Sedutoras», às 21.30 (18 anos)
OLÍMPIA – «O Jogo D' Aventura», às 21.15 (18 anos)
CHARLOT – «O Homem que Viveu 2 Vezes», às 21.30 (13 anos)
COLISEU – «Os Comandos de Sua Majestade», às 21 30, (13 anos)
ESTÚDIO – «Sublime Sacrifício», às 21.30 (13 anos)
RIVOLI – «Os Miseráveis», às 21.30 (13 anos)
FOCO – «Hitler - Uma Carreira», às 21.45 (13 anos)
BATALHA – «Mulher em Férias, Amante em Casa», às 21.45 (13 anos)
TRINDADE – «Cães de Guerra», às 21.45 (13 anos)
S. JOÃO – «O Aeroporto», às 21.45 (13 anos)
BEBÉ – «Dói-me Aqui Senhor Doutor», às 21.45 (13 anos)



PORTE PAGO
DL
PROPRIEDADE, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
RENASCENÇA GRÁFICA, SARL
Administração, Redacção, Serviços Tecnicos e Publicidade RUA LUZ SORIANO, 44
1200 LISBOA
Telefones 321154/5 – 320271/2/3
Publicidade - 368/40
Agentes Assinaturas e Contabilidade
Rua Castilho, 185-1.° 1100 LISBOA
Telefones 654331/2/3
Serviço de noite (depois das 21)
Porteiro – 321154
Redacção 320271/2/3
Mensagens gravadas 320229
Endereço Telegrafico DIBOA
Telex 12363 LISBOA PORTUGAL
DELEGAÇÃO DO PORTO Rua do Almada,30-2°
Telefones 20954/5 4000 PORTO

João Figueiredo em Lisboa

Chega amanhã a Lisboa o general João Figueiredo, o oitavo chefe de Estado brasileiro a visitar o nosso país.

Os interesses mais visíveis que se movem nesta viagem apontam para o incremento de trocas comercais, a compra por parte da Marinha portuguesa, de dois aviões bimotores brasileiros e, como contrapartida destes, a construção nos estaleiros da Setenave de um superpetroleiro para o Brasil. Ainda: a utilização de Portugal como país intermediário para a introdução de produtos brasileiros nos países do Mercado Comum e, à evidência, a ajuda portuguesa para a penetração nos mercados africanos.

João Figueiredo na próxima terça-feira assistirá ao encerramento do encontro de empresários brasileiros (140)) e portugueses que se realiza em Lisboa, nas instalações da FIL, no âmbito da «Meditur-81».

Em entrevista concedida ao «Jornal do Brasil», Ramalho Eanes manifestou a esperança que esta visita «seja proveitosa do ponto de vista do conhecimento da realidade portuguesa». Sublinhando haver convergências «na área empresarial dos dois países», considerou o Presidente da República que a futura adesão de Portugal à CEE poderá ser um factor importante no relacionamento com o Brasil.

«No campo das relações culturais são muitos os interesses a perseguir. No campo económico, está em desenvolvimento uma promissora colaboração interempresarial da qual poderão resultar 'joint-ventures» – disse Eanes.

Em matéria de intercâmbios culturais fala-se da possibilidade de uma abertura livre do mercado às produções cinematográficas de ambos os países o que na prática vem significar uma colonização cultural, já começada com as telenovelas, imposta pelos brasileiros.

TERRA SANTA
VISITANDO: JERUSALÉM · BELÉM · JERICÓ · MAR MORTO · NAZARÉ · TIBERÍADES · CAFARNAUM · HAIFA · TEL-AVIV
★ 1 SEMANA DE ESTADIA ★
INCLUINDO:
Viagens e Visitas
Hotels de 1ª (pensão completa)
PARTIDAS:
20/1, 17/2
3, 24 e 31/3
PROGRAMAS E INSCRIÇÕES
abreu
fundada em 1840
UMA EMPRESA PRIVADA DINÂMICA E COMPETENTE AO SEU SERVIÇO
PORTO: Av. Aliados, 207 • Telef. 31 79 21
LISBOA: Av. Liberdade, 160 • Telef. 37 13 41
COIMBRA: Rua da Sota, 2 • Telefs. 270 11/2
FARO: Av. Republica, 124 • Telefs. 25035/6
FUNCHAL: Rua do Gorgulho, 1 • Telefs. 31077/8
CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA GRUPOS

O "raid" de Pretória no Maputo

Comandos sul-africanos cortaram orelhas das vítimas

Treze mortos e vários feridos um dos quais cooperante português, é o último balanço conhecido do ataque de comandos da África do Sul, desencadeado ao princípio da madrugada de ontem nos arredores de Maputo, contra residências habitadas por refugiados daquele país membros do Congresso Nacional Africano (ANC), movimento anti-apartheid fundado em 1912.

Segundo indica o correspondente da Anop na capital moçambicana, outro dos mortos confirmados é um soldado atacante, de etnia branca, mas com o rosto pintado de negro. De acordo com os vestígios deixados no local, admite-se que outros mortos ou feridos em estado grave teriam sido levados pelos atacantes, quando retiraram, passadas duas horas de bombardeamento das residências.

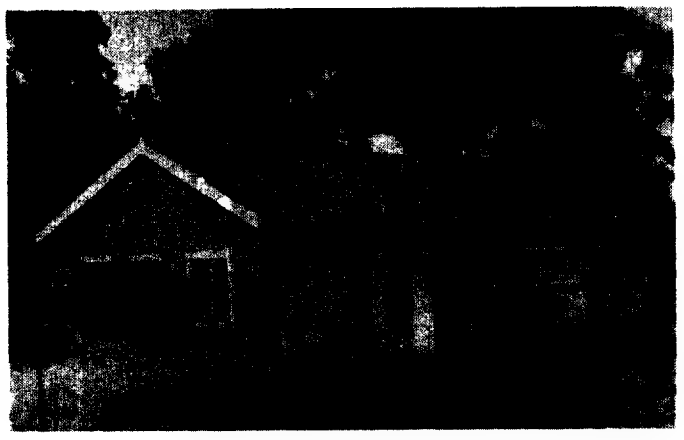
O ataque teve início perto da 1 e 30 hora local, com utilização de morteiros, bazucas, metralhadoras pesadas e pistolas-metralhadoras e, conforme descrições feitas por residentes na área das casas atacadas, a força de Pretória seria em número superior a vinte elementos.

Os atacantes deslocavam-se em camiões militares semelhantes aos das Forças Armadas de Moçambique e percorreram durante a noite, uma distância de cerca de 100 quilómetros entre a fronteira e Matola (antiga Salazar), terceira cidade da RPM, muito industrializada, a curta distância do Maputo.

Junto às residências dos membros da ANC foram encontradas munições, granadas, capacetes, um plano de operações e um mapa de todo o terreno entre a fronteira e a Matola.

Esta manhã, a telefonia do soldado invasor morto ainda funcionava. No capacete lia-se inscrição «sieg heil» (grito usado nas manifestações hitlerianas e que significa «à vitória»).

A reacção ao ataque partiu dos soldados da Frelimo, dos serviços de vigilância às residências, tendo-se travado intenso tiroteio.



Alguns fios telefóncios das casas cricundantes foram cortados, para que os vizinhos não dessem o alarme e chamassem de imediato as Forças Armadas da RPM.

A via rápida entre a Matola e Maputo (12 km) chegou a ser bloqueada pelos agressores, perto do bairro do Fomento, e foi aí que José António Monteiro Ramos, cooperante português, funcionário da Electricidade de Moçambique, que se deslocava num jipão após trabalho efectuado nas linhas da cidade foi abatido. O próprio veículo ficou crivado de balas. Jornalistas ocidentais, desde ontem no Maputo, indicaram que os comandos invasores cortaram as orelhas de algumas das vítimas.

O ministro interino dos Negócios Estrangeiros da RPM, Oscar Monteiro, conduziu, horas depois, todo o corpo diplomático ao local dos acontecimento, para chamar a atenção de toda a comunidade internacional para a gravidade do caso. Ainda na mesma manhã, o ministro moçambicano convocou o embaixador português, José Cutileiro, a quem transmitiu as condolências do seu país pela morte de José António Ramos

Pretória confirma Lisboa lamenta

Entretanto, o general Viljoen comandante das FA's de Pretória, responsáveis já por numerosos «raids» em território angolano, com destruição e morte de alvos civis, confirmou, a meio da tarde de ontem, o ataque desencadeado na Matola.

Viljoen considerou que a operação tinha sido «coroada de êxito» e permitira a destruição de «três bases» da ANC e de «numerosos terroristas», incluindo oficiais.

Registe-se que o teneete-general, Armando Guebuza, comissário político das Forças Armadas de Moçambique, tinha declarado há dias às tropas fronteiriças que elas devem «responder ao fogo do inimigo que se infiltre no país», referindo-se aos grupos armados de guerrilha e sabotagem, que os dirigentes da RPM e do Zimbawe consideram ter apoio em território da Africa do Sul.

Há três semanas, os órgãos de segurança de Maputo e Salisbúria decidiram reforçar a sua cooperação no combate à guerrilha que afecta os dois países.

Em Lisboa, o Governo português (o nosso país foi apontado recentemente como fornecedor, através de outros países intermediários, de armas e munições à Africa do Sul) indicou, através de um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que lamentava «profundamente a ocorrência» e que segue «atentamente a questão». O MNE entende ainda que não pode protestar junto das autoridades de Pretória por não possuir «informação suficiente».

«Louca e criminosa violação»

Em declarações feitas esta manhã, Armando Guebuza afirmou que a acção de Pretória é «uma louca e criminosa violação das leis internacionais» e um «desafio directo ao direito de Moçambique conceder refúgio a cidadãos da Africa do Sul perseguidos pelo regime do 'apartheid'».

Fundado em 1912, a ANC foi interdito em 1960, na mesma altura do Congresso Pan-Africano (PAC), movimento também anti-«apaetheid», e, pouco depois, do Partido Comunista da Africa do Sul. Após a ilegalização, a ANC continuou a operar na clandestinidade no interior do país, formando uma ala armada «Umkonto We Sizwe» («A lança da Nação»). Vários dos seus dirigentes, como Nelson Mandela e Walter Sislu, estão condenados, desde 1964, a prisão perpétua na penitenciária de Robben Island.

Em Junho de 1980, a ANC incendiou a «Sasol», empresa de trensformação de carvão em carburante líquido e símbolo do desenvolvimento económico do regime racista e dirigiu vários ataques contra postos da Polícia.

A primeira reacção de protesto em Lisboa partiu da Associação de Amizade Portugal-Moçambique que denuncia, em comunicado, os ataques de comandos – «sem surpresa – sublinha-se – porque têm sido frequentes as incursões em Angola de comandos e mesmo de tropas regulares sul-africanas, os quais têm deixado atrás de si um caudal de atrocidades e prejuízos de carácter económico que têm merecido repulsa generalizada».

Aquela associação ao mesmo tempo que manifesta a sua «profunda indignação e repulsa» pelo sucedido, chama a atenção para a próxima visita a Lisboa a convite de Kruz Abecassis, do presidente da Câmara de cidade do Cabo, considerando-a «injustificada» e como uma «provocação».

Titular do MAI reconduz governadores civis

O titular da Administração Interna, Fernando Amaral, vai propor a recondução, em próximo Conselho de Ministros, de todos os actuais governadores civis, à excepção do dr. Joaquim Mendonça de Aveiro, que tinha pedido em Dezembro a exoneração do seu cargo ao então ministro Eurico de Melo. O novo governador daquele distrito será – conforme apurou o «DL» no MAI – o dr. Raimundo Rodrigues (PSD).

Ao contrário do que fora anunciado pela Imprensa não se confirmam, pois, a substituiçoes dos governadores de Beja, Porto e Bragança. Os actuais governadores destes distritos não tinham apresentado qualquer pedido de exoneração, antes haviam, como os demais, colocado formalmente os seus lugares à disposição do novo ministro.

Segundo foi referido ao «DL» por fonte próxima de Fernando Amaral, as alegadas substituições daqueles governadores partiram de sectores políticos determinados, caso, nomeadamente, de Beja, onde personalidades ultradireitistas desejavam a substituição do governador actual por um homem da sua inteira confiança.

Pescas

Portugal e Espanha em desacordo

Foram interrompidas, sem qualquer acordo, as negociações entre Portugal e Espanha para se encontrar um «modus vivendi» no sector das pescas durante este ano.

As negociações, travadas durante dois dias em Lisboa, a nível de directores-gerais produziram um impasse total. Portugal pretende diminuir para metade o número de licenças de pesca concedidas a barcos espanhóis, enquanto a Espanha apenas aceita uma redução de 25%. Também se procurou convencer os espanhóis a diminuir as suas cotas de marisco nos mares algarvios, sem qualquer sucesso.

A parte espanhola tem argumentado que neste momento há uns 350 barcos portugueses a pescar nas suas águas e de um lado e outro não foi apresentada qualquer cedência válida.

As negociações estão, neste momento, «numa situação francamente difícil» – disse o director-geral de pescas espanhol, Gonzalo Vasquez.

Gonzalo Vasquez manifestou, em declarações aos jornalistas no intervalo das conversações, a disposição da delegação espanhola, a que preside, em solucionar o problema.

«As nossas propostas baseiam-se na reciprocidade e os benefícios são exactamente iguais» – observou.

A delegação de Portugal, norteou a sua posição negocial pela redução do esforço de pesca de barcos espanhóis em águas portuguesas.

Por seu turno os espanhóis, no dizer de Gonzalo Vasquez, não têm interesse em reduzir o esforço de pesca de barcos portugueses nas suas águas.

«O que pretendemos é um acordo equilibrado, como o de 1980, em que o mesmo número de licenças de pesca, foi concedido reciprocamente» –afirmou Gonzalo Vasquez.

Apesar de fazer alusão a «posições irredutíveis», Vasquez disse que «as dificuldades não são insolúveis».

A delegação portuguesa era chefiada pelo director-geral das Pescas, Miranda Mendes, que não quis fazer declarações aos jornalistas.

Vá buzinar para outro lado

A norma portuguesa sobre características acústicas e técnicas dos avisadores sonoros de automóveis e outros veículos, vulgarmente conhecidos por buzina ou «claxon», deverá ser mantida, sob pena de contravenção punida por lei. Esses dispositivos avisadores sonoros instalados nos veículos com motor, devem, por outro lado, emitir sinais que não constituam motivo de incomodidade para terceiros.

Este primeiro passo no combate ao que se convencionou chamar poluição sonora incidirá sobre milhares de veículos cujas buzinas e «claxons» não estão conforme às normas portuguesas e «destilam» verdadeiros concertos de ruídos na via pública e a que os populares reagem como bem entendem. Durante a noite, contudo, todos sabemos, sobretudo quem vive na cidade, qual a reacção imediata.

De ora em diante e por força de lei, esses sinais sonoros, sem prejuízo da sua finalidade de prevenção, não poderão ser longos e em caso algum deverão ser usados como protesto contra interrupções de trânsito ou como meio de chamamento.

Jornalistas

PRT fixa aumentos de 27,3 por cento

Os jornalistas portugueses passam a ter um novo salário-base a partir de 1 de Janeiro, em resultado do aumento salarial de 27,3% que a nova Portaria Regulamentadora de Trabalho fixa para a classe. Assim, os jornalistas do 2.° grupo receberão em Fevereiro (com efeitos retroactivos a partir do primeiro dia do ano) o ordenado ilíquido de 21 895$00, enquanto os jornalistas do 1.° grupo cobrarão 19 095$00, agravando-se neste caso a mais teórica que real diferença entre os dois grupos.

Os secretários de Estado da Comunicação Social e do Trabalho assinaram ao princípio da noite de ontem a respectiva PRT, que contempla aqueles aumentos e se estendem, obviamente, aos candidatos e aos estagiários. O Acordo Colectivo de Trabalho para a RTP foi também homologado por aqueles membros do Governo e será publicado no Boletim do Ministério do Trabalho em 8 do próximo mês. A PRT, caso não seja dada a conhecer no boletim do MT com essa data, será tornada pública (e ao mesmo tempo o ACT para a RTP) no dia 15 do mesmo mês, segundo um elemento do Sindicato dos Jornalistas. A RDP não é formalmente abrangida pela PRT, mas os seus jornalistas vão beneficiar de um reajustamento que os equipará aos salários que a PRT fixa.

Recorda-se que os jornalistas, reunidos em Assembleia Geral na última terça-feira, tinham concedido ao Governo um prazo de duas semanas para publicar a portaria com os aumentos salariais pretendidos. O Sindicato reivindicava, além do aumento salarial, a discussão do reenquadramento profissional e a inclusão dos jornalistas da rádio na mesma tabela salarial.

O processo de revisão do CT dos jornalistas, recorda-se também, arrancou em Junho de 1980 e provocou duas greves que perfizeram cinco dias completos de paralisação, que um escasso número de profissionais «furou» em dois ou três órgãos da Comunicação Social. A proposta sindical reivindicando aumentos salariais na ordem dos trinta por cento e um reenquadramento profissional, foi enviada nesse mesmo mês às entidades patronais que, um mês depois, se negaram a discutir o reenquadramento, ao mesmo tempo que ofereciam aumentos de 15 por cento. O Sindicato pediu em 14 de Agosto a passagem à fase de conciliação no MT.

Luís Fontoura veio assim pôr termo a parte da injustiça que constituia o atraso na publicação da PRT a um nível minimamente digno. Os profissionais da Comunicação Social aguardam que aja do mesmo modo quanto à questão do reenquadramento, passo decisivo para a integral dignificação da classe.

ÚLTIMA PÁGINA

Os insultos

Continuação da pág. 15

lão, e, de excesso em excesso, os protagonistas que devem responder vão, pouco a pouco, perdendo o controlo da situação. A progessão de uma tal engrenagem polémica não se faz ao acaso, as mudanças de nível têm a sua lógica e o seu sentido. Vejamos o exemplo de uma troca de panfletos, em 1650, entre partidários de Condé e do duque d'Epernon.

O primeiro nível é aquilo a que poderíamos chamar polémica positiva: trata-se de arrastar o leitor, convencendo-o da veracidade de uma interpretação construída do acontecimento em litígio. Não são nem a novidade das ideias nem a dos argumentos que acarretarão essa adesão. Pelo contrário: o que é de regra é prender-se em absoluto a uma tradição e mostrar que práticas ancestrais foram postas em causa por recentes e perigosas inovações. Para isso — e muito logicamente — haverá que firmar a sua própria eloquência no terreno da tradição: a da retórica clássica. Entram em função dois registos de convicção: a força do raciocínio e a pletora das referências culturais.

O que conta num raciocínio é, na realidade, a sua eficácia e, antes do mais, a sua forma. Um belo raciocínio bem montado e bem articulado contém uma presunção de verdade. O papel das referências culturais é ainda mais claro. Estamos numa época de ostentação na qual se exibem, na arte como na vida quotidiana, o poderio, a riqueza, os belos trajes (e os belos sentimentos também). A defesa de uma convicção não foge à força deste contexto. Exibir a sua cultura, fingi-la ainda maior, fazer de grande sábio não é pretensiosismo, mas sim prova de competência, uma quase «performance» desportiva. O procurador-geral do Parlamento de Bordéus, que recebe o príncipe de Condé com um interminável discurso recheado de citações latinas e gregas, é louvado pelos seus contemporâneos por essa oração «sapiente e vigorosa».

Mesquinho e caprichoso!

Não surpreende, pois, ver que a resposta, o segundo nível da engrenagem, põe em causa a escrita. Aquilo que nos surpreende neste ataque é o facto de ele visar o homem: se a forma do raciocínio e a riqueza da ornamentação constituem presunção de verdade, a insuficiência, a arma embotada são indícios do carácter perverso do autor. Para mau artista, mau instrumento. O que está em jogo já não é de ordem ideológica, mas de ordem moral: o debate é substituído pelo propósito de pôr em causa a pessoa.

Com o terceiro nível, atinge-se uma zona de perigo: o que vai ser posto em causa é a questão do nascimento, critério primordial da qualidade. Questão extremamente escaldante no meio dos titulares de cargos da justiça e seus ajudantes. Os mais importantes são nobres e muitos têm pretensão a sê-lo. (5) Ora é muito raro que não tenham um qualquer antepassado feirante que eles procuram encarniçadamente enterrar no esquecimento. Isto permite apreciar melhor os mimos que dois dos nossos panfletistas dirigem um ao outro: «homem de nascimento obscuro que nada tem de sólido, mesquinho ser cheio de caprichos» ou então «filho de um homem que aprendeu nesta cidade o seu primeiro ofício, a fazer botões no estaminé de Verneil que tinha por alcunha o diabo». Os dois interessados estão às portas da nobreza: a injúria é grave, a honra fica em jogo. A polémica vai ainda atingir um outro nível: o do escândalo.

O fisco era do mundo de então aquilo que as operações imobiliárias ou fraudulentas são no nosso. Toda a gente maldizia e odiava o sistema fiscal, mas muitos lucravam com ele. Certos financeiros encarregavam-se dos impostos («a pronto» ou a «prestações»), isto é, comprometiam-se a fornecer uma certa soma ao Estado (ou a uma cidade no caso de impostos municipais) e depois encarregavam-se de recuperar o dinheiro das taxas com o auxílio da força pública. Normalmente tratava-se de associações nas quais estavam envolvidos funcionários (até mesmo do próprio fisco), agentes fiscais directos do Estado, que recebiam assim por dois carrinhos: daí o escândalo.

E disso que se acusam agora os nossos panfletários: «Vós pedíeis as derramas como arremetante das rendas públicas, vós as lançáveis, e vós as distribuíeis como tesoureiro». A polémica atinge aqui o seu paroxismo: vai transbordar da escrita para a acção. Os protagonistas designaram-se publicamente como «arremetante das rendas» (ou publicanos): entram na categoria dos «gabeleurs» (6) denunciados, maltratados, atirados à valeta. E o facto é que o tumulto começa contra um dos panfletários denunciados. A violência colectiva toma agora nas suas mãos aquilo que era a violência das palavras. Estas assumem um novo peso aos olhos da História.

Este tipo de acção está reservado, naturalmente, aos períodos de extrema tensão, quando os homens estão já mobilizados e procuram apenas uma razão para seguirem em frente e atacarem. Nos períodos vulgares — se é que esta palavra tem qualquer sentido em história — é frequente também que os ataques físicos se sucedam às palavras, mas isso acontece apenas sob a forma de vingança pessoal, de ajuste de contas, decidido por uma personagem importante e levada a cabo pelos seus amigos ou servidores. Nesse caso não existe nada que possa confundir-se com esse nobre combate que é o duelo. Pelo contrário: deverá haver tanto perigo na infâmia das pancadas como na sua força — o adversário será sovado como um lacaio. E é assim que o velho duque d'Epernon, personagem irascível e violenta, que um dia chegou mesmo ao ponto de esbofetear um arcebispo, manda chicotear os advogados pelos seus guardas, trata um presidente do Parlamento como se fosse um gatuno (fingindo tratar-se de um equívoco) ou mata os cavalos atrelados à carruagem de um conselheiro. Espectáculo impressionante: os basbaques e os indivíduos de gargalhada fácil concentram-se na rua populosa à volta dos cavalos caídos por terra, da carruagem lamentavelmente imobilizada e do «notável» ridicularizado.

O século XVII é incontestavelmente um momento de desconforto intelectual, sobre o qual já se disse ter sido «uma fenda entre uma teologia que pára e uma ciência que começa». Isto explica em parte que muitas ideias trocadas sejam esterótipos e que o confronto polémico desemboque quase imediatamente na fulanização, e, portanto, a muito breve trecho, no escândalo.

Contudo, e, ao contrário do que hoje acontece, o escândalo, se é coroamento da polémica nunca é a sua sanção. Nunca o suicídio ocorre como única solução honrosa. Claro que isso será consequência da posição muito intransigente da Igreja a esse respeito, da perseguição judiciária, acima de tudo, do facto de ninguém pensar em tal, porque quase nunca se atinge o desespero. A norma moral está, pelo menos, tão bem interiorizada como hoje, com a diferença de que os laços pessoais de amigos, parentes, clientela são de tal modo fortes que o escândalo nunca atinge um homem apenas e isoladamente, mas sim todo um grupo solidário que ripostará taco a taco. O contrário exactamente do espírito meticulosamente acantonado no cumprimento de todas as regras, espírito esse tantas vezes denunciado e ridicularizado. E mesmo se, no calor da acção, surge a violência, é de um combate que se trata e não de uma execução capital, cujo carrasco anónimo seria a opinião pública.

(1) Os Registos do Parlamento dizem-se secretos porque não eram comunicados ao público, mas os parlamentares ou o Governo mandavam muita vezes tirar extractos ou cópias desses documentos.

(2) A multiplicação dos cargos diminui os rendimentos e, portanto, o valor do cargo. A Monarquia, no entanto, recorreu muitas vezes a esse expediente para conseguir fazer entrar dinheiro nos cofres do Estado.

(3) Basochianos — funcionários dum tribunal de justiça estabelecido entre os empregados do antigo Parlamento de Paris. Por extensão, o conjunto dos advogados, procuradores, escrivães, amanuenses e seus costumes. (NT).

(4) Scanon — célebre poeta satírico, de costumes dissolutos que foi casado com Madame de Maintenon, futura concubina (ou, segundo alguns, esposa morganática) de Luís XIV. (NT).

(5) Nobreza de toga — «Noblesse de robe» — os membros dos Parlamentos constituíam uma casta que ascendia à nobreza, não de sangue, mas de toga. (NT).

(6) «Gabeleurs» — ou «gabelou» — alfandegário, tem um sentido pejorativo, significando, nesta acepção, funcionário que, no exercíxio das suas funções, pratica o suborno. (NT).

O grupo francês de Augusto Boal no Brasil. Entre os participantes neste exercício está Peter Brook, de passagem no Brasil

As memórias de Boal

Hoje a despedida

Para a sua noite de hoje: o concerto de despedida de João Bosco e Sérgio Ricardo, os dois cantores de música popular brasileira que passaram alguns dias (poucos) entre nós, somando êxitos em Lisboa, Coimbra, Braga e Evora. Se você gosta de bossa, mas se gosta também da música popular que lhe sucedeu, sem enjeitar a sua herança, se você quer saber como era a música brasileira há 30 anos não perca o concerto desta noite. Na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, a partir das 21 e 30.

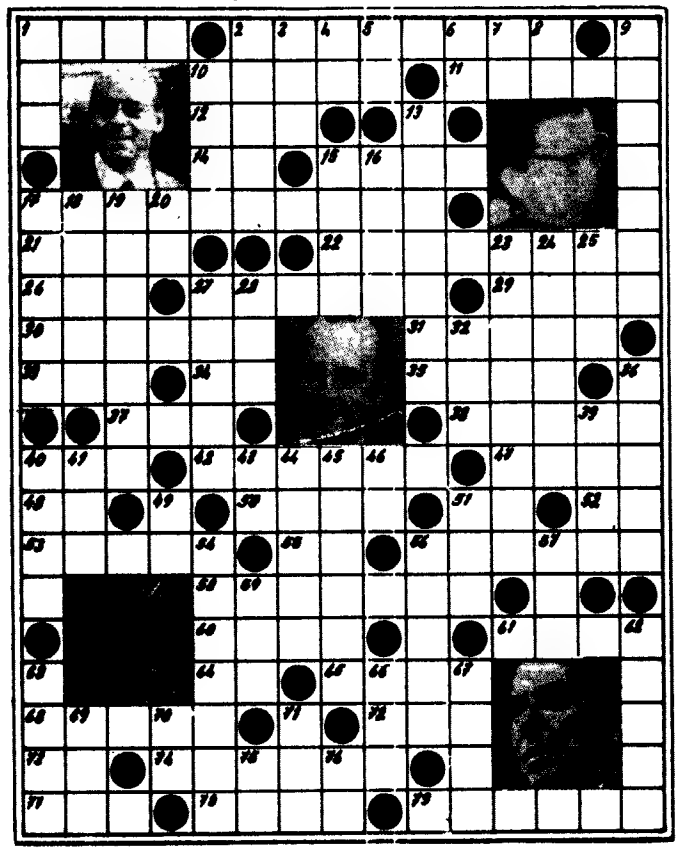
palavras cruzadas

HORIZONTAIS

1/2/17: Durante a sua visita a Portugal este estadista brasileiro inaugura em Lisboa o serviço telefónico automático com o Brasil; 10: Nome de jogo; 11/22: Oitenta e dois mil escudos é quanto este nosso primeiro-ministro passa a receber em ordenado e ajudas de custo; 12: Pequena barra de oiro que serve de moeda entre os Japoneses; 14: Vê; 15: Amido próprio para engomar; 21: Apelido; 26: Peso turco, cerca de l quilo; 27/42: A administração deste novo presidente americano vai «rearmar» a América declarou recentemente o novo secretário da Defesa, Caspas Wjinberger, numa mensagem às Forças Armadas americanas; 29: Fechas as asas para descer mais depressa; 30: Ladeiras; 31: Instrumentos para atirar setas; 33: Pega; 34: O lado do vento; 35: Verdadeiro; 37: Artéria; 38: Pequeno planeta descoberto em 1932 pelo belga Delporte, no observatório de Ucle; 40: Vende a crédito; 47: Agarrar; 48: Outro nome da preguiça (zool); 50: Dar mios; 51: Crómio (sq); 52: Moderato; 53/68: Esta viúva do obreiro da revolução chinesa foi condenada à morte com pena suspensa por dois anos; 55: Medida itinerária do Japão; 56: Filtraras; 58: Abaixara; 60: Fêmea do leão; 61/79: Diz-se que Ramalho Eanes vai interceder a favor da libertação deste presidente detido na sequência do golpe de Estado na Guiné-Bissau; 64: Preposição; 65: O Diabo; 72: Personificação do dia na mitologia escandinava; 73: Artigo indefinido; 74: Território da África Equatorial Francesa; 77: O mesmo que ion; 78: Ir para fora.

VERTICAIS

1: Bando de assassinos realistas que exerceram sangrentas represálias contra os republicanos depois de 9 – Termidor; 2: Molhei com baba; 3: Gosta muito de; 4: O mesmo que bétele; 5: Porco; 6: Post scriptum (inv); 7: Pronome pessoal; 8: Prefixo de privação: 9: Lentos; 10: Trago; 13: Moldar; 15: Mãe velha. (po); 16: Flanco (inv); 17: Deusa das flores e dos jardins; 18: Frechas farpadas dos índios da América do Sul; 19: Aguentara (pop); 20: O mesmo que uma (ant e pop); 23: Saíra da memória; 24: O interior de certos frutos (pl); 25: Duna na Suécia; 27: Amofinar; 28: Sufixo que designa abundância; 32: Mãe de Romulo e Remo; 36: Canto de muitas vozes reunidas (pl); 39: Terra baixa e chã (Açores); 41: Terceiro; 43: Preposição; 44: Espécie de andorinha; 45: Aparência; 49: Serviço Nacional; 51: Da Galiza; 56: Ilha também chamada Cândia; 57: Criminoso; 59: Felicidade; 62: Idoso; 63: Neste lugar; 66: Espécie de palmeira de S. Tomé; 67: Procedia; 69: Artigo indefinido; 70: Note Bem; 71: Peregrino ou romeiro de Meca; 75: Em a; 76: Cidade da antiga Caldeia.



SOLUÇÕES

VERTICAIS

1: Jeú; 2: Babei; 3: Ama; 4: Pá; 5: To; 6: PS; 7: Gi; 8: An; 9: Morosos; 10: Gole; 13: Moldar; 15: Geba; 16: Lado; 17: Flora; 18: Iacás; 19: Gramara; 20: Ua; 23: Escapara; 24: Miolos; 25: Aas; 27: Ralar; 28: Oso; 32: Rea; 36: Coros; 39: Lima; 40: Faiá; 41: III; 43: Em; 44: Airão; 45: Galtas; 46: Ar; 49: SN; 51: Coa; 54: Galegas; 56: Creta; 57: Réu; 59: Bem; 62: Senil; 63: Aqui; 66: Adi; 67: Agia; 69: Uma; 70: NB; 71: Agi; 75: Na; 76: Ur.

HORIZONTAIS

1/2/17: JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO; 10: Gamão; 11/22: PINTO BALSEMÃO; 12: Oba; 14: Le; 15: Goma; 21: Lara; 26: Oca; 27/42: RONALDO REAGAN; 29: Sias; 30: Rampas; 31: Arcos; 33: Asa; 34: Lo; 35: Real; 37: Rua; 38: Apolo; 40: Fia; 47: Asir; 48: Ai; 50: Miar; 51: Cr; 52: Mo; 53/68: JIANG QUING; 55: Ri; 56: Coaras; 58: Abaixara; 60: Leoa; 61/79: LUIS CABRAL; 64: Em; 65: Satã; 72: Dag; 73: Um; 74: Bangui; 77: Ião; 78: Sair.

ALGARVE
Terrenos rústicos
Perto da praia, junto à Estrada Nacional, água e luz. Desde 70 000$00. Telefone 94 11 13 (horas de expediente).

2 RODAS 2 vezes mais atenção!
Nunca circule aos zigue-zagues defenda a sua vida e a dos outros.
Circule e viva!

Os insultos

Continuação da pág. 14

caso: Jean de Gourgues, que tinha adquirido o cargo de Lalanne após a condenação deste. Agora é ele que se encontra ameaçado de expulsão, a menos que se aceite a criação de um novo cargo, o que os parlamentares recusam por princípio (2). Gourgues não intervém quase na discussão: opta por outro «registo», que lhe parece mais adequado à sua situação, o do gesto, do estoicismo, da teatralização.

Os «intelectuais» do século XVII foram educados no colégio familiarizando-se com os grandes homens do passado. A sua formação assenta em textos da antiguidade, como «A Vida dos Homens Ilustres» de Plutarco. Estão imersos numa atmosfera de «romanidade» perfeitamente visível nos seus discursos e nos seus poemas, tantas vezes escritos em latim. No Parlamento diz-se sempre **Senatus**.

Não surpreende, pois, que de Gourgues, envolto na toga escarlate e na epitógio de arminho se apresente na pele da virtude martirizada: e uma encenação. Entra, sai, apresenta requerimentos por escrito, recusando misturar-se com a barulheira dos seus colegas. Mas é uma maneira de lhes acenar.

O século XVII é ainda uma época de costumes rudes. Ainda que regras estritas e sofisticadas presidam às relações sociais e mundanas em todos os meios, a injúria e o soco são argumentos correntes. E como a defesa da honra é um dos grandes problemas da vida, a palavra grosseira puxa outra, ainda mais infamante.

Na altura da Fronda, há uma verdadeira explosão de insultos, de injúrias, de chistes grosseiros. Encontram-se especialmente nesse número textos impressos denominados «Mazarinadas». Além do sentimento de uma brusca libertação da palavra, duas circunstâncias concorrem para essa explosão. O riso e o linguajar popular estão em voga entre os escritores: o género burlesco triunfa então e apossa-se com frenesim e delícia das polémicas que as lutas políticas lhe proporcionam. Por outro lado, os titulares dos cargos judiciais, os académicos, os «basochianos» (3) — todo esse mundo instruído que gravita na óbita da justiça e dos seus limites de escrita que pegam na pena para denunciarem as manobras daqueles que as suas lutas lhes designam como inimigos, reatam assim com a tradição de festa e carnaval, pouco a pouco refreadas pela Igreja e pelo Estado, muitas vezes, aliás, por instigação deles próprios. E fazem-no passar do oral para o escrito: o acesso dessas práticas à Imprensa é o dado excepcional; finalmente aí temos escrito em letra de Impresna aquilo que habitualmente se diz ou se canta e que portanto se perde para o historiador. Assim acontece com as alcunhas que surgem no calor da polémica: um parlamentar já encanecido é «crismado» de «garrafão de rolha branca, rameira, a maluquinha de feira», um outro é alcunhado de «bela vista» porque é zarolho e não sabe falar...

Bode lúbrico!...

O riso e o insulto — pontuação da polémica — podem no entanto transformar-se no seu tema central. Para isso é mister que encontrem em quem se fixar, substituindose ao debate de ideias ou por este se tornar demasiado perigoso ou então por ser em boa verdade impensável, devido à confusão ideológica. Riso e insulto permitem então falar, num momento em que não se sabe o que há-de dizer-se, mas em que calar-se seria impossível. Daí decorre igualmente a intensa e rápida personalização dos ataques: bodes expiatórios permitem cristalizar, e, sobretudo, exprimir uma violência e uma revolta irracionais. É assim que Mazarino se vê tachado de todas as taras. É certo que o cardeal está longe de ser inocente, mas a questão da sua acção e do seu comportamento reais é desviada em proveito de acusações globalmente desqualificadoras de pesadíssima carga simbólica e consideradas susceptíveis de provocar o riso. As «mazarinadas» comprazem-se em especial na denúncia das suas actividades sexuais: é um bode lúbrico e um sodomita.

O tema é retomado por todo o lado e faz vender papel. A «mazarinada» atribuída a Scarron (4) é o modelo do género cem vezes entoado, completado, plagiado: «C'est fait de toi, cher Tabarin / on te coupera pauvre Jules / et l'un e l'autre testicule: / Et alors ó aCrdinal pelé / Cardinal detésticulé /X N'étant plus ni femme ni homme 4 comment paraitras-tu dans Rome / mutilé du fatal boudin / qui t'a fait prince de gredin? (...) (Estás lixado, meu Palhaço / vão-te cortar esse desgraçado instrumento / e um testículo e mais o outro / e então, ó cardeal pelado / cardeal descolhoado / deixando tu de ser mulher, deixando tu de ser homem / como hás-de tu aparecer em Roma / mutilado desse fatal chouriço / que dum canalha fez um príncipe?).

O estilo pomposo dos textos sérios utilizado na injúria alcança igualmente grande êxito. São falsas tragédias, paródias de discursos e de elogios como «Os cumprimentos feitos ao duque Bernard d'Epernon pelos senhores académicos da Universidade de Dijon», onde se fazem os «pastiches» dessa oratória ritual que habitualmente se debitava, à chegada de uma grande personagem a uma cidade, e o folclore dos estudantes.

Serão o riso e o insulto armas eficazes? Confortam aquele que deles se serve e acalmam os seus amigos, mas o ridículo nessa época mata ainda menos que hoje, quando se fica pelo papel.

Muito mais perigosa é a polémica que «derrapa»: o tom sobe, avoluma-se como um ba-

Continua na pág. 16

Suso Vaamonde

Continuação da pág. 12

da ordem, formou-se um movimento de apoio e solidariedade a Suso Vaamonde, tendo os seus promotores recolhido o apoio de cerca de 50 mil pessoas das mais variadas posições políticas e socioprofissionais de toda a Galiza, partes do Estado espanhol e também de Portugal.

— Dado que o processo se arrastou por bastante tempo esse facto deu oportunidade para que progredisse esse movimento solidário bastante amplo. Pretendia-se, em síntese, a alteração do artigo penal na base do qual me indiciaram e acabariam por condenar. E efectivamente foram pessoas de todo o género e categorias profissionais que aderiram a esse movimento. Fiquei bastante contente em encontrar, entre tantos milhares, o nome do vosso grande Otelo Saraiva de Carvalho, que é igualmente muito estimado e conhecido entre nós.

— Como vai ser o desfecho de tudo isto, Suso?

— Pois a verdade é que não sei o que pensar. Como te digo não consigo encontrar uma explicação para esta sentença de seis anos e um dia de prisão maior. Está em andamento o recurso. Espero que me venha a ser favorável, pois também todos nós aguardamos que a lei que me condenou venha a ser modificada.

Suso Vaamonde — 30 anos de vida numa permanência agora agravada, tudo o indica, em 6 anos e 1 dia de prisão, pelo facto de evidenciar — através de uma canção — o deserto cultural que os poderes de Estado teimam em manter o povo galego, em que Suso Vaamonde se insere de corpo inteiro, vítima das cadeias que encarceraram — e continuam — os lutadores e defensores da sua expressão, que pede e exige lhe sejam devolvidos os seus direitos referenciados nas diferenciações culturais e linguísticas entre os povos do Estado espanhol.

Gonçalo Nuno de Faria

um êxito de público e crítica
Que farei com este livro?
DE JOSE SARAMAGO
encenação de JOAQUIM BENITE cenários de JOÃO VIEIRA
com CANTO E CASTRO e ANTÓNIO ASSUNÇÃO
4.º MÊS
Sábado, 15, 18 e 21.30
Domingo, 15 e 18
GRUPO DE CAMPOLIDE
ACADEMIA ALMADENSE TEL 2752175

FOTOCÓPIAS
OFFSET
LUPA
CENTRO COMERCIAL I.M.
P. LATINO COELHO, 12-A-B
TEL. 539365 539383
$59

INFERNOS

Sete Ponto Sete

Continuação da pág. 13

este apresenta-se na reabertura do Parlamento de Novembro de 1644 para voltar a ocupar o lugar donde tinha sido irradiado. Os **Registos Secretos do Parlamento** (1), documento excepcional onde se encontram transcritos todos os debates internos, dão-nos uma descrição completa dessa sessão.

A reabertura é uma cerimónia solene que obedece a rituais precisos e espectaculares. A primeira coisa de que a assembleia se ocupa é elaborar o «quadro», isto é, a lista hierárquica dos seus membros. Quando começa a leitura dessa lista, rebenta uma «confusão de gritos e de gestos». Os parentes e amigos de Lalanne ululam e entoam o nome dele. O primeiro presidente, vexado com essa gritaria e essa indisciplina, abandona a sala e é imediatamente substituído pelo segundo presidente, que faz parte da corte dos parentes e amigos de Lalanne e que propõe imediatamente a sua reintegração. Fúria no campo contrário, agrupado em torno do procurador-geral, que protesta violentamente contra essas inovações escandalosas: nenhum caso deve ser evocado antes de o quadro estar completo. Uma tempestade de gritos desaba sobre ele. Chega a hora da deliberação: cada qual «opina» e depois contam-se os votos. Mas os parentes do interessado não podem participar na votação, devem retirar-se tal como os da parte contrária. Os seus votos são recusados. Depois das recusas regulamentares, começam as buscas de parentescos e ligações afastados, que são numerosos. Assim um conselheiro vê o seu voto recusado porque «um dos seus parentes tem uma filha prometida em casamento a um tesoureiro de França em Limoges, sobrinho da mulher de Lalanne». Consequência desta inflação de recusas: o Parlamento esvazia-se. Na falta de parentes, são os amigos que vão solucionar a questão.

O parentesco continua no centro da discussão e serve de meio de acção, de utensílio táctico para o debate. E isto reveste especial importância, dado que todos esses homens formam um meio social muito coeso, onde os destinos das famílias se entrecruzam incessantemente. Mas, por vezes, esta realidade social não passa de um pretexto: só muito raramente os confrontos são um decalque fiel da geografia das alianças e dos parentescos. A melhor prova disto reside no facto de a genealogia dos «leaders» dos dois grupos, que neste caso se dilaceram entre si, revela que ambos estavam ligados também por laços familiares. Existiam parentescos mantidos pela amizade, outros abandonados (muito embora essa ligação esteja bem presente na memória) e outros ainda marcados por conflitos vários. Mas o mais importante está no facto de o argumento-parentesco ter a vantagem imensa de produzir uma desqualificação global e prévia do adversário, afastado assim do debate. Efeito eternamente procurado nas lutas políticas.

Resta evocar uma personagem importante em todo este

Continua na pág. 15

Sete Ponto Sete CINEMA

CINE/PONTO

Sissy Spacek e Nick Nolte em **Um Bater de Coração** de John Byrum

Um bater de corações

de John Byrum
(USA-1979)
Sobre a geração **beat,** sobre o que o tempo e o sistema fez da raiva e da diferença, sobre os mitos e a sua relação com o quotidiano, se debruça este filme. Três anos depois de **Inserts,** John Byrum volta, com fragor, a apaixonar os espectadores de cinema.

Cinema Quarteto — sala 3 (14.30, 16.45, 19, 21.30 e 24h) (interdito a men. 13 anos)

Salve-se quem puder

de Jean-Luc Godard (França-1979)

Godard está de regresso. Mais velho, mais desencantado, mais longe das mudanças entrevistas nos anos 60, Godard volta, inquieto. Trata-se agora de olhar o mundo, não em globo mas atentando, um a um, nos rostos, nas pessoas, nos gestos, nos desgostos. É o desespero, claro. O medo, a violência, o comércio.

Cinema Quarteto — sala 1 (15, 17, 19, 21.30 e 23.30 h) (interdito a men. 18 anos)

Tess

de Roman Polanski (França/GB — 1979)

Tess é, no momento, o mais sólido sucesso comercial em exibição. Sucesso amplamente merecido. Polanski retoma um fôlego romanesco, bastante arredado do cinema destes dias, e constrói um filme onde a tragédia, o amor, a morte e o desejo são traçados com apaixonante expressão. Para mais, Nastassia Kinski redescobre o fascínio de antigas vedetas e firma-se como um dos mais marcantes rostos da década.

Cinema Apolo 70 (15, 18.15 e 21.30h) (interdito a men. 13 anos)

O homem de mármore

de Andrzej Wajda (Polónia — 1976)
O socialismo, a História, o silêncio, a propaganda, Nowa Hutta e Gdansk. A Polónia ontem e hoje, o amanhã em gestação.
Wajda realiza um filme, marco na História do cinema do Leste europeu, que não pode deixar indiferente quem quer que tome o socialismo como referência.

Cinema Nimas (15.30, 18.30 e 21.30h) (não acons. men. 13 anos)

O meu tio da América

de Alain Resnais (França — 1980)

A observação entomológica de uma sociedade de capitalismo avançado (a França, no caso), filmada quase como um universo de ficção científica. Partindo de Laborit e das suas teorias bio-sociais, **O meu tio da América** é um filme que nos interroga, que se interroga, com lucidez e ironia.

Cinema Star (15, 18.15 e 21.30h) (interdito a men. 13 anos)

Gloria

de John Cassavetes (USA — 1980)

A violência e a solidão, o outro lado da América. Cassavetes reencontra a temática do **filme negro** e olha o quotidiano com não pouca raiva nos dentes cerrados. E Gena Rowlands é absolutamente sensacional.
Cinema Xenon (14.15, 16.30, 19 e 21.30h) (interdito a men. 13 anos)

Bem-vindo mr. Chance

de Hal Ashby (USA — 1979)

Chance não é uma caricatura, mas um testemunho inquietante. Entre a placidez e o medo, a inocência e a mistificação. Sellers no auge da sua carreira, Ashby a reencontar o equilíbrio e a segurança, após alguns filmes em falso.
Cinema Berna (14, 16.30, 19 e 21.30h) (não acons. men. 13 anos)

Diário de uma criada de quarto

de Luís Buñuel
(França/Itália – 1964)
Buñuel e a burguesia francesa do início dos anos 30, ou uma lâmina acerada no rosto doente de uma sociedade enfatuada e cobarde, em vésperas do holocausto nazi. Um filme agreste e irónico, onde Jeanne Moreau brilha intensamente, num trabalho só igualizado quando sob a batuta de Truffaut.

Cinema Estúdio (15.30, 18.30 e 21.30h) (não acons. men. 18 anos)

As estrelas

Um Bater de Corações —	★★★★
Salve-se Quem Puder —	★★★★
Tess —	★★★★
O Homem de Mármore —	★★★★
O Meu tio da América —	★★★
Gloria —	★★★
Benvindo mr. Chance —	★★★
Diário de uma Criada de Quarto —	★★★
Cristo Parou em Eboli —	★★
Cães da Guerra —	●

★★★★ — Excepcional
★★★ — Bom
★★ — Interessante
★ — Desinteressante
● — A evitar

Um rosto no écran

Krystyna Janoa

Godard disse que, em **O Homem de Mármore,** ele representa como «num sonho mau de Outubro». Com efeito, o seu frenesim, algo inquietante, o seu mergulho numa realidade que se revela como um recalcamento adiado, um pesadelo escondido nas memórias das revoluções, tem algo a ver com o fim de uma mitologia de palácios de Inverno e madrugadas que cantam. O fim do mito de Outubro.

Pode parecer bizarra, ao leitor, a escolha de Krystyna Janda para «rosto no écran» esta semana. Para o espectador português (para mim), Krystyna Janda é actriz de um só filme (precisamente **O Homem de Mármore** de Wajda, que agora se exibe em Lisboa), não se trata de um rosto familiar, nem parece ter grandes hipóteses de o vir a ser (atendendo à raridade com o cinema polaco chega aos **écrans** portugueses). Mas a escolha semanal que aqui se faz, não respeita, sobretudo, aos rostos conhecidos, mas àqueles que deixaram traços. E Krystyna Janda é um deles, indubitavelmente.

Não se pode dizer que o seu trabalho em **O Homem de Mármore** seja simples. Num filme cheio de subtilezas, anotações, **nuances,** o papel de Agnieszka (até porque carregado de sinais contraditórios) é dos mais indefinidos e fortes. Indefinido, porque, ocupando o lugar do «herói» (a cineasta que busca a verdade no meio da escuridão), esse estatuto lhe é negado pelo filme (que lhe não confere a congregação de sinais positivos para o ser e acumula elementos «de irritação» que o obstruem); indefinido porque, sendo o motor da ficção (o filme avança à medida que a investigação de Agnieszka prossegue), não a domina nunca, sendo, ao contrário, submergido por ela, como se as memórias que destapa tivessem uma energia impossível de congregar, conter, segurar.

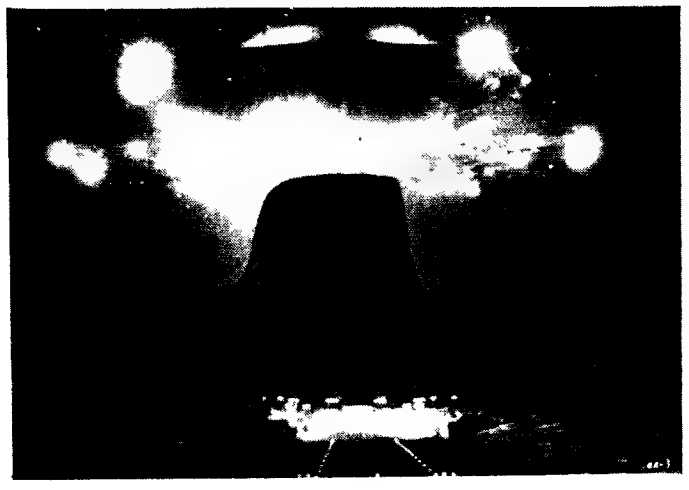
Mas, ao mesmo tempo, Agnieszka é um personagem forte, quer dizer, vincado, decisivo. E ele que, pela sua tenacidade, pela sua teimosia, está destinado a representar (mas não a **tipar**) uma geração capaz de não recalcar os silêncios; é ele que, pelo seu perfil «ocidental», está destinado a sinalizar as referências (as carências, as contradições) dessa geração; é ele que, até por se tratar de um personagem feminino, tem o destino de tecer uma quase ligação erótica entre a inquietude de hoje e a rígida imagem de um passado mitificado e/ou escondido, como se esses dois momentos se devessem fundir para gerar algo de novo (e outro não é o sentido das últimas cenas do filme).

Dados biofilmográficos

Krystyna Janda nasceu na Polónia, em Starachowice, em 1952. Frequentou a Escola Superior de Arte Dramática de Varsóvia onde se diplomou em 1975. Ainda estudante (no 4.º ano do curso) iniciou-se, na televisão, com a peça «As Três Irmãs» de Tchekov. Após ter terminado o curso ingressou na companhia de teatro «Ateneum» de Varsóvia onde representou várias peças, além de continuar a trabalhar para a televisão. A sua entrada para o cinema dá-se em 1976, com **O Homem de Mármore** de Andrzej Wajda, tendo, depois, entrado em vários filmes, entre os quais **Madame Bovary — Sou Eu** de Zbigniew Kaminski e **A Fronteira** de Jan Rybkowski.

J. L. R.

Um regresso em versão "new look"



«Encontros Imediatos do Terceiro Grau», a película cinematográfica realizada há alguns anos atrás (1977) por **Steven Spielberg** para a Columbia Pictures e que constituiu um êxito mundial de bilheteira (mais de cem milhões de pessoas viram o filme) vai regressar brevemente aos écrans portugueses mas, desta feita, numa nova versão, versão que dá resposta à pergunta colocada por milhares de espectadores no final da projecção depois do «herói» do filme (Roy Neary) entrar na nave-OVNI: «E agora, o que é que lhe vai acontecer?...».

«A criação cinematográfica não deve ser um processo que, tal como o cimento, endureça para sempre. Com o passar do tempo têm-se, por vezes, ideias e sentimentos bem diferentes daqueles que presidiram à feitura do filme. Sentimentos e ideias que, se se pudesse voltar atrás, contribuiriam para melhorar o impacto do argumento. No entanto, diga-se, não é com muita frequência que se tem a oportunidade de pegar outra vez na obra e ajustá-la à nova visão...» – disse em substância o realizador Steven Spielberg numa entrevista concedida a uma revista americana. Pois bem. Spielberg teve a rara possibilidade de dar «a posteriori» várias pinceladas numa obra que, apesar do êxito de bilheteira e da qualidade nela patenteada, já se encontrava retirada dos circuitos comerciais, conseguindo assim relançá-la nas telas do mundo inteiro.

«Encontros Imediatos do Terceiro Grau – Edição Especial» não é, longe disso, uma versão radicalmente diferente da primeira. Algumas sequências (poucas) foram retiradas da versão original. Outras (poucas também) foram acrescentadas. No final, sobretudo, já que a personagem principal que em «Encontros Imediatos do Terceiro Grau – Versão Original» não entrava na nave, entra nela nestas segunda versão. O resultado destes «cortes» e «acrescentados» revelam-se, na realidade, totalmente eficazes, pois, a película ganha maior interesse, uma maior dinâmica e impacto.

E esta segunda versão de «Encontoros Imediatos do Terceiro Grau» que o público lisboeta terá ocasião de ver brevemente (12 de Fevereiro, ao que consta) num dos cinemas da capital. A partir dessa data todos ficarão a saber qual o ambiente que esperava Roy Neary, o «herói» do filme, no interior da nave espacial.

Le Monde DIMANCHE

no Sete Ponto Sete

Injúrias do Grande Século

Christian Jouhaud

Não é só com espingardas, espadas ou alabardas que se mata, que se consegue a eliminação de um adversário. Escândalos, «casos» vêm periodicamente, e, por vezes, perturbar tragicamente o curso normal da nossa vida política. Quase sempre se encaram esses escândalos e esses «casos» como subprodutos do nosso sistema parlamentar, contrapartida — vergonhosa, mas inevitável — da liberdade de Imprensa. Mas pôr em causa as pessoas será realmente uma «derrapagem» ou será antes a etapa culminante do confronto polémico, o desenvolvimento lógico do discurso polemista? Noutras épocas, em contextos completamente diferentes, comportamentos semelhantes foram moeda corrente. Aconteceu mesmo que as acusações pessoais substituiram o debate de ideias impossibilitado pela censura ou... pela ausência de ideias. Está neste caso o século XVII, que foi fértil em graves confrontos polémicos, embora a liberdade de expressão nessa altura não existisse, ou melhor, nem tivesse sequer qualquer sentido. Algumas dessas polémicas são bem célebres, mas ao lado das querelas ao mais alto nível a pletora dos conflitos vulgares, que surgiram no âmago do sistema político, tanto nos momentos de crise como no dia-a-dia rotineiro.

PARA lá das causas políticas subjacentes a esses obscursos confrontos, tratare-mos simplesmente de mostrar como os polemistas sabiam agir de modo a ferirem e desqualificarem os seus adversários: porque a invectiva também tem a sua história.

As aparas

Em 1640 espalha-se a notícia de que um presidente do Parlamento de Bordéus é acusado de «fazer aparas».

Escândalo imenso: o acusado é uma alta personagem, tanto pela posição social, como pela fortuna, o poder, as relações. E era um homem destes, um homem que, em nome do rei, fazia justiça, culpado de um crime que tinha tanto de espectacular como de crapuloso! Tratava-se de armazenar as moedas novas, «aparà-las», limando-as, para recuperar um pouco de metal precioso, antes de as colocar de novo em circulação. Praticada em larga escala, a operação era muito lucrativa: as moedas boas tinham sido previamente trocadas por moedas más, para serem submetidas à operação fraudulenta. Era uma **escroquerie** contra os cidadãos, mas também contra o Estado, um crime de lesa-majestade punido com a pena capital. Na verdade, os acusados foram rapidamente condenados, mas, magistrados como eram, conheciam perfeitamente o mundo da justiça e os arcanos do direito: ganharam tempo, conseguiram fazer anular o processo. Depois contra-atacaram.

O peso social de um presidente de Parlamento é muito grande: os parentes e amigos são uma autêntica legião. A mobilização destes volta a pôr o caso na ordem do dia. A melhor defesa é o ataque: atiram-se ao procurador-geral do rei, que desempenhou o papel de acusador, e tentam por sua vez comprometê-lo num caso escandaloso. Conseguido isto, as duas clientelas dilaceram-se entre si, paralisando a actividade do Parlamento. O chanceler Seguier intervém, reclama um inquérito. Dos mais de oitenta membros do Parlamento só uns dez podem ser considerados relativamente neutros e só dois deles são irrepreensíveis. Mas são-no precisamente porque a sua base social é medíocre. São filhos de «simples advogados», e, portanto, perfeitamente incapazes de fazerem frente aos dois grupos hostis. Eis uma das realidades mais marcantes da vida política no século XVII: a importância das ligações pessoais, dos parentes, dos amigos, dos clientes. E isso que vai determinar a composição e o comportamento dos campos em confronto.

Quatro anos mais tarde, muitas coisas mudaram. Luís XIII e Richelieu morreram, o cauteloso Mazarino está no poder e acaba por conceder um perdão total ao culpado, o presidente Sarran de Lalanne. E, assim,

Continua na pág. 14

Espanha, década de 80

Suso Vaamonde e o "nacionalismo"

JA alguém disse — não sei exactamente quem — que as «razões de Estado são tenebrosas».

O dito ou afirmação aplica-se a determinadas acções das forças condutoras (?) de um Estado de direito em pleno espaço pluripartidário e democrático a constituírem — como se verá — autêntico atropelo e atentado contra a consciência de um povo que, e no decorrer dos tempos, vem lutando pela emancipação e preservação de um património cultural inapagável e a transmitir.

Falamos, talvez sem o conseguir, do sentimento, colectivamente assumido e activo, e da consciência linguística e nacionalista que formam e constituem a personalidade própria e admirável do povo galego!

Hoje, como ontem, permanece essa luta pela edificação de um viver particular que os diversos poderes instituídos ao longo da história dos povos hispânicos — desde a monarquia dos católicos ao fascismo de Franco — tudo fizeram para enxovalhar, cercear e garrotar as criações e manifestações de base e carácter nacionalista.

Ultraje a la nación española

É para esse lado e sentido — luta quotidiana e sem tréguas — que está virada a parte mais sadia de uma geração, a despeito da repressão, mesmo hoje, exercida ou tentada pelos sectores oficiais que localmente representam o poder central e pelo mando dos partidos políticos com morada em Madrid.

Suso Vaamonde, de seu nome, 30 anos de permanências e poeta e cantor (3 LP's editados) como podia ser outra coisa qualquer na vida. Em Julho de 1979 participou, o Suso, numa festa popular de protesto contra a instalação, em solo galego, de centrais nucleares. Entre o repertório escolhido para essa participação em prol da qualidade de vida apareceu, e na sequência de muitas outras, uma cantiga tradicional e nacionalista de imediato entendida por qualquer galego «despoluído» do castelhano — língua oficial, o que — e para além do desprezo insofismável do povo galego pela hegemonia castelhana — seria mais um reflexo dessa força moral particular (próprio de uma cultura própria) que tanto caracteriza as produções de Castelau, Rosalia de Castro, Celso Ferreiro, Manoel Maria, Mendes Ferrin, Ribas Cruz e tantos outros. Acontece que o «meeting» antinuclear encontrava-se sob escuta e vigilância das **forças da ordem democrática**. Foi o bastante para envolver o cantor galego num arrastado e polémico caso de justiça, cujo tribunal (Auditoria Provincial de Pontevedra) viria a julgar na base de **artículos del Código Penal** (era franquista).

No termo de todos esses trabalhos — onde os cardápios linguísticos entraram também como reforço das «doutas» análises — aquele tribunal deu como provado um delito de **ultraje a la nación española**, condenando Suso Vaamonde na pena de seis anos e um dia de prisão maior.

— Como encaras essa condenação aplicada no fim do ano transacto?

— Soube do resultado desse longo julgamento, várias sessões, por um telefonema que recebi na Alemanha onde me encontrava, na altura, a trabalhar junto de comunidades galegas. Só te posso dizer que me condenaram por uma suposta «censura à pátria espanhola», coisa que no tribunal ficou demonstrado não corresponder à verdade.

O breve encontro com Suso Vaamonde, que proporcionou esta rápida troca de impressões, ocorreu um dia destes na cidade do Porto. O cantor viajava de Londres e já com mandado de captura pendente.

— Que repercussão terá uma sentença destas entre os intelectuais e outros activistas galegos como assim em meios idênticos de outros povos e partes do Estado espanhol?

— Dá-te conta que foi processado, por um caso semelhante, o director do periódico «El País». Também uns pintores, autores de uma exposição colectiva, foram impedidos por um governador civil de continuar a exposição, vindo a ser processados seguidamente. Há periodistas e gente da Rádio, também o caso, e como sabes, que envolveu o Xavier Vinader, da «Interviu», enfim... Mas é na Galiza que a situação é mais difícil. E isto porque é um dos poucos sítios onde os restos de uma Espanha saudosista ainda querem, e por vezes conseguem, mexer. Ainda há muita gente no nosso país — que nada tem connosco, claro — a contrariar as modificações para permanecer com o seu estatuto de privilegiado. Serão os últimos «coletassos» de uma época passada que pretendem fixar-se na parte mais débil do Estado espanhol. Daí que o que se passou comigo não se passaria, creio eu, com um catalão ou basco.

Otelo Saraiva de Carvalho entre os apoiantes

Logo que se teve conhecimento da existência do processo judicial instaurado pelas forças

Continua na pág. 15

Suso Yaamonde – cantar, em 1981, «Galicia Ceibe»

Cristo parou em Eboli

Gian Maria Volonté e Irene Papas numa das mais conseguidas sequências do filme

De súbito, a Europa começou a descobrir a realidade camponesa, através de filmes que dela se abeiravam como que esperando nela entrever as sólidas raízes de uma identidade cultural, de uma sabedoria antiga, que a civilização industrial, consumista e urbana, varrera, sem remédio. Filmes como **Trás-os-Montes** (em Portugal), **A Árvore dos Tamancos** (em Itália) os **Uma Vida bem Vulgar** (na Hungria), **são apenas uma parte visível do Iceberg** que me parece ser já um facto cultural com motivações e implicações sintomáticas do estado actual da Europa.

Cristo parou em Eboli é mais um filme que parte em busca dessa realidade camponesa. Só que apenas encontra um reflexo de si próprio.

Com efeito, Rosi não é capaz de descortinar, nas perdidas regiões da Lucânia, mais que os sinais de um subdesenvolvimento económico e cutlural, mais que as raízes de uma alienação total. Os seus camponeses são seres abandonados e indefesos, demasiado encerrados nos infernais ciclos de uma miséria total. Por outro lado, a figura de Levi, o intelectual, é de uma permanente ironia, mesmo quando resolve visitar esses camponeses. Numa coisa o filme tem razão; são duas Itálias em presença, resta saber se as duas são ou não verdadeiras.

A mitificação da realidade camponesa pode ser (muitas vezes é) o sinal de uma postura idealista perante o mundo. Parece-me transparente que essa realidade é caldeada em múltiplas componentes, uma das quais é essa alienação tão cuidadosamente cultivada pelo que é usual chamar os caciques, o que não é mais que uma forma, herdada do feudalismo, de dominação/protecção desses camponeses. Neste campo, Rosi consegue ser claro e preciso. Onde ele falha é na outra dimensão dessa realidade, na lógica interna desses comportamentos, na espessura sociológica desses camponeses. Em **Cristo parou em Eboli** os estereotipos (caso dos emigrantes) misturam-se com uma opacidade total da massa, uma incapacidade de a olhar no rosto, de frente, e de a entender. O mesmo se dirá da composição de certas figuras (como a do padre) onde a caricatura não deixa que se delineiem os traços subtis da personalidade e o filme fica, também, perante um muro incompreensível. Aliás, a ideia [illegible] quotidiano corrói quem nele permaneça, longamente, é algo que deixa muito a desejar.

Por oposição a esse pano de fundo, a figura do «estrangeiro» (Levi) surge como modelar: é ele quem sabe, decifra a realidade, é ele o herói e, de algum modo, o senhor (a cena em que esbofeteia Giulia, apesar de ser das mais bem construídas do filme, deixa uma sensação de domínio moral que apaga toda a ambiguidade que o preâmbulo, no banho, continha).

O que frustra, no meio de tudo isto, é que **Cristo parou em Eboli** tem sequências admiráveis, momentos de uma textura agreste e forte (como a que precede o discurso do Duce anunciando a entrada de Badoglio em Adis-Abeba), uma escolha de **décors** cuidada e até uma iconografia camponesa relevante. O que frustra é que, perante uma tal temática, Rosi tenha feito transigências (Volonté é mal escolhido para o papel, até pela **imagem de marca** — actor de esquerda, personificando heróis, etc. — que traz consigo, Simon trabalha num registo desabrido, mas Irene Papas ou Lea Massari são perfeitas), concessões (os céus enegrecidos por filtros é um tique irritante, até porque desnecessário, do director de fotografia), parecendo, além disso, pouco à vontade no seio dos camponeses. O que frustra, em suma, é que **Cristo parou em Eboli** seja um filme falhado com sequências, cintilações, memoráveis.

FICHA:
Título original: Cristo si é fermato a Eboli.
Realização: Francesco Rosi (França-Itália-1979)
Argumento: Francesco Rosi, Tonino Guerra e Raffaele La Capria, **segundo o livro homónimo de** Carlo Levi.
Fotografia: Pasqualino De Santis.
Cenários: Andrea Crisanti.
Música: Piero Piccioni
Montagem: Ruggero Mastroianni.
Interpretação: Gian Maria Volonté **(Carlo Levi),** Paolo Bonacelli **(o presidente da Câmara),** Alain Cuny **(barão Roturno),** Lea Massari **(Luisa Levi),** Irene Papas **(Giulia),** François Simon **(Don Trajella),** etc.
Distribuição em Portugal: Filmes Lusomundo.
Cinema: Cine Bloco.
Classificação: Não aconselhável a menores de 13 anos.
Duração: 151 minutos.

Estórias de Portugal

«Ninguém é completamente bom — nem tudo é rigorosamente mau.»

Por não ser minha filha não deixo de me reflectir embevecido no cristal desta descoberta estórica que no Mundo só não teve a repercursão duma descoberta da pólvora porque para os «Grandes-Chefes» das **tribus** que o povoam a venda de armamentos continua a ser de rendibilidade mais apreciada que a das ideias. Para melhor ideia aconselho a (re)leitura do último Sete-Ponto-Sete.

A crise, por exemplo, esta crise que uns tantos escrevem e outros asseguram que **estava escrita**, se por um lado me tem levantado tremendos intransponíveis obstáculos no meu relacionamento com uma antiga companheira, de tantas e tão desvairadas andanças, com o tempo e com a idade feita duma exigência, duma voracidade, duma sede jamais encontrada em bom bêbado, e nunca, nunca fui capaz de imaginar (quando, pela primeira vez, lubrificadamente, me consentiu que lhe enterrasse voluptuosamente as mãos no volante aquela ingrata viatura, toda aberta, e logo ela que tem quatro portas, não me exigiu mais de 8,5 litros aos cem duma super sete anos mais barata; hoje, não sei o que lhe passou pelo motor, dá de **society** e recusa-se a proporcionar-me os mesmos quilómetros de prazer por menos duns onze litros ao câmbio que se sabe enquanto me constrange a tantas revisões que já houve quem me tivesse chamado revisionista!); em contrapartida apressou um saboroso reencontro ao empurrar-me, inapelavelmente, para os braços do passe social, «abre-te Sésamo» do renovar do quotidiano convívio com os velhos, autênticos, os verdadeiros «compagnons de route»: o eléctrico, o autocarro, o metro e o comboio periférico.

Seria inverdadeira euforia demagógica estoriar para aqui ter sido um comovente encontro de braços abertos — nos transportes públicos viajamos de tal forma encolhidos que um simples abrir dos dedos da mão exige técnica apurada, canudo de doutoramente no **Curso Superior de Carteirismo**; mas foi a redescoberta, o alegre recapitular dessa fantástica excepção de todas as leis da natureza, esse extraordinário fenómeno biológico que faz com que a nossa gente fale sempre pelos cotovelos, seja lá quando for, onde for, com quem for. E, talvez porque em época de tanto frio longe do alcance das bolsas tenham estado os abafos, desabafa, desabafa, desabafa, que para isso não foi criado ainda o imposto de transacção.

Ora tudo isto vem a propósito da nossa **classe política** que, no mergulho da prancha dos dez metros ao fundo dos ciclópicos afazeres que a **legítima** representação cá da gente lhes impõe (e a gente de **classe**, seja lá qual for, é o que tem; com ela é sempre tudo legítimo!) decerto não desfrutará do mínimo de tempo nem do saldo positivo de paciência necessários ao exercício cívico de três ou quatro zonas bem passadas no ferro duma hora de ponta.

Mas é pena, é mesmo uma peninha muito grande!

Então naqueles dias que se seguiram à apresentação na Têvê de todos os «senhores presidentes, senhores ministros, senhores deputados», os senhores presidentes, os senhores ministros e a grande maioria dos senhores deputados teriam soberba ocasião de se actualizarem no conhecimento dos seus **legítimos**, contactando **directamente com a utente alegria**, a **taxada satisfação** por tão belas e produtivas actuações enquanto, ao mesmo tempo, já que estavam com a mão nas **massas**, aproveitavam e reciclavam o vocabulário para que nas próximas vezes que fossem à Televisão **falar uns para os outros**, ou, como toda a gente viu, **sozinhos lá com os seus microfones**, o fizessem de maneira que a gente também pudesse achar graça e rir à brava como eles não se coibiram de fazer às vezes até bem desbragadamente. Não que o **pessoal** lá da carreira 23 tenha alguma coisa contra o sentido de humor defendido pelo senhor Primeiro-Ministro na sua intervenção!... Pelo contrário! A **malta** quer é rir também!

É que, tenham lá paciência, pega-se no programa do Governo e aquilo não tem mesmo gracinha nenhuma não arranca nem um sorriso. É claro que um bom **rabulista** salva muitas vezes uma má **rábula**; mas aquela rábula da Assembleia cheia de latins e latimórios, muita citação e nenhuma excitação, recorrendo uma vez mais ao estafado truque da **moção**, precisava de ter intérpretes muito bons para conseguirem, durante aqueles intermináveis minutos, que o **Zé Povo**, o tal de que eles são todos **legítimos qualquej coisa**, se esquecesse que no dia seguinte era um dia de trabalho e não podia ir para a cama sem saber o que é que se tinha passado com a «Dona Xepa» nas últimas 24 horas. E isto, quer queiram quer não, é tão **legítimo** como os «senhores presidentes, os senhores ministros e os senhores deputados». O que à esmagadora maioria dos cidadãos lá da 23 parece totalmente **ilegítimo** é a interferência abusiva de dois **órgãos institucionais**, a Assembleia e o Governo, no horário de competência duma «instituição nacional»: a **Dona Xepa**!

Mais... está todo o pessoal disposto a **libertar a sociedade servil** se nova **querela institucional** vier a acontecer. E eu, que até não tenho a veleidade de ser lido pelos «senhores presidentes, senhores ministros ou senhores deputados», porque ninguém me pediu segredo e para que não me venham a acusar de ocultar provas comprometedoras das **brigadas laranjas das carreiras da Carris**, cito para a estória (não são só eles que citam!...) apenas duas frases lapidares, definições magistrais dos **utentes contentes**:

«A gente paga a taxa e eles, lá na Assembleia, é que arreganham a taxa!» — Dona M.ª das Dores, na sua obra «cerzir umas calças cinzentas».

«... Se eles fossem mas é falar com o D. Pedro!...» — Ernesto Bolha na sua obra «reparar um cano da casa de banho».

Francisco Nicholson

Augusto Boal

Continuação da pág. 10

coleccionam esse matrial e debatem-no nas aulas. Quer dizer, usam o TO como método de pesquisa. São essas experiências que vão descrever. O segundo fim-de-semana chama-se o TO e o Indivíduo ou o TO e a terapia. Vamos estudar a possibilidade de utilizar os nossos métodos com fins terapêuticos. Nesse fim-de-semana definiremos bem o conceito de oprimido, o conceito de oprimido doente e o conceito de doente oprimido. Interessa estudar de que maneira a sociedade adoenta os oprimidos e os faz acreditar que são doentes e não que são oprimidos. O terceiro fim-de-semana vai ser dedicado ao TO e a intervenção pontual. Vai intervir um grupo que trabalha num bar com drogados debatendo o problema da droga. Serão os próprios drogados a intervir. Um grupo de emigrantes árabes fará também uma intervenção sobre o problema da emigração. O último fim-de-semana vai chamar-se o TO e o Teatro — será que o TO poderá ser feito com o ritual tradicional do espectáculo, entradas pagas, etc.?

Estarão presentes grupos da Dinamarca, Holanda, Bélgica, além de vários grupos franceses.

CP — O Festival é subsidiado?

AB — Não, não. Temos apenas o apoio das basdes. Ano passado, vieram mais de cem pessoas que conseguimos alojar em casas dos nossos aderentes de Paris.

O polícia na cabeça

CP — Falávamos há pouco do teu novo livro...

AB — Em Janeiro vou fazer um estágio sobre o tema de que te falei — o polícia na cabeça (le flic dans la tête) e o meu próximo livro basear-se-á nesse material. Trata-se de tentar analisar o «polícia» que cada um de nós tem na cabeça. E claro que ele não nasce lá. O problema consiste em localizá-lo e definir as suas causas.

CP — Como é que se articula essa tua actividade, que é predominantemente política, com a prática da política francesa, o sindicalismo, a luta partidária?

AB — Por enquanto de maneira nenhuma. Nós queremos mas é difícil. Como existem grandes problemas de divisionismo — neste momento altamente acirrados — essa hipótese de trabalho é ainda mais complicada. No entanto, conseguimos ir trabalhar dentro de dias a uma fábrica que está ocupada pelos operários, e temos para isso o apoio das duas centrais sindicais, a C.G.T. e a C.F.D.T. A nossa actividade é totalmente aberta e unitária e por isso pensamos que podemos trabalhar com os partidos de esquerda, desde que não tenhamos de funcionar de acordo com directrizes partidárias porque isso não podemos aceitar. O TO não pode integrar-se numa determinada linha partidária pois só serve para criar condições para que as pessoas, as massas, se exprimam livremente.

Função revolucionária do Teatro

CP — Tenho uma dúvida em relação ao TO que quero pôr-te. Tu dizes que o teatro conheceu a catarse aristotélica a que se contrapôs, já no nosso tempo, a anticatarse brechtiana, isto em termos simplistas e esquemáticos. Brecht propõe aos espectadores tomarem consciência dos problemas para que possam tentar resolvê-los. A tua proposta pretende ir mais longe — o espectador não deve aceitar a catarse aristotélica nem deve limitar-se a aceitar a proposta brechtiana de tomar conhecimento dos problemas, mas ir ao palco, ele mesmo, viver esses problemas.

A minha dúvida é esta: não será isso voltar a uma espécie de catarse. Quer dizer, o espectador ao representar-se e ao tratar os seus problemas não estará a libertá-los e, portanto, não regressará a casa sem eles, sem a consciência política deles, e portanto evacuado de quaisquer propósitos de transformação revolucionária do mundo, que seria a maneira, politicamente correcta, de os resolver, já que são problemas de classe?

AB — A essa pergunta só posso responder pela prática. Sempre que o espectador se sente identificado com os problemas, o facto de ele ir ao palco para tratar teatralmente esses problemas, e não apenas de os ter pensado, ajuda-o a auto-activar-se para tentar resolvê-los na vida real. O número de cartas que recebemos de gente que nos conta o que fez depois de uma sessão do TO é enorme, incrível. Pessoas que resolveram tomar decisões fundamentais na sua vida.

CP — Mas trata-se de decisões a nível individual...

AB — Vou dar-te dois exemplos. Havia um grupo de carteiros que tinha que fazer a triagem das cartas num ritmo determinado. Alguns diziam: quando se trata de cartas não há problemas mas quando são postais temos mesmo que olhar. E eles conseguiram mesmo alterar o ritmo da triagem para poderem dar uma olhadela aos postais, isto depois de porem o problema num espectáculo nosso. É uma coisa sem grande importância mas que mostra a influência que o TO pode ter no quotidiano das pessoas. Outro grupo, da província, pediu um subsídio na Câmara local. Mas havia que cumprir um ritual burocrático determinado, havia uma votação, e depois não se podia voltar atrás. Eles tinham participado num estágio em que uma das coisas que se trataram foi a da necessidade de romper com os rituais para poder avançar. Não se pode transformar a sociedade sem se romper com os rituais. Por isso, na reunião camarária, um deles, depois da votação estar perdida, e contra todos os hábitos, resolveu falar. Era a primeira vez que alguém falava naquelas circunstâncias. E os opositores, que eram o poder, aceitaram essa comunicação da palavra, esse rompimento do ritual, mas como não podiam voltar atrás porque seria uma ilegalidade, resolveram que o «dossier» fosse apresentado de novo, com alterações de pormenor, para que pudesse haver uma nova votação e ser aprovado. O que aconteceu. Foi o facto do grupo ter visto no teatro pôr o ritual em questão que o levou a não aceitar na vida um outro tipo de ritual a que tinham estado sujeitos.

Regresso ao Brasil

CP — E agora, Augusto? Europa? Brasil?

AB — Agora? Continuo, como há dez anos, quando cheguei à Argentina sem saber o que fazer. Há dez anos que essa pergunta me acompanha, sem resposta. Uma coisa é certa: quero enraizar-me num lugar, não posso suportar a ideia de viver transitoriamente. Temos um amigo que voltou ao Brasil depois de quinze anos fora. Perguntamos-lhe: porque é que você volta? Respondeu: porque sou um índio de outra tribo. Não pertenço a esta por isso quero voltar para a minha. O meu problema é esse: aqui sou índio fora da minha tribo. É certo que por enquanto não posso sair daqui porque o TO está numa fase de desenvolvimento intenso e muito rápido, e seria prejudicá-lo. Vamos ao Brasil por dois meses, e penso que daqui a dois anos poderemos regressar de vez, embora vindo à Europa sempre que seja necessário. Posso continuar a fazer estágios desde que estes sejam concentrados.

São estes os nossos projectos.

NOTAS

TEATRO DO OPRIMIDO — Conjunto de métodos ou técnicas utilizados por Augusto Boal e de que fazem parte, nomeadamente, o Teatro-Imagem, o Teatro-Invisível e o Teatro-Foro. Estas técnicas colocam em palco problemas apresentados pelos próprios espectadores, ou pelos actores, e que estes teatralizam. Com frequência, os espectadores participam não só orientando os actores mas mesmo substituindo-os em determinadas cenas para demonstrar, ao vivo, como eles próprios imaginam essas cenas. O Teatro-Invisível consiste especialmente no tratamento de cenas preparadas e apresentadas em lugares públicos, que não sejam espaços cénicos, não como teatro mas como casos reais, espontâneos, para dessa forma provocar a intervenção dos circundantes.

O ensaísta e escritor Emile Copfermann é um dos grandes animadores do Centro de Estudos e Difusão das Técnicas Activas de Expressão (Métodos Boal). Director da revista «Travail Théatral», ex-braço direito do François Maspéro, Copfermann é conhecido em Portugal pelos seus libros «Um Teatro Popular — Para quê?», «La mise en scène en question», «Vers un théatre diferent». O Centro referido publica um Boletim em que são reunidos relatos de experiências feitas nos vários grupos de trabalho.

Carlos Porto

Augusto Boal

Continuação da pág. 9

desenvolver-se muito mais do que na América Latina.

CP — Talvez por razões políticas, pela impossibilidade de desenvolver essas formas de teatro político em certos países...

AB — Por razões políticas, com certeza, e até por razões de ordem prática. Repara, aqui eu posso ir à Dinamarca e na semana seguinte ao Finisterra. No Brasil, quando saímos de São Paulo para ir ao Recife é qualquer coisa como ir de Paris a Leninegrado. Aqui a comunicação é imediata, enquanto por lá passar de um país para outro é, por vezes, complicado e até impossível. Por isso aqui a propagação do TO é muito maior.

CP — Ao longo destes anos e das tuas experiências, alteraste as técnicas do TO?

AB — Fui acrescentando coisas. E engraçado que o Teatro-Invisível que comecei a trabalhar no Peru, em condições muito difíceis por causa das dificuldades de comunicação linguística, veio a desenvolver-se muito na Suécia onde as pessoas também têm dificuldades de comunicar, embora a outro nível. Aqui, na Europa, o principal problema consiste no facto da opressão ser muito mais sofisticada. Por exemplo, ontem, numa reunião do grupo, um magistrado muito conhecido em França, que foi presidente do Sindicato da Magistratura (ele já esteve em Portugal e no Brasil) contou-nos formas de repressão contra os operários franceses impressionantes.

Festival do Teatro do Oprimido

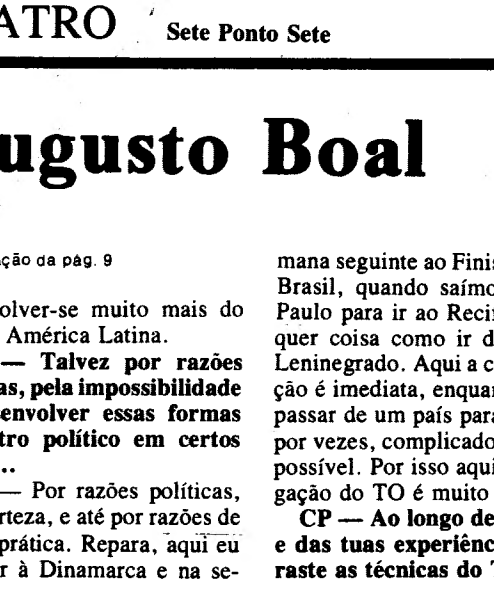
CP — O que vai ser o teu próximo livro?

AB — Trata-se do meu primeiro livro europeu e nele vou relatar experiências que aqui tenho tido. Trata-se de mostrar como o TO se enriqueceu sem ter perdido as suas características, criando técnicas novas a partir de novas realidades.

Estamos agora a articular o Teatro-Invisível com a terapia. Vamos fazer, na Cartoucherie, um espectáculo com duas peças, e durante quatro fins-de-semana vamos fazer reuniões, a que chamamos aleatórias, pois cada uma delas tendo um tema específico vai viver muito da contribuição de cada grupo de pessoas. O primeiro chama-se o Teatro do Oprimido e a Educação e vai ter a participação de professores que utilizam o método Freinet. Há professores que usam o Teatro-Invisível nas suas aulas, caso de um professor de sociologia de Lyon. Esses professores em vez de atacarem os problemas directamente, organizam pequenas cenas que apresentam nos bares, nas estações de «metro», etc. Depois

Continua na pág. 11

TEATRO ABERTO
P. de ESPANHA (metro: PALHAVÃ) telefone: 77 09 69
grupo 4
APRESENTA
DOMINGO ÀS 16 HORAS
ULTIMA REPRESENTAÇÃO



de JOÃO RIBEIRO CHAVES NETO
reescrita por LUÍS FRANCISCO REBELLO
encenada por MORAIS E CASTRO
figurinos de VERA CASTRO
com
LÍDIA FRANCO/ LINDA SILVA
ALEXANDRE MELO/ LUÍS ALBERTO
MANUEL MENDONÇA/
VASCONCELOS VIANA
Espectáculo não aconselhável a menores de 13 anos.
Este espectáculo não é subsidiado.

LIQUIDAÇÃO
FECHAMOS PARA REMODELAÇÃO E OBRAS
MODAS HM
VESTIDOS ★ SAIAS
BLUSÕES ★ MALHAS
SIDNEY — TIFANY — ALMAGRE
VESTIDOS ALMAGRE ... 1450$00
GABARDINES EUROPA .. 2200$00
CASACOS PELE 3950$00
CAMISAS HOMEM 390$00 — 430$00
CALÇAS E MALHAS
CASACOS PELE
3950$00
HOMEM
MULHER
RUA DO CARMO, 37 LISBOA

SERVIÇO EXCLUSIVO THE OBSERVER Diário de Lisboa

Mais "casos" da compra de armas

O Irão, que necessita desesperadamente de armas por causa da guerra com o Iraque, tenta abastecer-se secretamente, através dos países amigos.

Há duas semanas, um país da Africa do Norte, abordou Sam Cummings, o maior negociante particular de armas do mundo, com um pedido de compra de peças sobressalentes militares, inglesas e americanas.

Cummings afirmou na semana passada, no seu armazém de Manchester: «Disseram-nos que as peças eram para o Irão, mas nós dissemos-lhes que não lhas podíamos vender. Os norte-africanos ofereceram-se para arranjar a documentação em como o material seria para eles.»

Fontes da indústria de armamento militar afirmam que o Irão fechou negócios de armas no valor de 100 milhões de dólares, nos últimos quinze dias.

Diz-se que Taiwan é um grande fornecedor. O mesmo informador afirmou-nos que os iranianos tinham conseguido peças sobressalentes americanas fabricadas sob licença, em Itália.

Segundo disse, Hamburgo estava a ser utilizado para carregamentos de barco. Outras fontes ligadas à indústria afirmaram que o Irão também se abastece militarmente na Coreia do Norte, Argélia e Austria. O Iraque, ao que consta, obtém o seu equipamento através de intermediários em Berna, na Suíça.

Vimos uma mensagem por telex na semana passada, a pedir cerca de um milhão de munições de 20 mm para os jactos do Irão Phanton e igual quantidade para os seus F5 Tiger.

Poucos países concederiam actualmente licenças de exportação de armas para ambas as partes envolvidas no conflito. Por isso, os negócios em curso no ocidente envolverão provavelmente um falso destino para as armas, por forma a conseguir-se a licença de exportação.

A Africa do Sul também está a receber enormes quantidades de ferragens militares de países politicamente hostis, cujos governos estão preparados para fechar os olhos diante das sanções internacionais. Por conveniência comercial, estas nações utilizam terceiros países — por vezes até sem o seu conhecimento ou acordo — como frentes de comércio.

Portugal desenvolve um florescente negócio com a Africa do Sul, vendendo enormes quantidades de munições aos militares, embora estes negócios não apareçam em nenhuma estatística governamental (oficial).

As cifras relativas a exportações de armas do Governo português em 1979, por exemplo, mostram vendas no valor de 2.300.000 libras para o Gabão: mas o governo africano negou ter recebido alguma coisa. Na primeira metade de 1980, Portugal clamou ter vendido 900 toneladas de munições à Tailândia mas a Tailândia também negou ter qualquer conhecimento do assunto.

Durante o mesmo período, as estatísticas do governo português mostram que mais de 1.250.000 libras de armas foram para o Paquistão. A Embaixada do Paquistão em Lisboa diz que não houve compra de armas, acentuando que a indústria paquistanesa de armamento produz todo o tipo de armas que os portugueses lhes poderiam oferecer.

Veio a saber-se que as munições alegadamente destinadas à Tailândia tinham sido embarcadas em navios de uma linha dinamarquesa. Essa carreira marítima cruzava-se em Copenhaga com o carregamento de 12.600 granadas despoletadas, que seguiam de Montreal para Durban.

O agente que alugara o navio fora condenado na Dinamarca por violar o embargo decretado pelas Nações Unidas às exportações de armas para a Africa do Sul. Recorreu da sentença.

A polícia dinamarquesa acaba de completar as investigações dos movimentos dos navios pertencentes a quatro proprietários suspeitos de carregar armas ou munições para a Africa do Sul, nos últimos três anos.

Nos dois casos, os barcos foram identificados por um destino falso indicado no porto, mas depois de se fazerem ao mar, mudaram de rumo.

A Africa do Sul era o verdadeiro receptor, a bandeira nacional dinamarquesa foi arreada e navios de guerra sul-africanos vieram escoltar o navio até ao porto.

No decurso das nossas investigações sobre uso ilícito de documentos essenciais ao comércio de exportação de armas, um negociante português de armas contou-nos um caso em que o seu Governo emitira um certificado «end-user» — que pormenoriza a quem as armas se destinam — para fornecimentos militares. O material foi enviado para um campo de aviação português. «Uma bela noite, vieram os aviões e levaram tudo para a Africa do Sul», afirmou o negociante.

Em Espanha, conhecem-se pelo menos, dois casos em que conhecidos fabricantes de armas foram utilizados como intermediários em negócios, quando tanques da India e cápsulas de morteiros do Canadá foram enviados para a Africa do Sul.

Na Alemanha Ocidental, um fabricante de armamento está a ser alvo de inquérito sob a suspeita de ter fornecido material de guerra à Arábia Saudita, Africa do Sul e Argentina, países que Bona proibiu de receber armas exportadas por serem «áreas de tensão».

A empresa afirma que todas as exportações foram feitas com autorização do Governo. As armas seguiram o seu destino verdadeiro pelas rotas habituais: 1000 metralhadoras para a Arábia Saudita seguiram pela Itália; as armas para a Africa do Sul foram pelo Paraguai; e a Argentina recebeu a encomenda através da Espanha.

Outro obstáculo a um efectivo controlo internacional de armas é o sistema comum de concessão de licenças a outros países — especialmente do Terceiro Mundo — para o fabrico de armamento.

Um negociante de armas londrino disse-nos que a India está a vender armas porque conseguiu uma licença de fabrico. Contudo, a licença especifica que a India só pode produzir armas para o seu próprio consumo.

Que os governos estão preparados para agir quando os canais de fornecimento de armas de um país fabricante passam a área política possível, confirmou-o Cummings.

Declarou-nos: «Acontece mais com o fabricante que com o negociante. Mas acontece muito frequentemente. O país intermediário está metido no negócio por razões políticas ou comerciais.

«Por vezes temos de pagar comissões altíssimas aos nossos clientes. Pode acontecer que o funcionário do Governo ou o Ministro queira uma 'percentagem'».

Cummings citou um recente exemplo em que um político asiático entrou no armazém de armas americanas que o negociante possui na Virgínia. Fez um negócio especial e disse «se isto for por diante, quero 15 por cento.»

Todos os esforços efectuados para controlar vendas ilícitas de armas têm falhado quando se pretende aprovação internacional. Uma iniciativa, do governo da Alemanha ocidental, está em estudo nas Nações Unidas.

Bona propôs que sempre que se façam negócios entre países produtores de armas e nações do Terceiro Mundo, uma cópia deve dar entrada num registo das Nações Unidas. Assim saber-se-á quem vende, e quem compra armas.

Por Peter Durisch e Peter Deeley

TEATRO Sete Ponto Sete

Augusto Boal: as contas de dez anos de exílio

(Conclusão)

Na primeira parte desta entrevista (1), Augusto Boal falou-nos do que foi o Teatro Arena, que fundou e dirigiu no Brasil há um quarto de século, da sua forçada partida para a Argentina, do seu trabalho na América Latina e, depois, em Portugal, onde se exilou em 1976. Interrompemos a entrevista no momento em que Boal partiu, com fa-mília, para Paris onde o chamavam vários convites. Aliás, ainda em Portugal o criador do Teatro do Oprimido era solicitado com frequência a deslocar-se ao estrangeiro a fim de fazer cursos e dirigir seminários sobre o Teatro de Oprimido... As suas enormes capacidades pedagógicas, as novidades, mesmo relativas, das técnicas que propunha, a indiscutível empatia que a sua personalidade irradia, além do prestígio do homem de esquerda perseguido pelas autoridades do seu país, explicam, pelo menos em parte, o êxito que o seu trabalho tem alcançado em certos pontos da Europa. E sobre esse trabalho que hoje nos fala.

Augusto Boal durante a sua digressão brasileira

Viagem para Paris

C. P. — **Estavámos, portanto, a caminho de Paris.**

AB — Pois é. Ainda em Portugal comecei a receber, com frequência, convites para me deslocar a vários pontos da Eu- [illegible] vir para Paris que consolidei essas ramificações. Foi então que se formou o Centro, isto é o Centre d'étude et de diffusion des techniques actives d'expression (Méthodes Boal)».

CP — **Que é o Centro, exactamente?**

AB — Pessoas que tinham trabalhado comigo em estágios mostraram interesse em organizar um núcleo que servisse de ponto e encontro de todos os interessados no TO e de onde irradiasse uma dinâmica do nosso trabalho. O Emile (Copfermann) dizia que eu era uma espécie de mágico andava de um lado para outro com um saco cheio de coisas. Se eu podia tirar truques, coisas mágicas, do saco, se era verdade que isso funcionava, dizia ele, então tem obrigação de funcionar sem o AB. E dizia ainda: Se é verdade que o TO é do oprimido e não do Boal, então é o oprimido que o deve fazer, não o Boal. Cada oprimido tem que ter o seu saco.

Durante quatro meses — de Setembro a Outubro — reunimo-nos duas vezes por semana, longas reuniões em que fazíamos a revisão de todas as técnicas do TO. Era um grupo composto de 20 pessoas que ficou reduzido, no final, a 17, e que em Janeiro resolveu tirar a prova do trabalho feito, ou seja, ver se as coisas que tínhamos analisado e discutido poderiam reproduzir-se. Resolvemos então fazer o primeiro estágio público. Surgiram mais de 200 inscrições. Seleccionámos 120 pessoas que dividimos em quatro grupos a trabalhar de manhã e à noite em locais diferentes: uma igreja, um cinema. Havia uma equipa do núcleo inicial (dos 17) a dirigir cada um desses grupos. Fizemos depois uma assembleia com todos os participantes, em que quatro grupos mostraram o trabalho feito. Um mês mais tarde, fizemos um outro estágio para as dezenas de pessoas inscritas que tinham ficado de fora. Com esses dois estágios atingimos cerca de 200 pessoas, muitas das quais aderiram àquilo a que chamamos Centro, que o Emile Copfermann estruturou, dando-lhe a forma de uma associação de acordo com as leis francesas.

A actividade do centro

Porém, só agora a actividade do Centro está a ser mais realisticamente planificada pois ao princípio havia dúvidas em relação ao interesse e funções do Centro. O Centro começou por ser sustentado por uma percentagem de 10% dos salários dos elementos que tinham actividades profissionais. Agora já temos uma sede, um secretariado, o que permite uma promoção melhor das nossas actividades. O Centro organizou, desde de 1979, mais de 70 estágios que atingiram quase 2000 pessoas, não só em Paris como noutras cidades francesas, e indo até Montreal, no Canadá, onde fizemos três estágios. O Centro tem correspondentes noutros países através dos quais organizamos estágios. Tem as seguintes actividades: em primeiro lugar, reuniões internas para continuar a estudar e a desenvolver as técnicas do TO. Acontece haver exercícios que precisam ser testados e é isso que fazemos. Há exercícios que abandonámos outros em que descobrimos variantes. Através dessas discussões em grupo tentamos estudar melhor o objectivo, a finalidade de cada exercício. Por exemplo, agora estamos a estudar uma técnica nova de Teatro-Imagem. Eu estou a trabalhar numa análise daquilo a que chamo «o polícia na cabeça». Trata-se de uma técnica nova. O Centro trabalha em cima dessa técnica, para ver como ela funciona. Toda a gente trabalha nisso. Depois incorporamos esse novo exercício nos estágios. O primeiro objectivo do Centro é, pois, o estudo; o segundo é a difusão que é feita através dos estágios. Aqui em França são feitos por elementos do Centro, fora da França normalmente sou eu que os faço. Quando é o caso, levo comigo uma assistente. Temos ido à Escandinávia, Holanda e outros países. O terceiro sector é o da coordenação dos diferentes Centros que já existem e se formaram a partir da matriz francesa. Há alguns que estão extremamente bem desenvolvidos, como é o caso de um grupo belga chamado «O Cavalo de Tróia». Tratava-se de um grupo de teatro já antigo mas que resolveu converter-se ao TO. Este grupo trabalha na parte flamenga da Bélgica e na Holanda. Fazem espectáculos, conferências, estágios, etc.

Um livro sobre o trabalho de AB

O primeiro livro sobre o meu trabalho vai ser publicado na Holanda de tal maneira os meus métodos estão lá difundidos, embora raramente lá tenha ido. Outro grupo muito activo é o de Poitiers. Este grupo preparou uma série de peças curtas sobre temas vários (é o que eles chamam «foro à lista»). Quando lhes sugerem temas como o desemprego, a poluição, etc., eles estão preparados para se apresentar imediatamente. Têm dez temas em ordem. Em Grenoble há um grupo também muito activo. Outros em Strasbourg, Metz, além de outros pontos. Nós, aqui em Paris, coordenamos as actividades de todos esses grupos. Além disso tentamos articular o nosso trabalho com a prática isolada de professores que utilizam os nossos exercícios nas suas aulas. O boletim que o Centro edita pretende, exactamente, estabelecer a comunicação entre os vários grupos e as pessoas isoladas, difundindo os seus trabalhos, as suas experiências. Assim toda a gente se estimula mutuamente. Agora o Centro tem uma outra actividade que é a da produção de espectáculos pois organizámos, para isso um grupo de teatro. Já apresentámos vários espectáculos com textos escritos por mim sobre problemas do quotidiano, como o da energia atómica. Na Quinzena do Teatro do Oprimido apresentamos a minha peça «Murro em Ponta de Faca».

Viagem ao Brasil

CP — **Peça que, aliás, teve um grande êxito no Brasil, onde foi dirigida pelo Paulo José e teve, no elenco a certa altura, a conhecida Dina Sfati.**

AB — É verdade. Nesse Festival, resolvemos que o nosso grupo não faria TO que seria apresentado por grupos franceses e outros vindos de outros países, como a R.F.A. e a Itália. Mas neste momento só estamos a fazer TO. Temos duas peças, uma sobre o problema do desemprego, o problema do direito ao trabalho, da greve- a outra sobre problemas ligados à existência da família. Em França e em muitos outros países, como sabes, a família está-se transformando, embora haja por vezes estruturas internas que se opõem a essas transformações. Foram estas duas peças que levámos ao Brasil. Fizemos no Brasil espectáculos que duravam quatro horas sempre seguidos com grande interesse. Um dos métodos que utilizámos foi o do Teatro-Imagem em que pegávamos em coisas da actualidade. Por exemplo, o Papa estava de visita ao Brasil nessa altura. Pedíamos ao público que nos mostrassem uma imagem dessa visita. Essa imagem era constituída só por polícias pois, na visita do Papa, foi o que o povo brasileiro viu mais. A polícia é que viu o Papa, não foi o povo. Depois fazíamos duas demonstrações. Por exemplo, a palavra casal mostrada em dezoito imagens diferentes. Os espectadores participavam organizando essas imagens. Quer dizer, os actores representavam cenas da vida de um casal, do ponto de vista do homem ou da mulher, de acordo com as indicações dos espectadores. No episódio sobre a família, mostrávamos a família em diversos países. Caso de Portugal, a família de Lisboa, a do Porto, dos E.U.A. da Suécia, da Guiné-Bissau , da R.F.A.. Assim se dava uma ideia da cultura de um povo através da imagem da família. Acabávamos com uma família brasileira em que havia imagens de uma violência incrível.

CP — **No Brasil, onde é que vocês se apresentaram?**

AB — No Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Brasília e Belo Horizonte. Sempre com grande sucesso.

CP — **E terá deixado sementes?**

AB — Deixou. Eu já lá tinha estado em Novembro tendo feito um estágio de quinze dias. Depois fizemos um segundo estágio com as mesmas pessoas que fundaram um Centro de TO, no Rio. Em Julho, eu e a Cecília voltamos lá, e pensamos poder consolidar esse Centro.

Agora, aqui em Paris, vamos fazer uma assembleia geral de todos o aderentes do Centro que são, mais ou menos, 300. Vamos propor a existência desse grupo de teatro, que deverá ser relativamente autónomo, e de um grupo de monitores que possam profissionalizar-se.

Teatro do Oprimido onde?

CP — **Existe um aspecto curiosos nesta tua longa viagem de exilado, digamos assim. À primeira vista, dir-se-ia que o TO se destinaria prioritariamente a países subdesenvolvidos. No entanto, e aplicado em países da Europa, e em países altamente industrializados, que mais eficazmente tem funcionado. Porquê?**

AB — De facto aqui está a

Continua